



São Tomé e Príncipe

Estratégia Integrada de Financiamento para o Desenvolvimento



Citar como: Governo de São Tomé e Príncipe, 2026. Estratégia Integrada de Financiamento para o Desenvolvimento.

Foto: Capa, © João Ferreira no Unsplash.

Com o apoio de:



Índice

Abreviaturas e Acrónimos	iv
Agradecimentos	ix
Prefácio	ix
Resumo Executivo	ix
Introdução	xix
1 Desafios para Financiar o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe	2
1.1 Balanço da Última Década: Crescimento, Inclusão e Sustentabilidade	2
1.2 Panorama do Financiamento para o Desenvolvimento	4
1.3 Comparações do Financiamento Medido com Países de Referência	7
2 Superando os desafios para financiar o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe	10
2.1 Prioridades de Desenvolvimento Sustentável e Lacunas de Financiamento	10
2.2 Principais Restrições Vinculantes ao Desenvolvimento Sustentável em STP	12
2.2.1 Restrições vinculantes infraestruturais	13
2.2.2 Outras Restrições Vinculantes	14
2.3 As Prioridades de Desenvolvimento Nacionais e os Desafios para o seu Financiamento	15
2.4 A Abordagem Proposta para Financiar as Prioridades de Desenvolvimento Nacionais	19
3 Riscos Climáticos, Custos da NDC e Mobilização de Financiamento Ambiental	23
3.1 O Custo da Inação: Impactos Económicos das Alterações Climáticas	23
3.2 Custos das Medidas da NDC: Adaptação e Transição Energética até 2035	24
3.3 STP como Beneficiário Legítimo do Financiamento Climático Internacional	27
3.4 O Financiamento Climático como Vetor de Expansão da Estratégia	28
3.4.1 A Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade	28
3.4.2 Metas de Mobilização de Financiamento Climático	29
3.5 Implicações para a Estratégia de Financiamento	30
4 Objetivos e Orientação da Estratégia	33
4.1 Visão, Objetivos e Pilares da Estratégia de Financiamento	33
4.2 Princípios Orientadores da Estratégia	34
4.3 Enquadramento Estratégico de Curto e Médio Prazo	35
4.4 Pilares, Áreas de Intervenção e Metas de Curto Prazo	38
4.5 Principais Inovações introduzidas por esta estratégia	41
5 Áreas de Intervenção da Estratégia Integrada de Financiamento Nacional	43
Pilar 1. Aumentar a Disponibilidade e o Impacto do Financiamento Público	43
Área de Intervenção 1: Melhoria da Gestão das Finanças Públicas	44
Área de Intervenção 2: Reestruturação de setores e introdução de um novo regime para EPPs	47
Área de Intervenção 3: Melhorar a governação para reduzir as vulnerabilidades à corrupção.	49
Área de Intervenção 4: Adotar uma abordagem estratégica para a Gestão da AOD	52
Pilar 2. Uma Política para Eliminar as Principais Restrições de Infraestruturas	54
Área de Intervenção 5: Eliminar as restrições de infraestrutura com investimento privado	55
Pilar 3. Acelerar o Desenvolvimento Inclusivo do Setor Privado	58
Área de Intervenção 6: Uma abordagem integrada das políticas que permitem acelerar o DSP	60
Área de Intervenção 7: Inclusão financeira e a formalização do setor informal	62
6 Sistemas de Apoio à Implementação desta Estratégia	66
6.1 Monitorização e Revisão	66
6.2 Governação e Coordenação da Implementação	70
ANEXOS:	74
Anexo 1: Plano de Ação e Quadro de Resultados da Estratégia de Financiamento (2026-2030)	75
Anexo 2: Possíveis fontes para financiar as medidas de adaptação e mitigação da NDC	87

Lista de Figuras

Figura 1. Elementos constitutivos de um Quadro Nacional Integrado de Financiamento	xixxix
Figura 2. Evolução recente do PIB e PIB per capita em STP	3
Figura 3. Evolução recente da inflação em STP	3
Figura 4. As principais fontes de financiamento analisadas pela AFD	5
Figura 5. A estrutura das variáveis financeiras medidas em 2023	5
Figura 6. Trajetória geral dos recursos de financiamento ao desenvolvimento	6
Figura 7. Evolução do total de financiamento ao desenvolvimento medido	6
Figura 8. A situação das variáveis de financiamento ao desenvolvimento medidas	7
Figura 9. Comparação de STP com os melhores desempenhos nos três grupos de referência	8
Figura 10. Evolução dos principais fluxos medidos com os três grupos de referência	9
Figura 11. Lacunas de Financiamento Projetadas para Alcançar os ODS em STP	10
Figura 12. Lacunas de Financiamento para Alcançar os Objetivos da Agenda 2063	11
Figura 13. Principais Lacunas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe	11
Figura 14. As Principais Restrições Vinculantes em ATP e seus Impactos Diretos	13
Figura 15. Panorama Geral dos Investimentos demandados pela ENDS	16
Figura 16. Principais Fontes de Recursos Demandados pela ENDS	17
Figura 17. Principais Pilares e Programas da ENDS que exigem financiamento(financing)	18
Figura 18. Principais Pilares e Programas da ENDS que exigem funding	18
Figura 19. Mudanças Estruturais Necessárias para Alcançar os Objetivos da ENDS	19
Figura 20. O foco para a mobilização de financiamento de projetos de investimento	21
Figura 21. Programas da ENDS que Requerem Financiamento para Investimentos Privados	21
Figura 22. O foco para planificar a mobilização de financiamento público (funding)	22
Figura 23. Perdas anuais esperadas devido às alterações	23
Figura 24. Custos de adaptação e energia renovável da NDC até 2035	25
Figura 25. Necessidades de investimento da NDC por componente, 2026–2030	25
Figura 26. Alinhamento dos custos da NDC com os programas da ENDS, 2026–2030	26
Figura 27. Impacto esperado do financiamento ambiental na estratégia de financiamento	28
Figura 28. Princípios Orientadores da Estratégia Nacional Integrada de Financiamento	34
Figura 29. Principais Interações das Ações Propostas pela Estratégia a longo prazo	36
Figura 30. Pilares e Áreas de Intervenção da Estratégia de Financiamento	39

Figura 31. Principais Interações das Ações Propostas pela Estratégia a curto prazo	39
Figura 32. Orientação Estratégica das Intervenções no Domínio do Financiamento Público	43
Figura 33. Orientação das Intervenções para Eliminar Restrições de Infraestruturas	55
Figura 34. Intervenções Necessárias para Acelerar o Desenvolvimento do Setor Privado	58
Figura 35. Intervenções no Pilar 3 para Acelerar o Desenvolvimento do Setor Privado	59
Figura 36. Elementos constitutivos de um Quadro Nacional Integrado de Financiamento	66
Figura 37. Elementos constitutivos do Sistema de Monitorização Proposto	68
Figura 38. Elementos constitutivos do Sistema de Governação e Coordenação Proposto	70

Lista de Tabelas

Tabela 1 Clarificação do Papel da Estratégia INFF e do Plano de Ação da Estratégia	xx
Tabela 2 Principais investimentos e resultados esperados das intervenções da NDC	31
Tabela 3 Principais resultados de curto prazo esperados das intervenções propostas	40
Tabela 4 Principais inovações introduzidas pelas intervenções propostas	42
Tabela 5. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)	46
Tabela 6. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)	48
Tabela 7. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)	51
Tabela 8. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)	53
Tabela 9. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)	57
Tabela 10. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I, 2026–2030)	61
Tabela 11. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I, 2026–2030)	64
Tabela 12. Principais Funções do Sistema de Governação e Coordenação	72
Tabela 13 Financiamento das medidas de Adaptação com Custos Estimados	87
Tabela 14 Financiamento das medidas de Mitigação com Custos Estimados	88

Abreviaturas e Acrónimos

AFAP	Agência Fiduciária de Administração de Projetos
AFD	Avaliações de Financiamento para o Desenvolvimento
AGA	Autoridade Geral Aduaneira
AGER	Autoridade Geral de Regulação de São Tomé e Príncipe
AN	Assembleia Nacional
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
APCI	Agência de Promoção do Comércio e Investimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico na África
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de São Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
CCRT	Fundo de Contenção e Socorro a Catástrofes
CDP	Comitê de Política de Desenvolvimento das Nações Unidas
CE	Concessões Empresariais
CEN	Comissão Nacional de Eleições
CMF	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CMP	Crédito Malparado
CND	Contribuições Nacionalmente Determinadas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DA	Direção das Alfândegas
DFA	Development Finance Assessment
DI	Direção dos Impostos
DSE	Direitos de Saque Especiais
DNT	Direção Nacional do Tesouro
DO	Direção Nacional de Orçamento
DP	Direção Nacional do Planeamento
ECF	Extended Credit Facility
EGD	Estratégia de Gestão da Dívida 2024-2026
EMAE	Empresa de Água e Eletricidade
ENAC	Estratégia Nacional Anticorrupção
ENAPORT	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleo
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2026-2040
ENPAB	Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Biodiversidade
ENIF	Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2021-2026
EP	Empresas Pública
ERGFP	Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAVI	Aliança Global para Vacinas e Imunizações
GEE	Gases de Efeito Estufa
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GEP	Gabinete de Estudo e Planeamento
GFP	Gestão de Finanças Públicas
GPM	Gabinete do Primeiro Ministro
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística

INFF	Integrated National Financing Framework/Quadro Nacional Integrado de Financiamento
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
LIC	Low Income Country
LMIC	Lower MiddleIncome Country
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MIRN	Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais
MNECC	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
PADRES	Plano de Ação para a Descarbonização e Resiliência do Sector Energético
PANEE	Plano de Ação Nacional de Eficiência Energética
PANER	Plano de Ação Nacional das Energias Renováveis
PARFIP	Plano de Ação para a Reforma da Gestão das Finanças Publicas
PIB	Produto Interno Bruto
PNIEA-STP	Plano Nacional de Investimento da Economia Azul para São Tomé e Príncipe
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QEMP	Quadro de Endividamento de Médio Prazo
QDMP	Quadro de Despesa a Médio Prazo
QMFMP	Quadro Macro-Fiscal de Médio Prazo
QOMP	Quadro Orçamental a Médio Prazo
PEFA	Public Expenditure and Financial Accountability
PIP	Programa de Investimento Público
PMA	País Menos Avançado
PNA	Plano Nacional de Adaptação
PPPs	Parcerias Público-Privadas
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SNIP	Sistema Nacional de Investimento Público
STP	São Tomé e Príncipe
TdC	Tribunal de Contas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UE	União Europeia

Agradecimentos

A elaboração e publicação deste documento foram possíveis graças ao empenho e à colaboração institucional de múltiplas entidades, a quem dirigimos o nosso mais sincero reconhecimento.

Expressamos a nossa gratidão a todos os departamentos ministeriais, cujo contributo técnico, administrativo e operacional foi determinante para a recolha e validação de informações, a articulação intersetorial e o alinhamento estratégico que sustentam este trabalho.

Um agradecimento muito especial ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo acompanhamento técnico rigoroso, pela cooperação institucional de excelência e pelo apoio continuado que se revelaram decisivos em todas as fases deste processo.

Agradecemos igualmente ao Sistema das Nações Unidas, aos parceiros de desenvolvimento multilaterais e bilaterais e às instituições financeiras internacionais, cuja partilha de conhecimento e compromisso com as prioridades nacionais foram essenciais para a concretização das iniciativas e objetivos aqui apresentados.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para este empreendimento, deixamos o nosso reconhecimento público e o compromisso de manter esta lógica de transparência, cooperação e responsabilidade partilhada ao serviço do interesse coletivo.

Prefácio



Este Governo assumiu um mandato ambicioso: olhar para além dos ciclos eleitorais e das pressões de curto prazo, a fim de enfrentar uma questão mais fundamental: que tipo de nação pretendemos que São Tomé e Príncipe se torne até 2040? A resposta encontra-se articulada na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2026-2040. Este roteiro está firmemente alicerçado nas aspirações e prioridades dos nossos cidadãos, estando também alinhado com as nossas parcerias e compromissos internacionais.

Essa visão, contudo, precisa ser desenvolvida em um cenário global cada vez mais complexo. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento atingiu um patamar estável, a instabilidade geopolítica está se intensificando e a volatilidade dos mercados de energia e alimentos continua a pressionar as economias nacionais e familiares. A essas pressões soma-se uma trajetória frágil da dívida. Como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, São Tomé e Príncipe tem pouca responsabilidade pelas crises sistêmicas climáticas e políticas globais que mais ameaçam nosso desenvolvimento e resiliência.

No entanto, nosso país possui uma vantagem estratégica singular: é o único país do mundo cujo território inteiro é designado como Reserva da Biosfera pela UNESCO. Nossas florestas, ecossistemas marinhos e rica biodiversidade não são meros ativos ambientais; constituem o capital fundamental para a adaptação climática, a diversificação econômica sustentável e a prosperidade nacional a longo prazo. Salvar e aproveitar de forma sustentável esses ecossistemas é, portanto, essencial para a implementação bem-sucedida da ENDS 2026-2040.

Poderíamos responder a esta realidade com dependência, esperando que o mundo corrigisse o seu rumo ou que chegasse a próxima vaga de ajuda. Escolhemos um caminho diferente. Com a aprovação da sua Estratégia de Financiamento Integrado, São Tomé e Príncipe torna-se um dos primeiros países do mundo a consolidar plenamente as suas ambições de desenvolvimento nacional com os compromissos assumidos no âmbito das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) 3.0.

Esta estratégia delinea um conjunto de intervenções políticas prioritárias, sequenciadas estrategicamente para maximizar as sinergias entre os setores. Ela demonstra como o aumento da arrecadação de receitas internas reduz a dependência do financiamento externo, enquanto a consolidação fiscal disciplinada e as reformas estruturais estabelecem a estabilidade macroeconômica necessária para catalisar o investimento privado. Estas não são aspirações abstratas, mas sim uma estrutura política coerente e baseada em evidências — uma que reflete um caminho de desenvolvimento totalmente apropriado e conduzido pela nossa nação.

O Quadro Nacional Integrado de Financiamento (INFF) serve como instrumento operacional que traduz a visão do ENDS em uma agenda de implementação totalmente financiada. Ao alinhar os fluxos financeiros com as prioridades estratégicas, o INFF transforma declarações de intenção em programas acionáveis e financiados. Por meio desse quadro, São Tomé e Príncipe se alinha

às melhores práticas globais e se junta ao crescente grupo de países que institucionalizaram arquiteturas de financiamento abrangentes para impulsionar o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento bem-sucedido desta estrutura reflete uma liderança colaborativa constante. Gostaria de expressar meu mais profundo agradecimento a Sua Excelência, o Ministro de Estado da Economia e Finanças, por defender esta iniciativa, e ao Diretor Nacional de Planeamento por sua firme orientação técnica. Também reconheço com gratidão as contribuições das instituições nacionais, das instituições financeiras internacionais e dos parceiros de desenvolvimento bilaterais e multilaterais. Um reconhecimento especial é devido ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) por seu apoio consultivo estratégico e por seu papel eficaz de articulação ao longo de todo este processo.

A história não será moldada pelos países que elaboram as estratégias mais sofisticadas, mas sim por aquelas que as executam com disciplina e determinação. São Tomé e Príncipe está firmemente empenhado em integrar o grupo de países que transformam o planejamento ambicioso em impacto mensurável e duradouro.

Américo D'Oliviera Ramos

Primeiro-Ministro e Chefe do Governo de São Tomé e Príncipe

Resumo Executivo

São Tomé e Príncipe encontra-se num momento decisivo para redefinir a forma como financia o seu desenvolvimento. A graduação do estatuto de País Menos Avançado (PMA), em dezembro de 2024, constitui um marco histórico, mas também exige uma transição ordenada para um modelo de financiamento menos dependente da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) tradicional e mais assente na mobilização estratégica de recursos. Esta transição é particularmente urgente num contexto de fragilidade fiscal, elevada vulnerabilidade climática, limitada diversificação económica e forte dependência de importações essenciais, em especial combustíveis e alimentos.

Esta Estratégia Integrada de Financiamento constitui o principal instrumento do Quadro Nacional Integrado de Financiamento (INFF, do inglês *Integrated National Financing Framework*) de São Tomé e Príncipe e tem como objetivo viabilizar economicamente a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2026–2040 (ENDS). A estratégia não substitui os planos setoriais existentes. O seu valor acrescentado consiste em integrá-los numa lógica comum de financiamento, explicitar as interdependências entre reformas, identificar sinergias e definir um conjunto de ações prioritárias para a primeira fase de implementação da ENDS, do período 2026–2030.

Visão

Facilitar uma gestão integrada do financiamento que combine fontes públicas e privadas com ações destinadas a viabilizar economicamente os objetivos de desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe até 2040.

Objetivos

Os objetivos específicos da Estratégia Integrada de Financiamento são os seguintes:

- **Objetivo 1.** Definir a orientação da gestão integrada de múltiplos fluxos financeiros para aumentar a sua escala, alinhá-los com as prioridades nacionais e melhorar o seu desempenho a médio e longo prazo.
- **Objetivo 2.** Implementar um quadro de ações priorizadas para alcançar os objetivos de mobilização de financiamento e investimento no curto prazo.

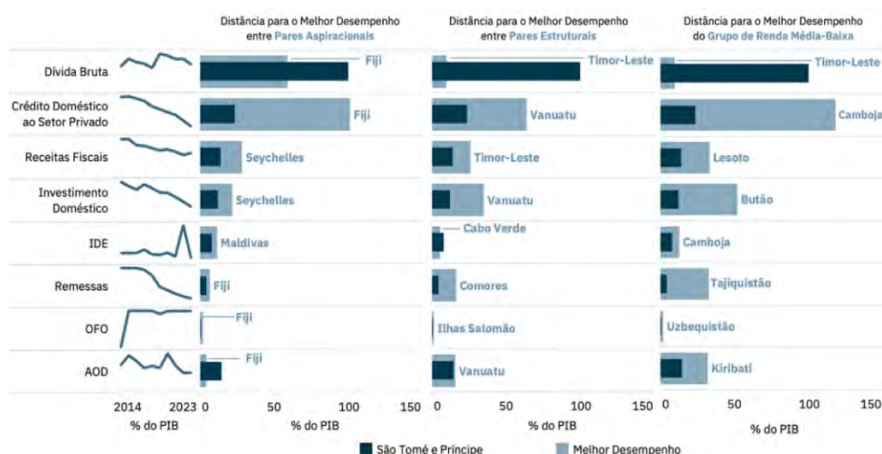
Pilares da Estratégia

1. **Melhorar a Gestão das Finanças Públicas.** Reforçar a gestão da despesa pública para maximizar os resultados de desenvolvimento nas áreas críticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ampliar o espaço fiscal e alinhar os gastos às prioridades nacionais. Melhorar a eficiência e a eficácia das finanças públicas, eliminando despesas ineficientes e introduzindo novas intervenções, especialmente nos setores ambiental e climático.
2. **Remover restrições estruturais vinculantes ao desenvolvimento da economia.** Novas intervenções de financiamento para superar os obstáculos ao desenvolvimento do setor privado, eliminando barreiras de infraestrutura e ausência de marcos regulatórios adequados.
3. **Acelerar o Desenvolvimento Inclusivo do Setor Privado.** Melhorar o acesso ao financiamento adequado para favorecer um desenvolvimento mais equitativo do setor. Incentivar o investimento privado de impacto e alinhá-lo com as prioridades nacionais. Acelerar o uso de financiamento digital para promover a inclusão financeira e melhorar o acesso ao crédito para indivíduos e micro, pequenas

e médias empresas (MPMEs), em condições competitivas.

A formulação desta estratégia baseia-se numa análise abrangente da Avaliação do Financiamento do Desenvolvimento (AFD), integrando diversas avaliações já disponíveis. A figura acima apresenta uma visão sintética do estado das principais variáveis de financiamento analisadas, evidenciando a evolução dinâmica, as diferentes situações e as trajetórias distintas observadas ao longo da última década.

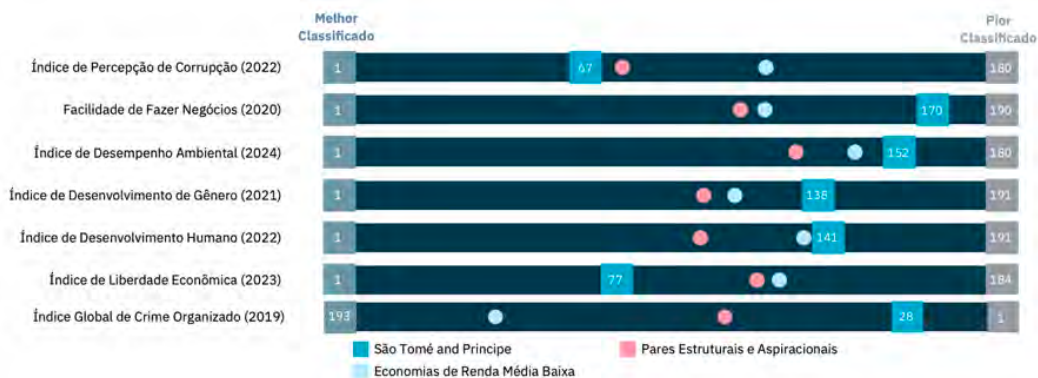
Comparação de STP com os melhores desempenhos nos três grupos de referência



As comparações internacionais indicam que a gestão do São Tomé e Príncipe está abaixo da média de todos os grupos de referência comparáveis. A distância entre o país e os melhores desempenhos nos três grupos comparativos destaca lacunas significativas. Por exemplo, o crédito doméstico ao setor privado foi de 8,2% do produto interno bruto (PIB), enquanto Vanuatu (grupo estrutural) alcançou 63,4%, Fiji (grupo aspiracional) 100,6% e Camboja (país de rendimento médio-baixo) 117,9%. Essas comparações evidenciam oportunidades significativas de melhoria em todas as categorias e ajudam a orientar os objetivos de desenvolvimento dos fluxos de financiamento analisados nesta estratégia de financiamento.

Desafios para financiar o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe

Principais lacunas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe



O diagnóstico mostra que o modelo atual de financiamento não é suficiente para alcançar as prioridades nacionais de desenvolvimento. Em 2023, o total de fluxos de financiamento ao desenvolvimento medidos atingiu USD 850,5 milhões, mas mais de 90% desse total correspondeu ao setor público. Esta composição revela a debilidade estrutural do setor privado formal e a limitada capacidade do sistema financeiro nacional para apoiar o investimento produtivo. Ao mesmo tempo, o país enfrenta níveis elevados de pobreza, informalidade e

exclusão financeira: cerca de 66% da população vive em situação de pobreza monetária, o setor informal representa mais de 70% do PIB e mais de 60% dos adultos permanecem excluídos do sistema financeiro. Apenas 15% das mulheres possuem conta bancária.

As lacunas de financiamento demandado pela ENDS são igualmente significativas. As necessidades adicionais para alcançar apenas cinco ODS essenciais — educação, saúde, estradas, eletricidade, água e saneamento — equivalem a cerca de 15% do PIB por ano. A ENDS identifica necessidades totais de financiamento de aproximadamente EUR 1,44 mil milhões, das quais cerca de EUR 1,03 mil milhões correspondem a *financing*, isto é, investimentos com potencial de retorno económico, e cerca de EUR 406 milhões correspondem a *funding*, isto é, recursos não reembolsáveis ou orçamentais necessários para financiar bens públicos, serviços sociais, assistência técnica e reformas institucionais.

Principais Fontes de Recursos Demandados pela ENDS (Euro)



A Abordagem Proposta para Financiar as Prioridades de Desenvolvimento Nacionais

A estratégia parte de uma conclusão central: o país só poderá financiar a ENDS se conseguir promover, em paralelo, quatro transformações interdependentes. Em primeiro lugar, deverá consolidar as finanças públicas, melhorar a qualidade da despesa e ampliar a mobilização de receitas internas. Em segundo lugar, deverá remover as principais restrições estruturais que impedem o crescimento do setor privado formal. Em terceiro lugar, deverá mobilizar financiamento climático, ambiental e de biodiversidade em escala compatível com a sua vulnerabilidade e com a sua contribuição para bens públicos globais. Em quarto lugar, deverá acelerar a inclusão financeira e a formalização económica, de modo a ampliar gradualmente a base produtiva e fiscal do país

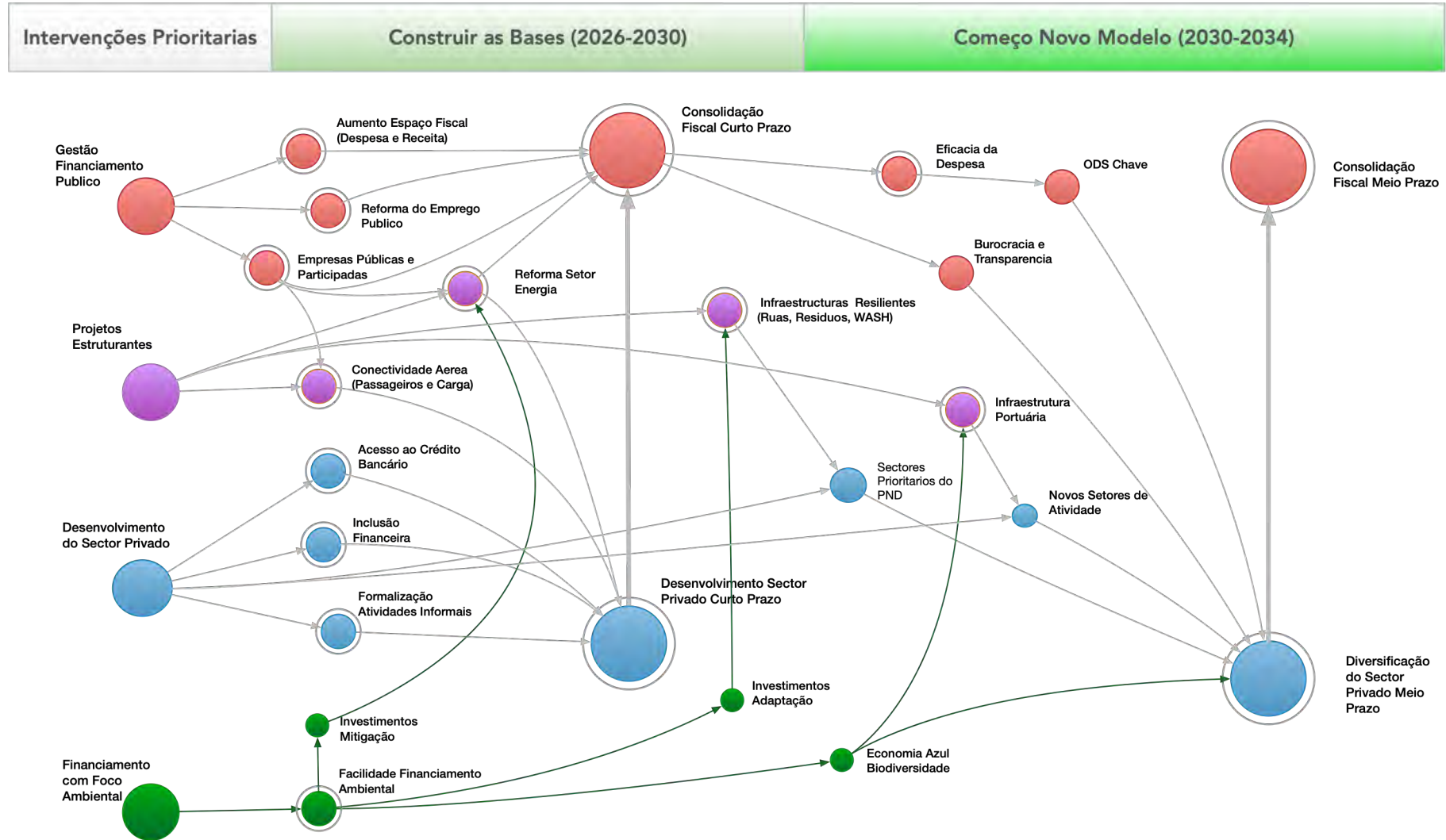
A teoria de mudança proposta reconhece que a consolidação fiscal não poderá ser sustentada apenas por cortes de despesa ou aumentos de impostos sobre uma base económica estreita. A resiliência fiscal de médio prazo depende da expansão do setor privado formal, que por sua vez exige acesso a energia fiável e competitiva, melhor conectividade aérea e marítima, um quadro regulatório mais simples, maior segurança jurídica, melhor capital humano e acesso mais adequado ao financiamento. O financiamento climático e de biodiversidade pode acelerar este processo, financiando investimentos que o país teria de realizar de qualquer forma para proteger a sua infraestrutura, reduzir riscos fiscais e reforçar a sustentabilidade da ENDS.

O capítulo climático reforça significativamente o argumento económico da estratégia. As perdas anuais esperadas associadas às alterações climáticas são estimadas em USD 67,7 milhões no cenário moderado, equivalente a cerca de 10% do PIB de 2023 e valor próximo das receitas fiscais totais do Estado. Num cenário de emissões elevadas, essas perdas podem atingir USD 86 milhões por ano. Estes valores representam o custo da inação e demonstram que a adaptação deve ser tratada como prioridade macroeconómica, e não apenas como agenda ambiental.

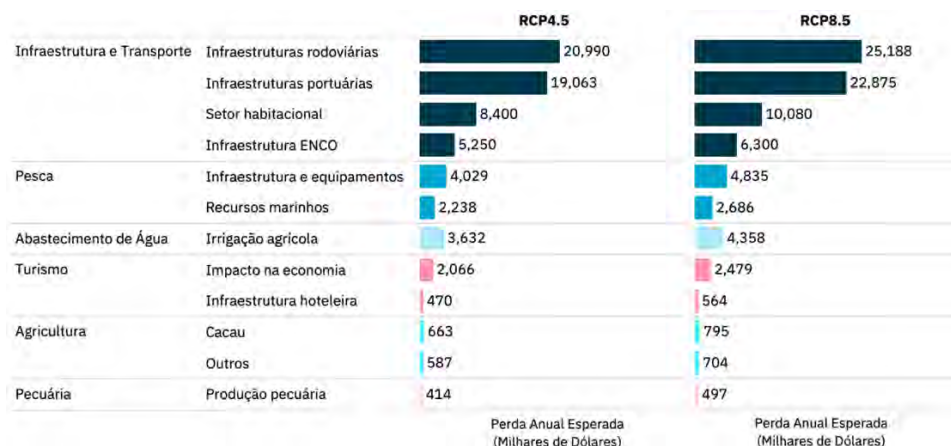
As medidas de adaptação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) exigem cerca de USD 325 milhões até 2035, enquanto a transição energética requer cerca de USD 170 milhões no mesmo período. O racional económico do investimento em adaptação é claro: o custo total das medidas (USD 325 milhões até 2035) representa cerca de metade das perdas

potenciais acumuladas ao longo de uma década (aproximadamente USD 677 milhões).

Principais Interações das Ações Propostas pela Estratégia de Financiamento



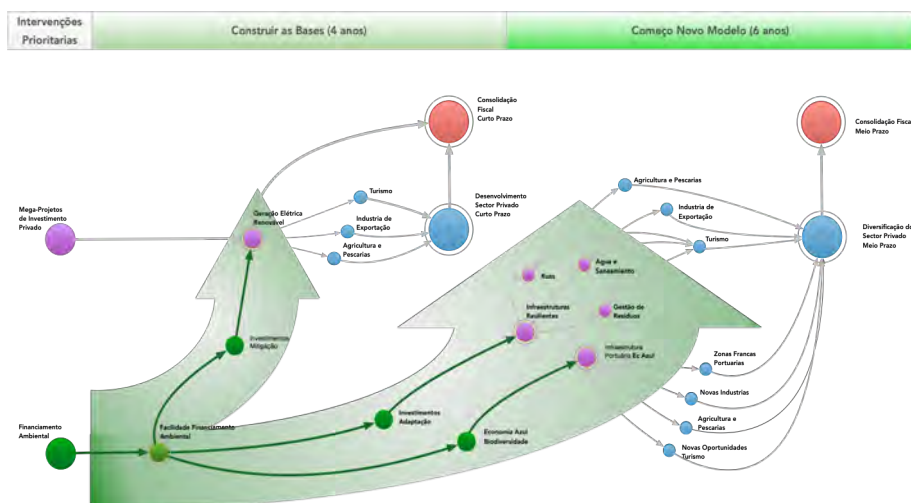
Estimativas das perdas anuais esperadas devido às alterações climáticas



A transição energética é uma prioridade com implicações fiscais directas, que vai além da sua dimensão climática. O financiamento proposto da expansão da capacidade de geração renovável (USD 170 milhões até 2035, dos quais USD 51,1 milhões no período 2026–2030) não é apenas uma intervenção climática — é uma condição para a estabilidade da balança de pagamentos e para a redução do subsídio ao sector elétrico que pesa sobre as finanças públicas.

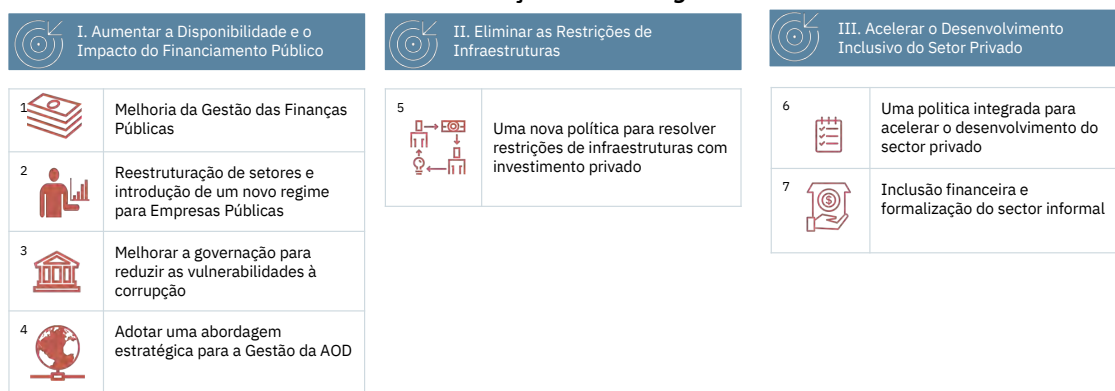
Para 2026–2030, a estratégia define uma meta de mobilização de USD 156,5 milhões, composta por USD 105 milhões para as medidas de adaptação e USD 51,1 milhões para promover a energia renovável. Esta mobilização de recursos permitiria financiar uma parte significativa das necessidades da ENDS no curto prazo, reduzindo a pressão sobre o orçamento do Estado e ampliando o espaço fiscal. O financiamento da NDC não representa, portanto, um custo adicional para a ENDS no horizonte 2026–2030: representa uma fonte alternativa de financiamento para investimentos que o país teria de realizar de qualquer forma.

O impacto esperado do financiamento ambiental na estratégia de financiamento



O financiamento climático e de biodiversidade é um instrumento fundamental de expansão desta estratégia de financiamento no médio prazo. A magnitude dos custos associados à NDC, a limitada capacidade fiscal do Estado e o elevado grau de alinhamento com as prioridades da ENDS oferecem uma oportunidade estrutural que o país ainda não explorou de forma sistemática. São Tomé e Príncipe apresenta lacunas significativas nas capacidades necessárias para fazer uma mobilização efectiva deste tipo de financiamento. A Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade proposta no Capítulo 3 será o principal instrumento institucional para operacionalizar esta agenda.

Pilares e Áreas de Intervenção da Estratégia de Financiamento



A estratégia organiza-se em três pilares e sete áreas de intervenção.

O primeiro pilar visa aumentar a disponibilidade e o impacto do financiamento público. Inclui a melhoria acelerada da gestão das finanças públicas, a reestruturação de setores e empresas públicas, o reforço da governação e da transparência, e a adoção de uma abordagem estratégica para a gestão da AOD. A prioridade de curto prazo é apoiar a consolidação fiscal até 2029, em linha com o programa acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas a prioridade de médio prazo é mais ampla: preparar o Estado para gastar melhor, orientar a despesa para resultados e utilizar a AOD de forma mais estratégica para financiar reformas, capacidades e investimentos que desbloqueiem novas fontes de recursos.

O segundo pilar procura eliminar as principais restrições de infraestrutura ao desenvolvimento económico. A energia, a conectividade aérea, a infraestrutura portuária, as estradas, a água, o saneamento e a gestão de resíduos constituem restrições vinculantes ao crescimento do turismo, da agricultura, das pescas, da economia azul e da indústria ligeira. A estratégia propõe uma abordagem integrada para mobilizar investimento privado e financiamento concessionário, combinando reformas regulatórias, mitigação de riscos, concessões, parcerias público-privadas (PPPs) e instrumentos de financiamento climático. A resolução da crise da Empresa de Água e Eletricidade (EMAE) e a transição para energias renováveis são tratadas não apenas como prioridades ambientais, mas como condições indispensáveis para a consolidação fiscal e para a estabilidade macroeconómica.

O terceiro pilar visa acelerar o desenvolvimento inclusivo do setor privado. O país precisa de um setor privado formal mais dinâmico, capaz de gerar emprego, exportações, receitas fiscais e oportunidades para jovens, mulheres e MPMEs. Para isso, a estratégia propõe ações integradas sobre o ambiente de negócios, o sistema financeiro, a inclusão financeira, a formalização do setor informal, o financiamento digital e a criação de instrumentos que apoiem o investimento privado doméstico. A inclusão financeira é tratada como uma condição de desenvolvimento produtivo e fiscal, e não apenas como uma política social.

O Plano de Ação de Curto Prazo para 2026–2030 traduz esta estratégia em metas operacionais. No financiamento público, as metas incluem alcançar um superavit do saldo primário doméstico de 2% do PIB em 2029, reduzir a dívida pública para 42% do PIB em 2030 e conter os custos salariais abaixo de 8,4% do PIB em 2029. No setor energético, propõe-se reduzir a dependência do petróleo para eletricidade para 50% em 2029 e atingir 70% de fontes renováveis em 2030. Na infraestrutura, a estratégia propõe resolver a conectividade aérea de passageiros e carga até 2028, mobilizar investimentos prioritários em distribuição elétrica e preparar mais de USD 300 milhões em investimentos portuários até 2034. No setor privado, as metas incluem elevar o crédito bancário ao setor privado para 33% do PIB até 2034, reduzir a exclusão financeira de 61% para 30% e reduzir o setor informal de 73% para 37% do PIB.

Principais resultados de curto prazo esperados das intervenções propostas

Área de Intervenção	Principais Resultados Esperados
AI 1. Melhoria Acelerada da Gestão das Finanças Públicas	Superavit do Saldo Primário Doméstico de 2% do PIB em 2029
	A dívida pública desce para 42% do PIB em 2035 e torna-se sustentável
	Custo dos salários públicos é inferior a 8,4% do PIB em 2030
IA 2. Reestruturação de setores e introdução de um novo regime para Empresas Públicas e Participadas	Dependência do petróleo para a geração elétrica reduzida para 50% em 2030
	Geração de fontes renováveis de 17 MW em 2030 e 27 MW em 2034
	Distribuição de eletricidade concessionadas a operadores privados (USD 31 milhões)
	Reforma do mercado da ENAPORT acelera o investimento privado em portos
AI 3. Melhorar a governação para reduzir as vulnerabilidades à corrupção	Uma nova agência supervisiona a estratégia nacional anticorrupção
	Nova Lei de Contratos Públicos
	Novo regime de concessões públicas com regras claras e transparentes
IA 4. Adotar uma abordagem estratégica de longo prazo para a gestão da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)	Mobilização USD 156 milhões em doações para adaptação às alterações climáticas e reforma energética em 2030 e de USD 495 milhões em 2034
	Acesso a financiamento concessionado para privados que investem em projetos prioritários em STP
	A AOD é utilizada para reduzir o risco de investimento privado em STP
	Novos instrumentos de financiamento para o setor privado com o apoio da AOD
IA5. Uma política integrada para resolver restrições de infraestruturas com investimento privado	Problemas de conectividade aérea — passageiros e carga — resolvidos até 2028
	Investimentos portuários superam os USD 450 milhões até 2034
	Concessões no setor de resíduos sólidos atribuídas até 2034
IA 6. Uma política integrada para acelerar o desenvolvimento do sector privado	O ranking do país nos indicadores internacionais supera os dos grupos comparativos selecionados em 2034
	O crédito bancário ao setor privado volta ao valor de 2014 (33% do PIB) em 2034
	As taxas de juros dos empréstimos bancários a setores prioritários (turismo, agricultura e pescarias) descem a menos de 14% em 2028
	Uma plataforma financeira (<i>facility</i>) para apoiar a aceleração do financiamento privado doméstico
	Eliminadas as barreiras geradas pela SPAUT ao turismo e à exportação de serviços em 2030
	Programas de qualificação da mão de obra por setores e territórios com elevado potencial de crescimento em funcionamento com capacidade suficiente
IA 7. Inclusão financeira e formalização do sector informal	A exclusão financeira de 61% da população com mais de 18 anos é reduzida a metade em 2034.
	O setor informal é reduzido à metade, de 73% do PIB para 37% do PIB até 2034
	Novo regime tributário para MPMEs que se formalizem com procedimentos administrativos simplificados e monotributo único
	Um fundo de acesso ao crédito das mulheres do setor informal
	As Fintechs oferecem produtos financeiros adaptados para acelerar os negócios das micro e pequenas empresas

Esta estratégia propõe um conjunto de inovações necessárias para permitir que São Tomé e Príncipe consiga financiar os seus objetivos de desenvolvimento de longo prazo. Na abordagem apresentada, podem distinguir-se dois tipos de inovações nos modos de intervenção que até agora não foram explorados.

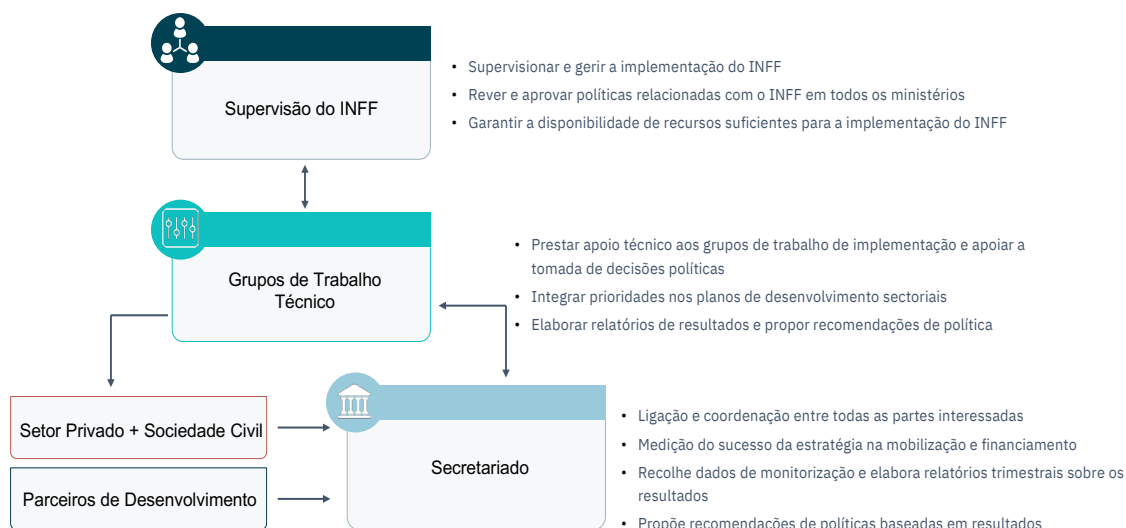
Principais inovações introduzidas pelas intervenções propostas

Inovação	Descrição	Área de Intervenção
Inovações de Processo		
Gestão estratégica integrada das finanças públicas	Pela primeira vez, a agenda de consolidação fiscal de curto prazo e as reformas de qualidade da despesa de médio prazo são planificadas como um processo único e contínuo, alinhado com as necessidades de longo prazo da ENDS.	AI 1
Gestão estratégica da AOD e do financiamento climático	Integração, numa planificação formal liderada pelo MEF, do acesso atual à AOD e do acesso futuro a financiamento climático e ambiental — fontes para as quais o país pode tornar-se elegível, mas que exigem capacidades e processos atualmente inexistentes.	AI 4
Planificação integrada da remoção de restrições de infraestrutura	Os constrangimentos de energia, conectividade aérea, portuária e rodoviária são tratados pela primeira vez como um programa integrado, com sequenciamento explícito dos seus efeitos transformadores sobre o financiamento público e privado.	AI 5
Planificação integrada do desenvolvimento do setor privado formal	Iniciativas dispersas de promoção do setor privado são consolidadas num plano sistemático que cria sinergias com as reformas fiscais e de infraestrutura, incorporando mecanismos de formalização do setor informal.	AI 6 e 7
Instrumentos de Financiamento Inovadores		
Sistema Integrado de Informação para a Gestão da AOD	Plataforma digital que permite ao Governo visualizar em tempo real os apoios recebidos por área prioritária da ENDS, monitorizar a sua execução e rastrear despesas ambientais e climáticas — condição crescentemente exigida para aceder a novas fontes de financiamento externo.	AI 4
Plataforma de Financiamento de Mega-Investimentos Privados em Infraestrutura	Mecanismo que concentra o apoio dos parceiros de desenvolvimento para reduzir custos de pré-investimento, mitigar o risco-país e transferir o acesso ao financiamento concessional do país para investidores privados — desbloqueando projetos estruturantes avaliados em EUR 789 milhões.	AI 5
Uma plataforma financeira (<i>facility</i>) para apoiar a aceleração do financiamento privado doméstico	Mecanismo estruturado para mobilizar e canalizar recursos concessionais, garantias, assistência técnica e capital privado para setores prioritários da ENDS. A plataforma permitiria melhorar a preparação de projetos bancáveis para financiar investimentos produtivos em áreas prioritárias	AI 6
Fundo de Acesso ao Crédito para Mulheres do Setor Informal	Instrumento de prova de conceito que combina recursos públicos e donativos de parceiros para bancarizar mulheres empreendedoras sem exigência de garantias, com potencial de expansão para outros segmentos financeiramente excluídos.	AI 7

Governança e Coordenação da Implementação da Estratégia

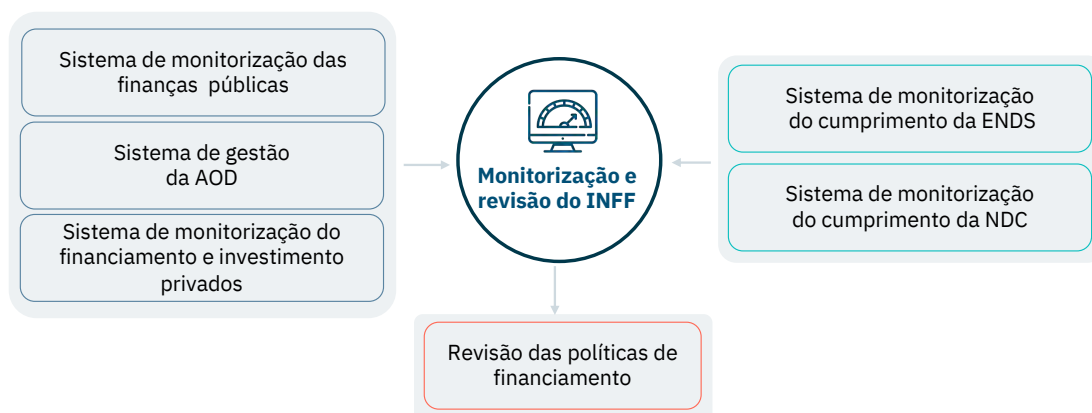
Um quadro adequado para supervisionar a implementação desta estratégia exigirá a exploração de abordagens de gestão e institucionais inovadoras. A estratégia propõe três níveis de coordenação: i) uma coordenação política de alto nível, presidida por Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe de Governo com Sua Excelência o Ministro de Estado da Economia e Finanças como Vice-Presidente; ii) uma coordenação operacional, liderada pelo MEF através de um grupo de trabalho interministerial; e iii) uma coordenação técnica, apoiada por um secretariado de implementação com capacidade de integrar dados, produzir relatórios e apoiar decisões de ajustamento. A estrutura de governação proposta deve estar diretamente integrada na estrutura que o Governo vier a definir para assegurar a implementação da ENDS.

Elementos constitutivos do Sistema de Governação e Coordenação Proposto



Este sistema deverá ser complementado por um mecanismo de monitorização capaz de proporcionar ao governo um “painel de controlo” para acompanhar os resultados da implementação da estratégia de financiamento. O novo sistema deve resolver vários desafios identificados durante a formulação desta estratégia, exigindo melhorias significativas na qualidade dos sistemas de dados e informação existentes. A monitorização do INFF deve incorporar sistemas de monitorização já existentes e estar integrada no sistema de monitorização da ENDS. Para garantir a implementação bem-sucedida destes sistemas de monitorização, será necessário reforçar as capacidades técnicas do governo

Elementos constitutivos do Sistema de Monitorização Proposto

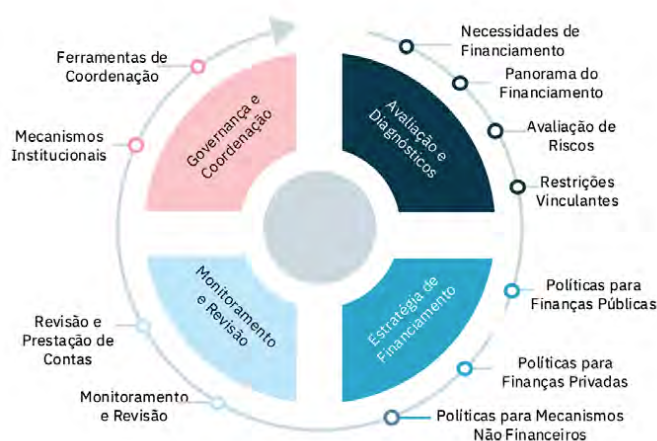


Introdução

São Tomé e Príncipe tomou a decisão estratégica de adotar um Quadro Nacional Integrado de Financiamento (INFF) como instrumento central para financiar o seu desenvolvimento sustentável. O INFF é um mecanismo de planificação e implementação concebido para superar os constrangimentos que impedem o financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto nacional, e para reforçar a coerência entre os processos de formulação de políticas, o planeamento e a mobilização de recursos.

A presente Estratégia Integrada de Financiamento constitui o segundo bloco de construção do INFF em São Tomé e Príncipe. O processo é iterativo, conforme ilustrado na Figura 1. A sua primeira fase — a Avaliação de Financiamento para o Desenvolvimento (AFD) — foi concluída em dezembro de 2024. A estratégia aqui apresentada assenta diretamente nas conclusões e recomendações dessa avaliação, adotando uma linguagem direta e orientada para a ação. Leitores que pretendam aprofundar a análise de base encontrarão os dados e diagnósticos detalhados na AFD. Os próximos passos do processo incluem o desenvolvimento de um sistema de Monitorização e Revisão e a definição de um Mecanismo de Governação para apoiar a implementação eficaz desta estratégia.

Figura 1. Elementos constitutivos de um Quadro Nacional Integrado de Financiamento



O objetivo central desta estratégia é mobilizar o financiamento necessário para assegurar a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2026–2040 (ENDS). Define as transformações estruturais que o país deverá ser capaz de financiar, estabelece a lógica de sequenciamento dessas transformações e apresenta um Plano de Ação com ações concretas, prazos e responsabilidades para a primeira fase de implementação (2026–2030), alinhado com o mandato do próximo Governo. O presente documento estabelece ainda as bases para a definição de outros componentes fundamentais do INFF, nomeadamente um bloco de Monitorização e Prospetiva, bem como a definição das funções de um Mecanismo de Governação destinado a apoiar a implementação eficaz da Estratégia de Financiamento.

A lógica proposta por esta estratégia assenta num sequenciamento integrado que maximiza as oportunidades de financiamento, independentemente de ciclos políticos ou mudanças de

governo. A estratégia parte de um princípio fundamental: as reformas necessárias para financiar o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe geram efeitos muito mais potentes quando implementadas de forma integrada do que quando tratadas como agendas separadas — como tem sido prática até agora. Existem vários "círculos virtuosos" que podem ser ativados com uma boa sincronização destas políticas: a consolidação fiscal depende, a médio prazo, da expansão do setor privado formal; essa expansão depende da remoção de restrições de infraestrutura; e a mobilização de financiamento externo — incluindo o climático — depende da qualidade e coerência das finanças públicas. Esta lógica de interdependência define o caminho crítico da estratégia, analisado em detalhe no Capítulo 4, e é válida independentemente das orientações políticas de cada governo.

Este documento articula dois instrumentos com naturezas e funções distintas, conforme sintetizado na Tabela 1: a Estratégia, de horizonte longo, até 2040, que define direção e prioridades; e o Plano de Ação, de horizonte de médio prazo (2026–2030), que especifica como, quando e por quem as ações serão executadas. Em vez de duplicar iniciativas existentes, o plano baseia-se no amplo conjunto de estratégias e reformas nacionais já em curso, acrescentando dois elementos fundamentais: a explicitação das interligações entre essas iniciativas, de forma a gerar sinergias; e uma recalibração do nível de ambição para alinhá-las com os objetivos de longo prazo da ENDS até 2040.

Tabela 1 Clarificação do Papel da Estratégia INFF e do Plano de Ação da Estratégia

	Estratégia INFF	Plano de Ação da Estratégia
Propósito	Definir direção e prioridades	Detalhar ações e calendários
Horizonte temporal	Longo prazo (10–20 anos)	Curto/médio prazo (3–5 anos)
Foco	O quê e porquê	Como, Quando e Quem
Flexibilidade	Elevada	Mais limitada
Tipo de conteúdo	Conceptual e analítico	Operacional e prático
Utilização	Definição de visão e posicionamento	Implementação e coordenação

A estratégia reconhece explicitamente os limites do que é diretamente controlável. Fatores como o crescimento económico, a diversificação produtiva e o comportamento dos mercados internacionais influenciam de forma determinante os resultados esperados, mas estão fora do controlo direto do Governo. Por esta razão, o documento incorpora hipóteses informadas sobre como as intervenções propostas poderão influenciar esses resultados ao longo do tempo, assumindo um grau inevitável de incerteza. Se, durante a execução, alguns desses pressupostos não se confirmarem, a estratégia deverá ser ajustada — razão pela qual é concebida como um **documento vivo**, sujeito a revisão periódica

O Plano de Ação de curto prazo deverá ser validado e priorizado pelo próximo Governo, em articulação com os parceiros de desenvolvimento. A lógica integrada da estratégia permite estimar o impacto relativo de uma implementação parcial, incluindo a execução isolada de determinadas medidas — uma capacidade analítica atualmente inexistente no país, que se tornará um instrumento valioso para orientar decisões de priorização ao longo do tempo.

Para ser eficaz, esta estratégia deverá refletir um consenso de alto nível e ser objeto de validação política. Pretende funcionar como quadro de referência partilhado entre as diferentes partes interessadas — Governo, parceiros de desenvolvimento, setor privado e sociedade civil — alinhando esforços e harmonizando apoios externos em torno de prioridades comuns, para uma mobilização de financiamento mais coerente e orientada para resultados.

PARTE I

Panorama do Financiamento ao Desenvolvimento e Políticas para Orientar o Desenho

1

Desafios para Financiar o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe

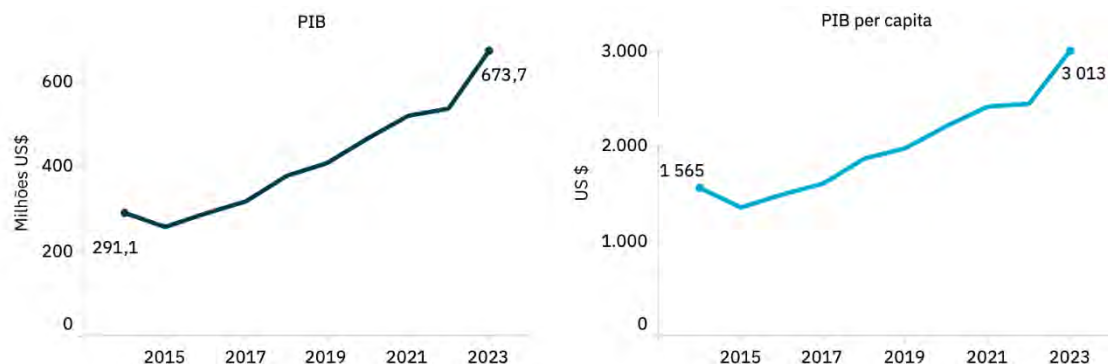
1.1 Balanço da Última Década: Crescimento, Inclusão e Sustentabilidade

São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular (PEID) com vasto potencial de desenvolvimento sustentável. Embora o nosso território terrestre seja limitado a 1.001 km², a nossa Zona Económica Exclusiva, com cerca de 160.000 km², representa uma oportunidade estratégica para valorizar os recursos marinhos e promover atividades como a pesca, a aquicultura, o turismo costeiro, a biotecnologia e as energias renováveis. A nossa biodiversidade única e paisagens naturais — reconhecidas internacionalmente — reforçam a vocação do país como destino promissor para investimentos verdes e inovação baseada na natureza.

A nossa população, maioritariamente jovem e urbana, constitui um ativo central para o desenvolvimento. Com cerca de 73% da população a viver em áreas urbanas, existe um dinamismo crescente que pode impulsionar o consumo interno, estimular o setor dos serviços e criar espaços de inclusão produtiva. O nosso património cultural, aliado à riqueza ecológica e arquitetónica, oferece oportunidades relevantes para o turismo sustentável, desde que sejam enfrentados os desafios relacionados com infraestruturas e resiliência climática.

Estamos perante uma oportunidade concreta de transformar o nosso “dividendo demográfico” em motor de crescimento. Para tal, é fundamental reforçar o investimento em educação e formação técnica, fomentar o empreendedorismo jovem e melhorar as perspetivas de inserção económica da população ativa. Embora tenhamos registado avanços significativos no acesso ao ensino básico, cerca de 75% dos adultos em idade ativa ainda têm menos de nove anos de escolaridade, o que limita as possibilidades de emprego qualificado. Esta realidade tem incentivado a migração, com cerca de 20% da população a residir no exterior e 78% dos jovens a manifestarem interesse em migrar temporariamente. Cabe-nos, portanto, criar condições que tornem viáveis e atrativos a permanência e o retorno dos jovens no país.

Também devemos continuar a valorizar a nossa riqueza natural. A designação de São Tomé e Príncipe como Reserva da Biosfera pela UNESCO reforça o reconhecimento internacional da nossa biodiversidade e o potencial de liderança regional em crescimento verde. Com uma estratégia clara de modernização dos setores produtivos, promoção de um ambiente de negócios favorável e proteção dos nossos recursos naturais, temos condições para construir um modelo de crescimento inclusivo e resiliente.

Figura 2. Evolução recente do PIB e PIB per capita em STP

Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados do BCSTP

Nos últimos dez anos, o desempenho económico tem sido marcado por vulnerabilidades externas e limitações internas. Entre 2010 e 2014, registou-se um crescimento médio de 5,1%, que diminuiu para 3,4% entre 2015 e 2019. A pandemia da COVID-19 e os efeitos da guerra na Ucrânia agravaram as fragilidades, levando a uma contração do PIB real de -0,47% em 2023. As múltiplas vulnerabilidades de país restringiram a sua capacidade de sustentar um crescimento robusto e estável ao longo do tempo¹.

Figura 3. Evolução recente da inflação em STP

Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados do BCSTP

O PIB per capita apresentou uma evolução moderada, caracterizada por desafios estruturais persistentes. O PIB per capita passou de USD 1.874 em 2014 para cerca de USD 2.835 em 2023, refletindo avanços limitados face aos desafios persistentes: forte dependência do financiamento externo, insuficiente diversificação económica, fragilidade do setor privado e défice de infraestrutura. Os níveis de inflação — entre 6% e 9% ao ano — refletem os impactos da volatilidade nos preços internacionais dos alimentos e da energia, com efeitos negativos no poder de compra das famílias. A instabilidade climática e a limitada capacidade institucional também continuam a limitar a capacidade do país para sustentar um crescimento robusto e estável ao longo do tempo.

¹ African Development Bank (2023) Nota de Diagnóstico do País

Embora tenham sido feitos progressos na redução da pobreza, esta continua a ser um desafio central. De acordo com as estimativas do Banco Mundial, em 2025, cerca de 13% da população vivia em situação de pobreza extrema (USD 3 por dia).² A pobreza afeta sobretudo as zonas rurais e os agregados familiares chefiados por mulheres. Persistem desigualdades que limitam as oportunidades de desenvolvimento, agravadas pelo acesso limitado a serviços básicos como saúde, educação e água potável. Essas condições exigem uma estratégia abrangente para enfrentar as causas estruturais da pobreza.

São Tomé e Príncipe vive um momento decisivo e precisa de um novo paradigma de crescimento económico e social. O modelo atual, centrado no setor público e dependente da AOD, não gerou oportunidades suficientes. A diversificação inclusiva exige a remoção de entraves ao setor privado. A graduação do país do antigo status de PMA, confirmada pelas Nações Unidas em dezembro de 2024, representa um marco histórico. No entanto, este reconhecimento traz novos desafios que requerem gestão estratégica para assegurar a sustentabilidade dos progressos alcançados.

A diversificação económica pode ser impulsionada com a modernização da agricultura e do turismo, bem como o desenvolvimento de setores emergentes como a economia digital e as indústrias criativas. Reformas em educação, energias renováveis, infraestrutura e sustentabilidade ambiental serão fundamentais para atrair investimento e aumentar a competitividade. Apesar da limitação de terras férteis, é possível elevar a produtividade com práticas sustentáveis e culturas de alto valor. O fortalecimento do agronegócio pode reduzir importações e gerar emprego. Apoiar as micro e pequenas empresas (MPMEs) será crucial para um crescimento inclusivo.

Apesar dos obstáculos estruturais, São Tomé e Príncipe tem oportunidades relevantes. As limitações em financiamento, tecnologia e infraestrutura abrem espaço para inovação. A agricultura pode atender à procura interna e gerar excedentes, enquanto o turismo pode expandir com melhorias na infraestrutura e no capital humano. O país também tem potencial para atrair Investimento Directo Estrangeiro (IDE): entre 2014 e 2023, esse investimento representou em média 5,7% do PIB, comparável a países como Maurícias e Maldivas. Para se consolidar como destino atrativo, será necessário melhorar a infraestrutura, reduzir custos energéticos e reforçar o capital humano e a conectividade digital.

As alterações climáticas representam um desafio adicional, dada a vulnerabilidade do país a desastres naturais e impactos ambientais. A agricultura e o turismo estão entre os setores mais expostos, com riscos acrescidos de insegurança alimentar, erosão costeira e impactos sobre a saúde e a coesão social. Estratégias de adaptação climática — como infraestrutura resiliente, práticas agrícolas sustentáveis e sistemas de alerta precoce — serão essenciais, assim como o acesso a financiamento climático por meio da cooperação internacional.

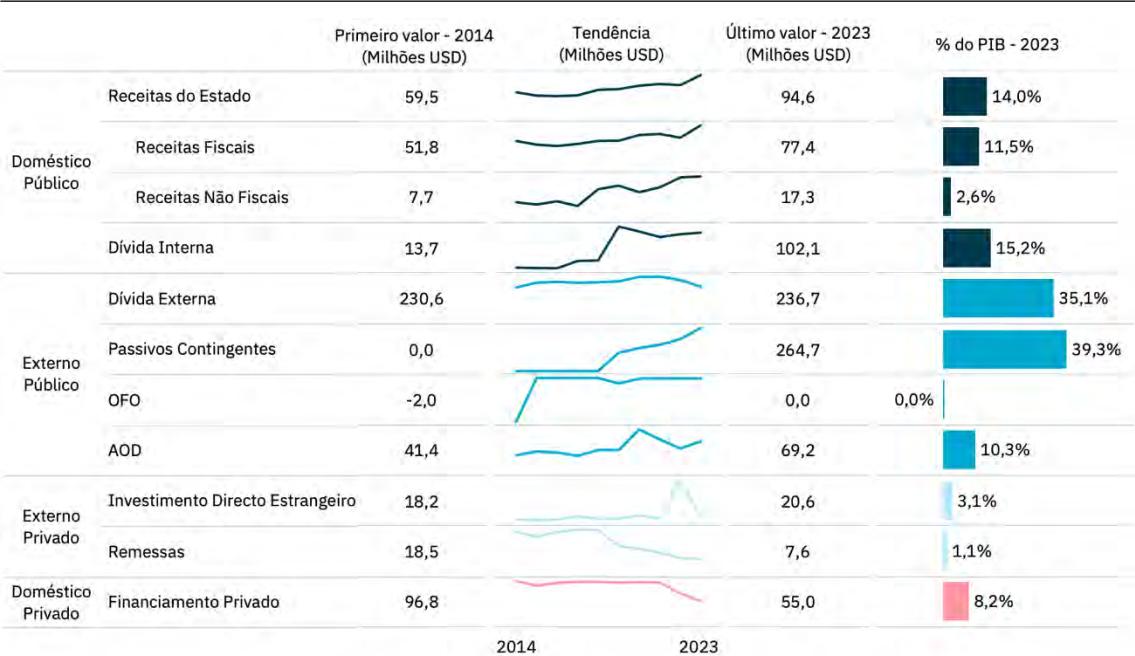
1.2 Panorama do Financiamento para o Desenvolvimento

A formulação desta estratégia baseia-se numa análise abrangente do cenário nacional de financiamento para o desenvolvimento, tal como evidenciado pela Avaliação do Financiamento do Desenvolvimento (AFD). Este exercício, realizado em 2024, serviu como ponto de partida para identificar o potencial e os limites dos recursos que São Tomé e Príncipe

² Banco Mundial. Macro-Poverty Outlook, abril de 2026. Nota: valor em paridade de poder de compra de 2021. Previsão imediata (nowcast) com base no IPF de 2017.

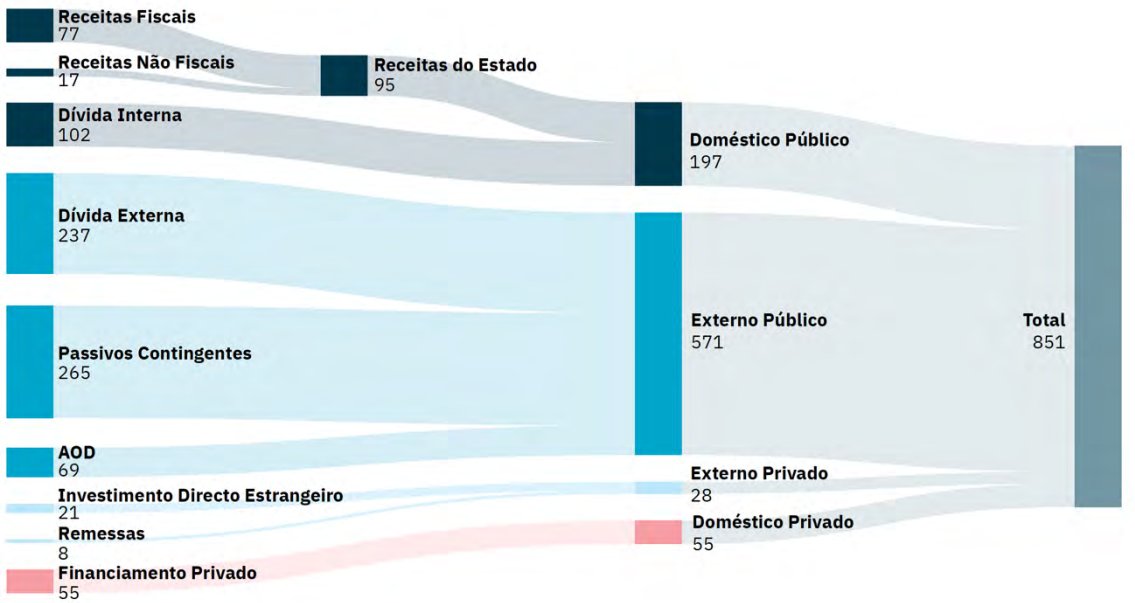
pode mobilizar em apoio às suas prioridades estratégicas. A AFD foi complementada por outras análises relevantes e forneceu recomendações fundamentais para a mobilização de recursos públicos e privados, internos e externos. A Figura 4 apresenta uma síntese do estado das principais variáveis de financiamento analisadas, destacando a sua evolução ao longo da última década, as diferenças entre categorias e as tendências que marcaram o período.

Figura 4. As principais fontes de financiamento analisadas pela AFD



Fonte: Equipa de Inflection Finance com diversas fontes nacionais e internacionais

Figura 5. A estrutura das variáveis financeiras medidas em 2023 (em milhões de USD)

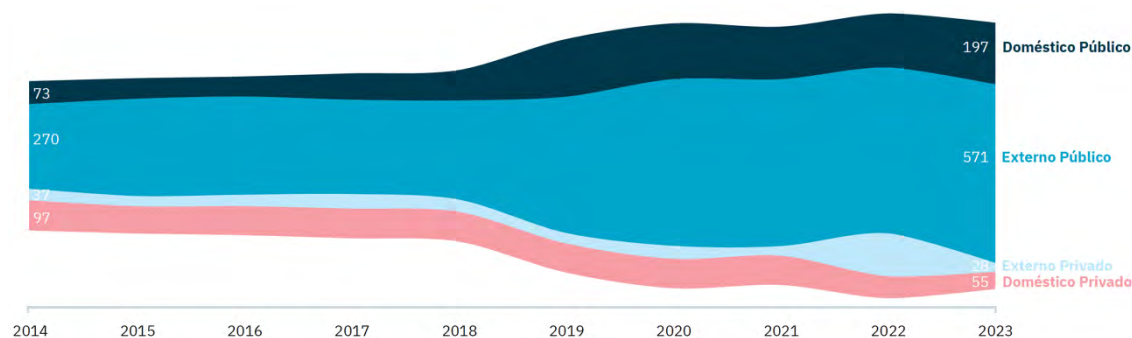


Fonte: Equipa de Inflection Finance com diversas fontes nacionais e internacionais

O cenário geral para o financiamento do desenvolvimento em São Tomé e Príncipe apresenta oportunidades significativas, juntamente com a necessidade de abordar situações específicas. Para navegar neste panorama integrado de financiamento, a Figura 5 apresenta uma análise das principais variáveis avaliadas. Esta visualização destaca os valores de referência comumente

utilizados para gerir variáveis específicas de financiamento³. No contexto do panorama inicial de financiamento do desenvolvimento, o total das variáveis medidas em 2023 alcançou 850,5 milhões de USD. Esta estrutura apresenta algumas características dignas de destaque, notando-se que o peso relativo do financiamento público é superior a 90% do total, o que evidencia a reduzida participação do setor privado na economia.

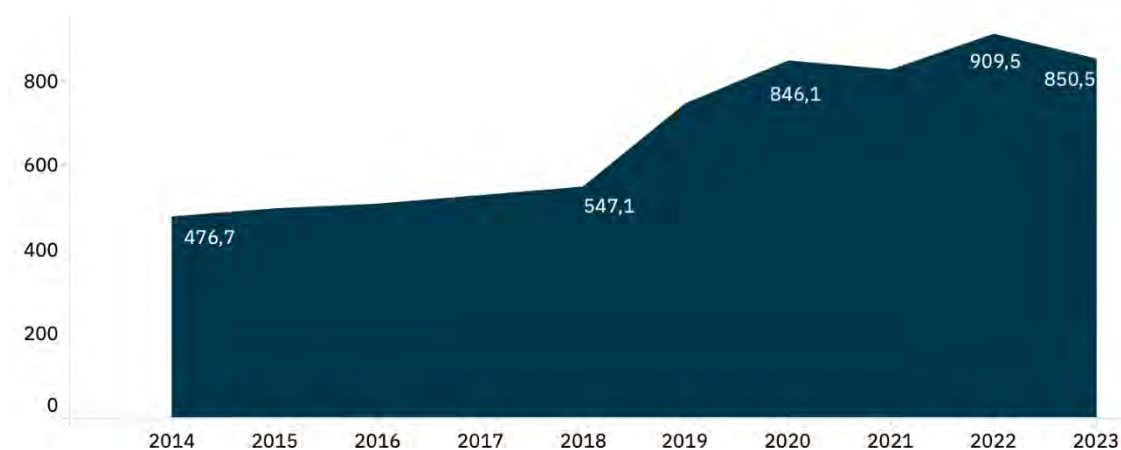
Figura 6. Trajetória geral dos recursos de financiamento ao desenvolvimento (em milhões de USD)



Fonte: Equipa de Inflection Finance com diversas fontes nacionais e internacionais

As variações na composição do financiamento ao desenvolvimento na última década demonstram mudanças negativas significativas. De acordo com a Figura 6, o total de financiamento ao desenvolvimento medido aumentou de 477 milhões de USD em 2014 para 851 milhões de USD em 2023. Durante esse período, a composição passou por mudanças relevantes, com um peso crescente do financiamento público no total. Em 2014, os fluxos públicos representavam 72% do total (343 milhões de USD), o que já evidenciava um problema significativo de falta de desenvolvimento da economia privada. Contudo, essa proporção aumentou para 90,2% do total em 2023 (767 milhões de USD).

Figura 7. Evolução do total de financiamento ao desenvolvimento medido (em milhões de USD)



Fonte: Equipa de Inflection Finance com diversas fontes nacionais e internacionais

Com base no ritmo atual de progresso, o financiamento ao desenvolvimento projeta-se como insuficiente para atender às necessidades de financiamento necessárias para alcançar os ODS e os objetivos de desenvolvimento nacional. A Figura 7 apresenta uma representação visual do crescimento acumulado de todas as variáveis medidas durante o período analisado. Em termos

³ A Figura apresenta os diferentes fluxos de financiamento medidos pela avaliação. Também inclui o stock da dívida pública, considerando a sua maior relevância como indicador para fins de gestão em comparação com o fluxo anual de dívida. Embora os valores avaliados estejam interrelacionados, apresentá-los como fontes separadas permite focar na sua relevância relativa, compará-los com outros países e explorar abordagens aprimoradas de gestão.

nominais, o volume medido quase duplicou na última década. No entanto, ao considerar a totalidade dos fluxos de financiamento medidos como percentagem do PIB, houve uma contração no volume total medido, em 37,5% do PIB neste período. Assim, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem mais substancial e direcionada para mobilizar os recursos financeiros necessários, de forma a acelerar o progresso da economia e viabilizar os objetivos de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

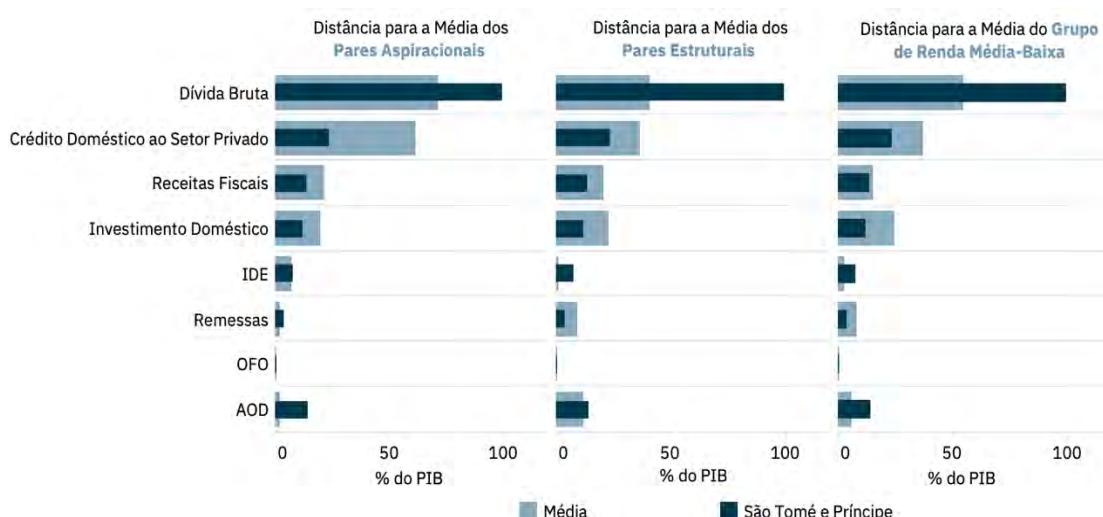
1.3 Comparações do Financiamento Medido com Países de Referência

As comparações apresentadas aqui oferecem algumas referências para analisar o desempenho do país na gestão dos fluxos de financiamento estudados e seu potencial de crescimento. As comparações de desempenho apresentadas a seguir têm um carácter meramente indicativo. Os valores apresentados mostram o peso relativo dos fluxos analisados nos pacotes de financiamento em economias com características similares. No entanto, diferentes países possuem situações socioeconômicas distintas, o que torna as comparações lineares inadequadas. Considerando essas limitações, tais comparações são úteis para identificar margens e oportunidades de melhoria na gestão dos fluxos individuais comparados.

Para realizar essas comparações, foram analisados três grupos de referência distintos. Esses dois grupos de países foram definidos com os critérios utilizados pelo Banco Mundial para São Tomé e Príncipe, revisando a consistência de certos indicadores de comparação:

- **Países do Mesmo Nível de Ingresso:** O primeiro grupo mais genérico consiste nos 51 países com o mesmo nível de renda média baixa de São Tomé e Príncipe medidos segundo o Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita do ano 2023.
- **Pares Estruturais:** Países de referência com características semelhantes às de São Tomé e Príncipe (população, renda, rendimento nacional bruto etc.) durante o período de 2000 a 2018. Esta lista inclui Cabo Verde, Comores, Timor-Leste, Ilhas Salomão e Vanuatu
- **Pares Aspiracionais:** Países similares, mas de maior grau de desenvolvimento que poderiam ser considerados bons exemplos de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe. Neste caso foram considerados Fiji, Maldivas, Maurício, Santa Lúcia e Seychelles

Figura 8. A situação comparativa das variáveis de financiamento ao desenvolvimento medidas

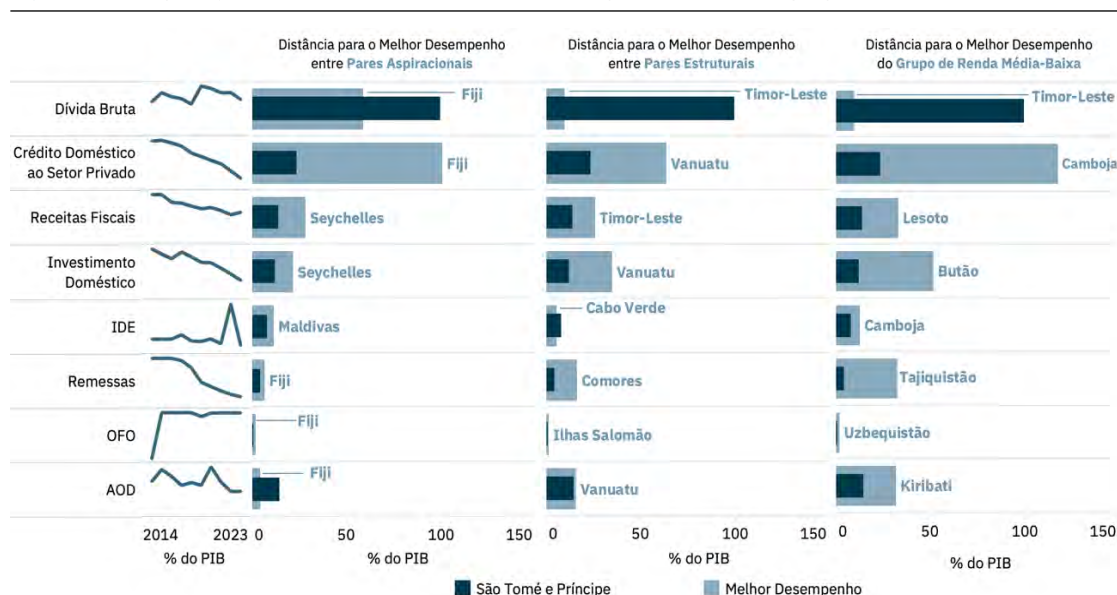


Fonte: Equipa de Inflection Finance com diversas fontes nacionais e internacionais

Uma primeira comparação revela que a gestão do financiamento para o desenvolvimento do São Tomé e Príncipe está abaixo da média de todos os grupos de referência comparáveis. A Figura 8 apresenta

as medições das principais variáveis (valores médios ao longo de todo o período) em relação aos valores médios de países com o mesmo nível de rendimento, bem como de pares estruturais e aspiracionais. O país evidencia uma maior dependência da dívida bruta e da AOD em comparação com todos os pares analisados.

Figura 9. Comparação de STP com os melhores desempenhos nos três grupos de referência⁴

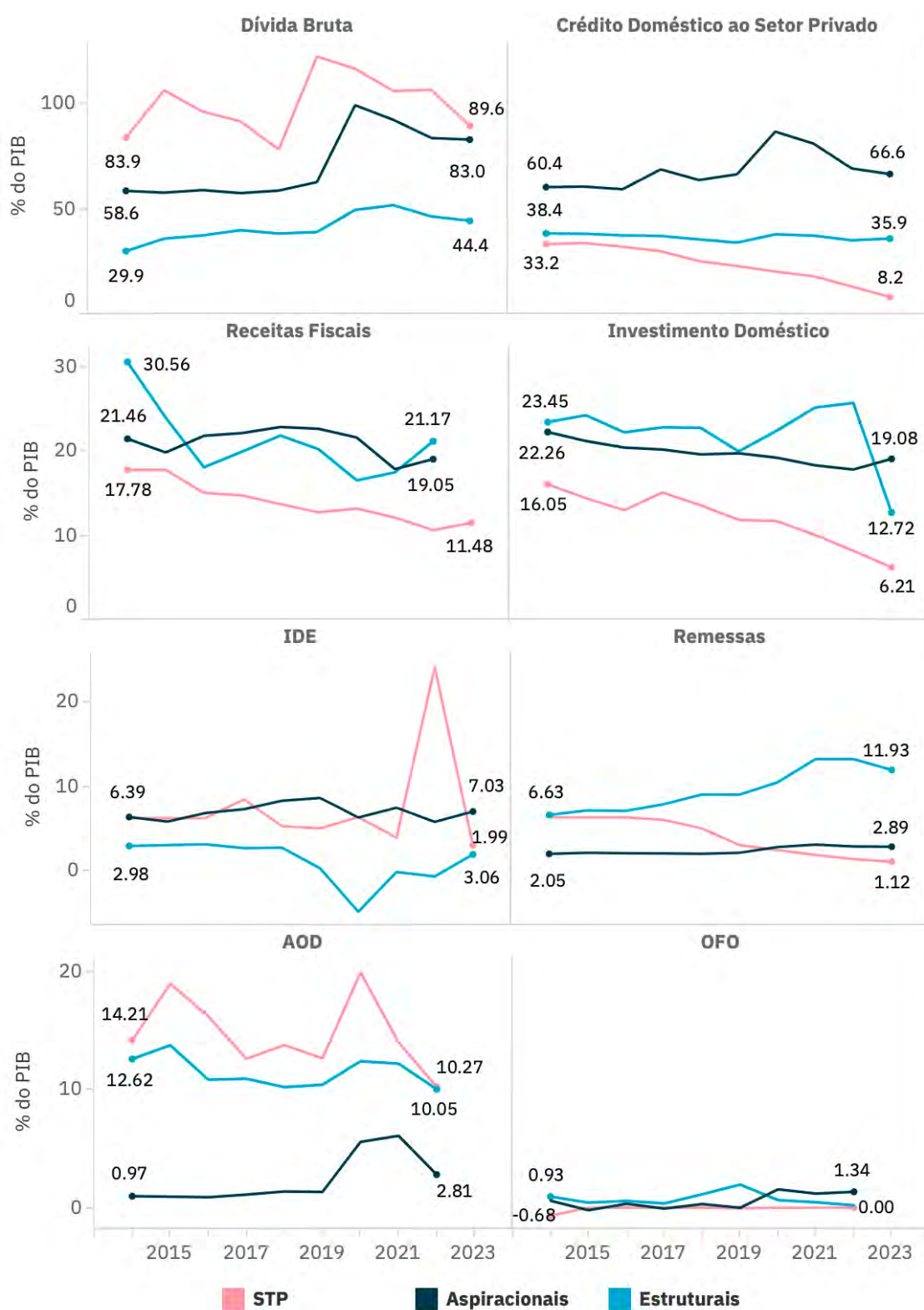


Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados do World Development Indicators do Banco Mundial

Uma análise mais detalhada dos países com melhor desempenho em cada um dos grupos comparativos selecionados oferece referências indicativas para o futuro desenvolvimento dos fluxos de financiamento. A distância entre STP e os melhores desempenhos nos três grupos comparativos destaca lacunas significativas. O crédito doméstico ao setor privado em STP foi de 23,6% do PIB, enquanto Vanuatu (grupo estrutural) alcançou 63,4%, Fiji (grupo aspiracional) 100,6% e Camboja (país de rendimento médio-baixo) 117,9%. De forma semelhante, a dependência de STP em relação à dívida pública teve uma média de 99,82%, comparada a 9,6% em Timor-Leste e 58,5% em Fiji. Essas comparações evidenciam oportunidades significativas de melhoria em todas as categorias e ajudam a orientar os objetivos de desenvolvimento dos fluxos de financiamento analisados nesta estratégia de financiamento.

A análise comparativa da evolução dos principais fluxos de financiamento em relação aos três grupos de referência revela um agravamento progressivo da situação de São Tomé e Príncipe. Como ilustrado na Figura 10, os principais fluxos de financiamento — como crédito ao setor privado, receitas fiscais e investimento interno — apresentam desempenho inferior ao dos países comparados, com distâncias que tendem a aumentar. O impacto da COVID-19 e da guerra na Ucrânia também foi mais acentuado em São Tomé e Príncipe, onde a tendência negativa se manteve e até se agravou, ao contrário de outros países que iniciaram recuperação após 2021. Essa evolução reflete a fragilidade estrutural da economia nacional, fortemente dependente das importações de bens essenciais como alimentos e combustíveis. No entanto, é importante destacar que essa trajetória descendente não se limita ao período mais recente, mas já se observava ao longo da década, com um desempenho sistematicamente inferior em relação aos pares analisados.

⁴ Nota: Assim como na Figura 7, nesses gráficos são analisados os valores médios das variáveis medidas para São Tomé e Príncipe no período analisado (2014-2023) e, em seguida, comparados com os valores médios medidos para os países de referência. Neste caso, é considerado o dado do país com melhor desempenho em cada um dos três grupos, enquanto na Figura 7 a comparação era feita com o valor médio de cada uma das três categorias de comparação utilizadas.

Figura 10. Evolução comparativa dos principais fluxos medidos com os três grupos de referência

Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados do World Development Indicators do Banco Mundial

2

Superando os desafios para financiar o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe

2.1 Prioridades de Desenvolvimento Sustentável e Lacunas de Financiamento

O país encontra-se num momento crucial, exigindo um paradigma estratégico e ambicioso para financiar o desenvolvimento sustentável. Apesar dos progressos registados nos últimos anos, tornou-se evidente que o modelo em vigor — no qual o país tem confiado há bastante tempo — requer uma revisão profunda. O atual paradigma de financiamento, marcado por uma forte dependência da ajuda internacional e do financiamento concessional, revelou-se insustentável e deverá passar por mudanças significativas.

Figura 11. Lacunas de Financiamento Projetadas para Alcançar os ODS em São Tomé e Príncipe



Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados do FMI

A urgência de um novo paradigma de desenvolvimento económico torna-se evidente diante da limitada capacidade do país para financiar os compromissos globais e regionais. Estimativas preliminares, com base em dados do FMI, indicam que as necessidades de financiamento adicionais para atingir cinco ODS fundamentais — educação, saúde, estradas, eletricidade, e

água e saneamento — equivalem a cerca de 15% do PIB ao ano. Como mostra a Figura 11, ao ritmo atual, esses objetivos só seriam alcançados em 2053. O mesmo se verifica em relação às lacunas de financiamento para a Agenda 2063 da União Africana, conforme ilustrado na Fig. 12.

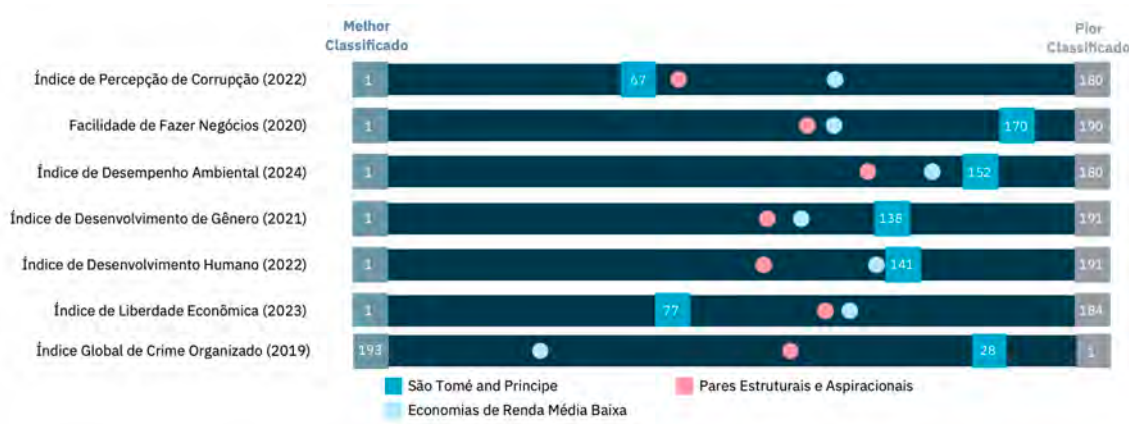
Figura 12. Lacunas de Financiamento Projetadas para Alcançar os Objetivos da Agenda 2063



Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados do BAD

A construção deste novo paradigma de desenvolvimento representará um grande desafio em termos de investimento em políticas públicas e capacidade de obtenção de resultados. Para alcançar um nível de desempenho comparável ao dos países de rendimento médio-baixo ou dos países pares analisados, São Tomé e Príncipe terá de melhorar significativamente os seus resultados em diversos indicadores sociais e ambientais, conforme ilustrado na Figura 13. O país encontra-se entre os 20 piores do mundo no índice de Facilidade de Fazer Negócios e ocupa posições muito baixas em áreas como Desempenho Ambiental, Desempenho Logístico e Controlo do Crime Organizado. Além disso, são necessários avanços significativos em áreas como o Desenvolvimento Humano e o Desenvolvimento de Género. Estes resultados evidenciam a necessidade de melhorar a eficácia das políticas públicas em múltiplos domínios.

Figura 13. Principais lacunas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe



Fonte: Equipa de Inflection Finance com base em dados de várias fontes internacionais.

Um elemento central do novo paradigma de desenvolvimento é o reforço da capacidade do Estado de alcançar resultados concretos nas áreas-chave dos ODS. Os dados da Figura 13 revelam a distância que separa São Tomé e Príncipe dos seus países pares em múltiplos

indicadores sociais e ambientais. O desafio central não é apenas de recursos — é de resultados: o país precisa de melhorar significativamente os resultados (outcomes) nas áreas que condicionam a expansão do setor privado e a coesão social. A ENDS identifica quatro grandes domínios de intervenção prioritária para fechar estas lacunas:

- **Capital humano e inclusão social** — abrangendo educação, formação profissional, saúde, proteção social e igualdade de género. Com 75% da força de trabalho com menos de nove anos de escolaridade, a baixa produtividade laboral constitui um entrave estrutural ao crescimento, agravado por sistemas de saúde e de proteção social ainda insuficientes.
- **Redução da pobreza e da informalidade** — com 13,0% da população em situação de pobreza monetária extrema e um setor informal que representa 73% do PIB, o modelo atual perpetua ciclos de exclusão com fortes implicações fiscais e para o desenvolvimento do setor privado formal.
- **Sustentabilidade ambiental e resiliência climática** — o alinhamento dos investimentos com padrões ambientais internacionais é indispensável para proteger os setores de base — turismo, agricultura e pescas — e para aceder a fontes de financiamento climático crescentemente relevantes para o país.
- **Ambiente de negócios e desenvolvimento do setor privado** — o país posiciona-se entre os 20 piores do mundo no índice de Facilidade de Fazer Negócios, e os seus indicadores de desempenho logístico, controlo do crime organizado e governação evidenciam a necessidade de reformas transversais para viabilizar a diversificação económica.

A descrição detalhada das lacunas setoriais em cada um destes domínios, bem como os objetivos específicos de desenvolvimento associados, encontra-se na ENDS 2026–2040.

Portanto, esta estratégia deverá priorizar a ampliação do espaço fiscal para a implementação dessas políticas e, sobretudo, a melhoria da qualidade da despesa pública. As ações propostas exigem uma expansão significativa dos recursos fiscais para financiar as prioridades identificadas. No entanto, o foco principal deve estar na aceleração dos resultados das reformas já em curso e em melhorar a eficiência da despesa. A estratégia reconhece que é necessário aumentar o gasto público para atingir os objetivos de desenvolvimento, mas alerta que fazê-lo sem enfrentar as ineficiências estruturais da despesa não será sustentável. Gastar mais é necessário, mas gastar melhor tornou-se imperativo.

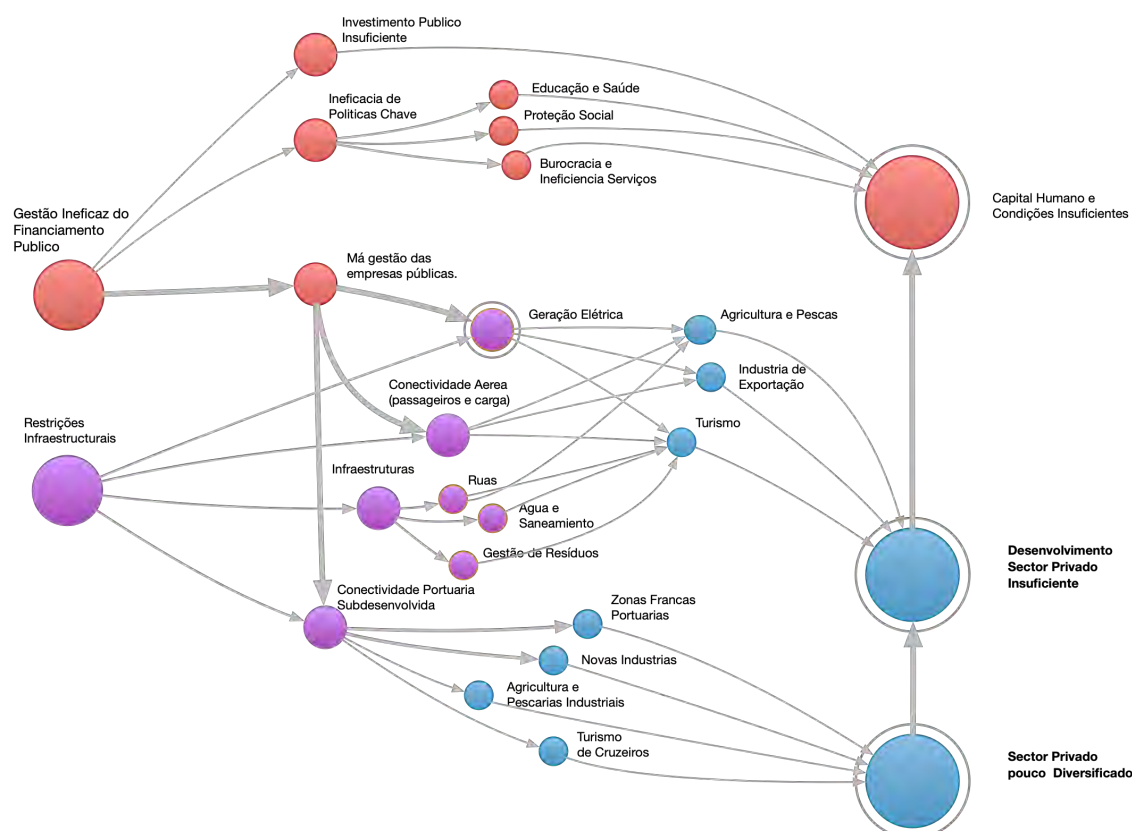
2.2 Análise das Principais Restrições Vinculantes ao Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe

O desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe enfrenta desafios típicos de PEID. Esses países compartilham obstáculos estruturais relacionados à geografia e ao reduzido tamanho populacional. A força de trabalho limitada dificulta o desenvolvimento de setores intensivos em mão de obra, restringe a diversificação económica e acentua a dependência de importações. A escassez de terras cultiváveis reduz a produtividade agrícola, enquanto o isolamento geográfico eleva os custos comerciais, agravando os desafios de um mercado interno pequeno. Além disso, os elevados custos unitários de provisão de bens públicos, como a administração estatal, combinados a uma base tributária estreita, contribuem para desequilíbrios fiscais. Esses fatores frequentemente se interrelacionam, amplificando o seu impacto sobre o desenvolvimento económico.

Em São Tomé e Príncipe, alguns elementos críticos bloqueiam a capacidade do país de acelerar o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento do setor privado é um fator crucial para a estabilidade económica e fiscal do país no longo prazo. A Figura 14 apresenta as principais restrições estruturais que bloqueiam esse desenvolvimento e limitam as possibilidades de diversificar a base económica do país. Parte significativa dessas restrições tem sua origem na

qualidade das políticas públicas e na capacidade de gestão do Estado. A eliminação de muitas delas não requer grandes investimentos para serem superadas, mas sim melhorias institucionais e administrativas sustentadas que, até o momento, não foram bem-sucedidas. A segunda categoria abrange restrições de infraestrutura física, cuja resolução exige investimentos para os quais o setor público não dispõe de recursos suficientes, sendo necessário um novo enfoque para sua superação.

Figura 14. As Principais Restrições Vinculantes em São Tomé e Príncipe e seus Impactos Diretos



2.2.1 Restrições vinculantes infraestruturais

i) Sustentabilidade Energética. A dependência da geração de energia baseada em derivados do petróleo não é apenas um problema ambiental ou de oferta insuficiente, mas também se tornou a principal fonte de risco fiscal do país, desestabilizando a economia como um todo nos últimos anos. O fornecimento de eletricidade é um dos maiores obstáculos enfrentados pelas empresas de São Tomé e Príncipe, devido às infraestruturas energéticas deficientes e aos elevados custos da EMAE. Além disso, a eletricidade é uma restrição vinculante para a redução da pobreza, comprometendo a prestação de serviços públicos essenciais.

Esse problema exige uma solução de curto prazo, pois continua a desestabilizar o equilíbrio fiscal do país. O governo precisa adotar medidas urgentes para resolver a situação da EMAE, cuja má gestão afeta o desenvolvimento económico, aumenta os custos operacionais e reduz a competitividade. A EMAE não representa apenas um entrave significativo ao progresso de São Tomé e Príncipe, mas também constitui a principal fonte de vulnerabilidade fiscal do país. As reformas deverão ser abrangentes, contemplando integralmente todos os aspetos estruturais, regulatórios e operacionais do setor.

ii) Conectividade Aérea para Comércio e Turismo. As limitações na conectividade aérea para o

comércio, restringem suas possibilidades, aumentam os custos e inviabilizam exportações de produtos perecíveis de alto valor agregado. O país precisa viabilizar o envio direto de carga aérea de mercadorias para a Europa, eliminando o transbordo por Angola. Além disso, é essencial fornecer instalações adequadas de armazenagem e câmaras frigoríficas para possibilitar as exportações de produtos perecíveis e de alto valor, como chocolate, peixe fresco, frutas e flores.

A concessão do aeroporto de São Tomé é apenas o início de uma série de ações necessárias para resolver os principais problemas que restringem o turismo. O novo aeroporto certamente solucionará questões de segurança e funcionamento, além de possibilitar a chegada de mais companhias aéreas. No entanto, a plena conectividade aérea para o turismo também dependerá da renovação da capacidade do aeroporto da Ilha do Príncipe. Outras barreiras, como dificuldades no processamento de vistos eletrônicos e outros trâmites, continuam a limitar o setor e poderiam ser resolvidas com medidas simples e sem grandes investimentos.

iii) Conectividade do Comércio Marítimo. A criação de um porto de águas profundas para transbordo foi identificada como prioridade na Agenda de Transformação 2030 de 2015. Esse tipo de investimento teria o potencial de dinamizar completamente a economia de São Tomé e Príncipe, gerando numerosas oportunidades de emprego, tanto diretas no porto como indiretas em todo o setor exportador, que se fortaleceria rapidamente. Além disso, a existência de um porto moderno permitiria o desenvolvimento de investimentos adjacentes, como zonas francas industriais, onde poderiam ser promovidas atividades paralelas, como reparação de navios e depósito de contentores. Elementos complementares, como infraestrutura de armazenagem, câmaras frigoríficas, reformas administrativas, acesso à energia e garantias claras para investidores, também serão indispensáveis para viabilizar o projeto.

No entanto, os esforços para atrair investimentos privados nesse setor não foram bem-sucedidos. Uma solução viável provavelmente exigirá o desenho de um pacote integrado, que inclua a revisão do papel monopolista da ENAPORT, a análise da localização territorial do porto medidas de redução de riscos para investidores estrangeiros e a atualização da legislação para o desenvolvimento de zonas francas produtivas.

iv) Conectividade Rodoviária e Outras Infraestruturas. O país enfrenta sérios desafios na melhoria da infraestrutura de transporte rodoviário. A rede rodoviária, com 320 km, dos quais 218 km são pavimentados, é atualmente inadequada e obsoleta. Na Ilha do Príncipe, a situação é ainda mais crítica, com estradas em condições intransitáveis ou muito precárias. Restrições orçamentais têm resultado numa manutenção insuficiente, agravando problemas como a elevada taxa de acidentes fatais, que supera a de países comparáveis. Como nem todas as estradas podem ser financiadas por investimentos privados ou Parcerias Público-Privadas, será essencial priorizar os recursos públicos em localizações estratégicas, como polos de desenvolvimento da agricultura de exportação ou do turismo.

Outros investimentos, como a gestão de resíduos sólidos, representam um problema ambiental grave e afetam diretamente as possibilidades de crescimento do turismo. A falta de acesso a água potável é outro problema crítico e mais uma demonstração da ineficiência da EMAE, que admite que ao menos 45% da água atualmente produzida é perdida. Uma parcela significativa desses investimentos deve ser financiada por capital privado, o que exige a liberalização de mercados para atrair esses recursos. Para áreas que requerem financiamento público, será necessário obter fundos concessionais.

2.2.2 Outras Restrições Vinculantes

v) Desenvolvimento do Capital Humano. Apesar do acesso universal à educação básica e avanços no ensino pré-escolar e secundário, a maioria da força de trabalho ainda possui baixa

escolaridade. Isso compromete a adoção de novas tecnologias, a inovação e até a formação de novos profissionais. São Tomé e Príncipe apresenta o menor nível de produtividade laboral entre os países analisados. Indicadores mostram limitações severas no capital humano. É necessária uma agenda de qualificação gradual, alinhada às prioridades do setor privado, à melhoria de serviços públicos e à adoção de mecanismos de financiamento por resultados.

vi) Capacidades Institucionais do Estado. A baixa capacidade de implementação e a fraca prestação de serviços prejudicam a eficácia do setor público e limitam o impacto da AOD. Apesar da existência de muitos planos estratégicos, o país carece de capacidade para executá-los simultaneamente. As reformas prioritárias incluem: (i) fortalecimento da gestão das finanças públicas, com foco na qualidade orçamental, gestão de investimento público e PPPs; (ii) capacitação em políticas e financiamento ambiental; (iii) melhoria de serviços-chave como saúde, educação, formação técnica e proteção social. Essas melhorias são essenciais para desbloquear o potencial de desenvolvimento no curto e médio prazo.

vii) Burocracia e Marcos Regulatórios Inadequados. A excessiva burocracia e os altos custos administrativos dificultam o desenvolvimento do setor privado. Marcos regulatórios complexos afetam negativamente o investimento, o comércio, os procedimentos aduaneiros e o turismo. Em alguns casos, bastam ajustes; em outros, são necessárias reformas mais profundas. A insegurança jurídica também limita o fluxo de financiamento privado. É essencial melhorar a agilidade e eficiência do sistema judicial, especialmente na execução de contratos e resolução de litígios comerciais. Outras medidas importantes incluem: (i) facilitar o uso de ativos fixos como colateral; (ii) criar um sistema fundiário com identificação única de parcelas; (iii) rever leis de propriedade para ampliar o acesso a crédito habitacional e agrícola; e (iv) fortalecer o marco regulatório para inclusão financeira via fintech. Essas melhorias reduzirão riscos e custos para os bancos e ampliarão o acesso ao crédito.

viii) Disponibilidade de Financiamento Privado. As comparações internacionais mostram que o desempenho do crédito ao setor privado em São Tomé e Príncipe está significativamente aquém dos seus pares de comparação. Apesar da liberalização do mercado no ano 2000, o setor bancário continua pequeno, relativamente concentrado e pouco diversificado. A análise da carteira de crédito por setor econômico revela um desalinhamento entre o crédito bancário e as prioridades nacionais de desenvolvimento. As taxas de juro são substancialmente mais elevadas do que as praticadas nos países comparáveis, constituindo um entrave significativo ao acesso ao financiamento.

Persistem também desafios relevantes em termos de inclusão financeira: cerca de 61% da população santomense com mais de 18 anos encontra-se excluída do sistema financeiro, sendo que apenas 38% dos inquiridos possuem uma conta bancária (de acordo com o Segundo Inquérito à Inclusão e Literacia Financeiras da População e das Micro e Pequenas Empresas, 2025). A inclusão financeira varia significativamente entre as diferentes regiões do país. A disparidade entre áreas urbanas e rurais também é notável, com 60% da população financeiramente excluída vivendo em centros urbanos e 40% em zonas rurais.

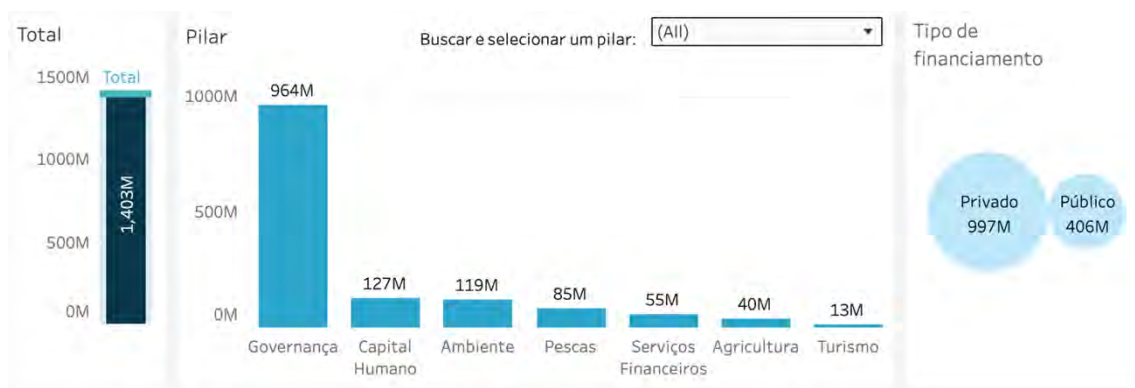
2.3 As Prioridades de Desenvolvimento Nacionais e os Desafios para o seu Financiamento

A desconexão entre os planos estratégicos do governo e o processo de financiamento público tem dificultado a identificação das áreas verdadeiramente prioritárias e das necessidades reais de financiamento. Avaliações recorrentes resumidas na AFD apontam que o planeamento e a orçamentação no país são, em geral, inadequados, impedindo que o orçamento funcione

como um instrumento estratégico e credível de decisão e controlo. Parte desse problema reside na dificuldade em definir as prioridades nacionais de longo prazo. Ao longo das últimas décadas, e com apoio de diversos parceiros de desenvolvimento, o país elaborou um grande número de planos e estratégias de longo prazo, muitas vezes com áreas de ação sobrepostas e objetivos semelhantes. A grande multiplicidade de instrumentos e a falta de coerência entre eles dificultaram a compreensão clara das prioridades reais e dos objetivos concretos a financiar.

A formulação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2026–2040 (ENDS) representa uma oportunidade para consolidar e priorizar iniciativas de desenvolvimento e necessidades de financiamento. Combinando uma componente estratégica de longo prazo (15 anos) com uma componente programática de médio prazo (cinco anos, inicialmente três, alinhada ao ciclo legislativo), a ENDS deverá servir como plataforma unificadora. Esta nova formulação oferece a oportunidade de racionalizar a multiplicidade de estratégias e planos setoriais, concentrando as prioridades nacionais num quadro estratégico único que oriente, de forma clara, a mobilização de recursos necessários para a sua implementação.

Figura 15. Panorama Geral dos Investimentos demandados pela ENDS (EURO)



Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados da ENDS

O primeiro passo para definir as metas desta estratégia de financiamento é aprofundar a análise das necessidades de financiamento da ENDS. Com a aprovação da ENDS, já se dispõem das estimativas governamentais dos custos do plano de implementação que poderia cobrir o período 2026–2030. Os dados da Figura 15 ilustram as necessidades de financiamento dos quatro pilares da ENDS, que englobam um total de 47 programas e um orçamento estimado de EUR 1 438 788 064, distribuído pelos seguintes pilares:

- **Governança (EUR 964M):** Dentro deste pilar foram formulados seis programas destinados à Reforma do Estado (EUR 29 milhões), ao fortalecimento das políticas públicas, à gestão da AOD, à melhoria dos serviços públicos, ao fortalecimento do sistema judicial e da governança eletrónica. Este pilar também incorpora um programa destinado a financiar as Infraestruturas Prioritárias para a Sustentabilidade Económica com um montante total de EUR 935 milhões.
- **Desenvolvimento do Capital Humano (EUR 127M):** Define 16 programas voltados à melhoria do sistema de educação geral, do ensino técnico-profissional e superior. Inclui também programas de apoio social, transição da economia informal, acesso à água potável e aos serviços de saúde.
- **Crescimento Económico Inclusivo (EUR 193M):** A ENDS propõe quinze programas com ações nas áreas do Turismo, Agricultura, Pescas e da gestão dos Serviços Financeiros para o desenvolvimento sustentável. Pela sua importância relativa na análise, este pilar será separado nos seus componentes fundamentais na secção seguinte.
- **Sustentabilidade Ambiental (EUR 119M):** Foram programados seis programas nas áreas de adaptação e resiliência climática, energias renováveis, gestão de resíduos sólidos e conservação dos recursos florestais.

Um passo adicional para a definição dos objetivos de financiamento desta estratégia consiste na integração das necessidades de financiamento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), analisadas no Capítulo 3 deste documento, que estabelecem os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas — elementos igualmente fundamentais para a definição estratégica. Até ao momento, não foi ainda formulado o Plano Nacional de Adaptação, que deverá integrar e aprofundar as definições da NDC 3.0, incluindo metas até 2030 e 2050. Por esta razão, o presente rascunho da estratégia incorpora apenas os principais elementos atualmente disponíveis.

Para orientar respostas eficazes, esta estratégia introduz uma distinção essencial entre dois tipos de necessidades de financiamento — *funding* e *financing*— como frequentemente analisado na literatura em inglês. Reconhecer essa distinção é fundamental para a seleção de instrumentos adequados, a definição de responsabilidades institucionais e a correta sequenciação das reformas:

- **Funding** refere-se a recursos não reembolsáveis mobilizados para apoiar prioridades nacionais de desenvolvimento. Esses recursos são direcionados a setores nos quais os retornos não são facilmente monetizáveis, como saúde, educação e proteção social e devem ser financiados com impostos, contribuições sociais e doações internacionais
- **Financing** envolve capital reembolsável—público ou privado—aplicado em investimentos com retornos económicos. Os setores típicos incluem energia, transporte e indústria, e devem ser financiados com fontes que vão desde bancos nacionais e internacionais, ou poupanças futuras, como, obrigações e investimentos privados (participações, PPPs, fundos de infraestrutura), fundos de pensão até investidores institucionais internacionais.

Figura 16. Principais Fontes de Recursos Demandados pela ENDS (EURO)



Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados da ENDS

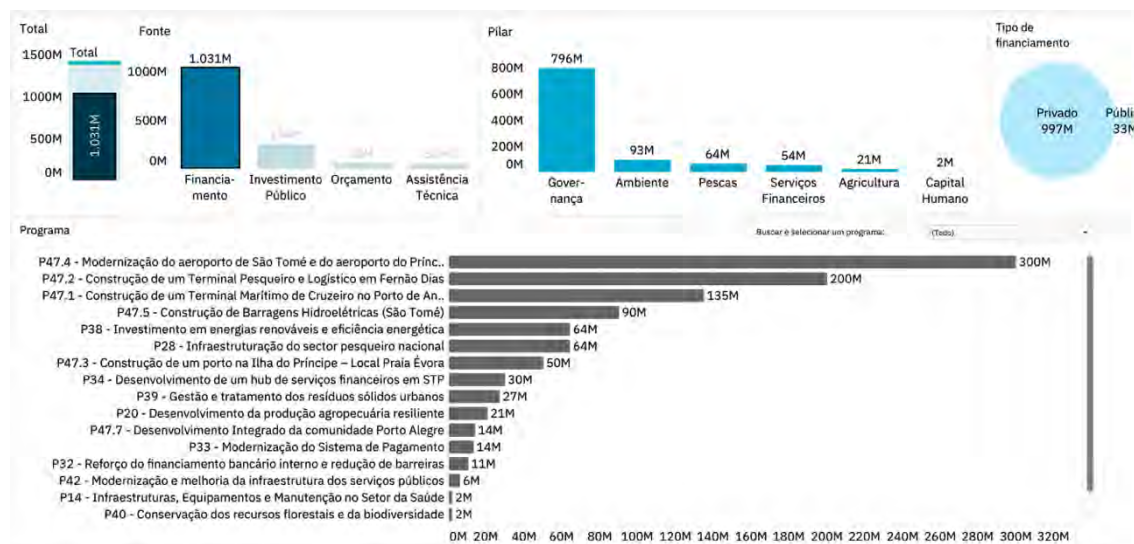
Esta estratégia analisou as necessidades da ENDS, considerando diferentes tipos de **funding** e **financing** que devem ser mobilizados, tanto de fontes domésticas como externas, públicas e privadas. Para identificar e programar as intervenções desta estratégia, foram examinados todos os programas e subprogramas da ENDS, identificando as possíveis necessidades de financiamento e de investimento com base em definições mais precisas sobre a principal origem de financiamento associada a cada programa, utilizando a seguinte tipologia:

- **Investimento Público:** Investimentos públicos que não geram retornos monetizáveis diretos e que devem ser financiados com donativos, novos impostos, taxas ou outras fontes.
- **Orçamento:** Áreas que não são investimentos, mas sim elementos de despesa corrente que devem ser agregadas no Orçamento Geral do Estado.
- **Financiamento:** Investimentos realizados pelo setor público ou privado que geram um retorno económico capaz de os reembolsar diretamente.
- **Assistência Técnica:** Áreas que o Estado tem capacidade limitada de implementar sem apoio de assistência técnica externa e que, muito provavelmente, devem ser financiadas através de donativos.

Uma primeira conclusão da análise das necessidades da ENDS com este enfoque é a grande importância das soluções para mobilizar **financing**, de modo a responder às necessidades

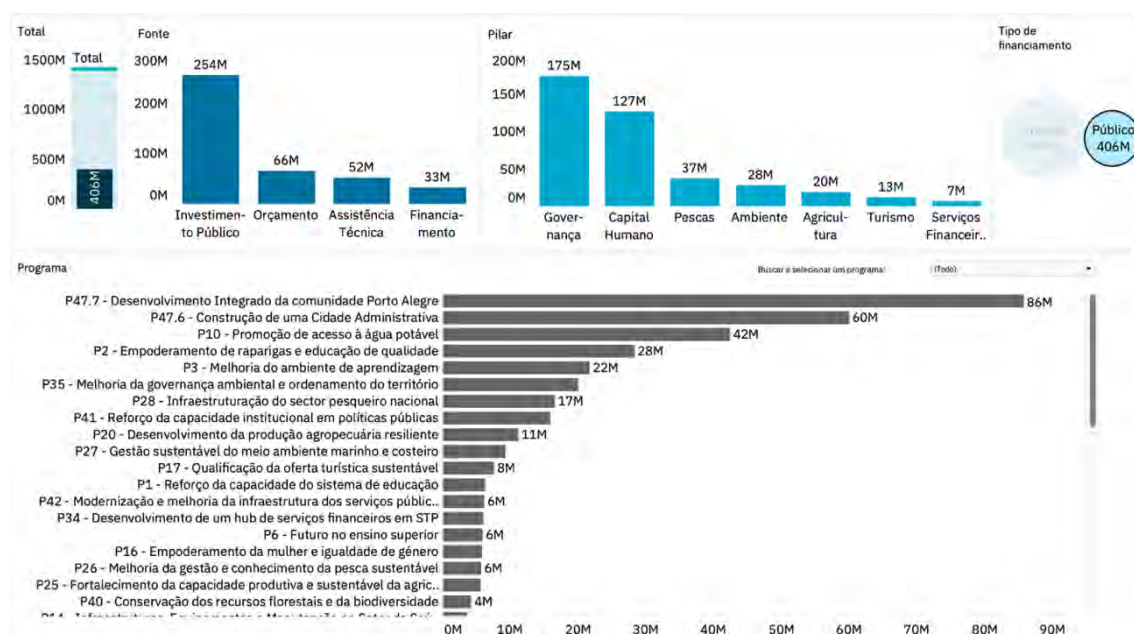
previstas de investimento público e privado. Os dados da Figura 17 mostram que, com um total estimado de EUR 1.031 milhões, o financing é a principal fonte de recursos que deve ser disponibilizada. Também são relevantes as necessidades de financiamento para investimento público adicional, que ascendem a EUR 254 milhões. As necessidades de aumento do orçamento nacional e de assistência técnica apresentam outros desafios que também são analisados.

Figura 17. Principais Pilares e Programas da ENDS que exigem financing (EURO))



Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados da ENDS

Figura 18. Principais Pilares e Programas da ENDS que exigem funding (EURO)



Fonte: Equipa de Inflection Finance com dados da ENDS

As necessidades de financing refletem, por sua vez, oportunidades para acelerar o desenvolvimento do setor privado através de investimentos que podem ser públicos ou privados. Analisando mais detalhadamente o destino dos EUR 1.031 milhões de financing necessários, verifica-se que uma parte significativa (EUR 997 milhões) se destina a financiar projetos de investimento privado, enquanto EUR 33 milhões correspondem a investimento público. Os dados da Figura 17 mostram ainda que a maior parte destes recursos se concentra

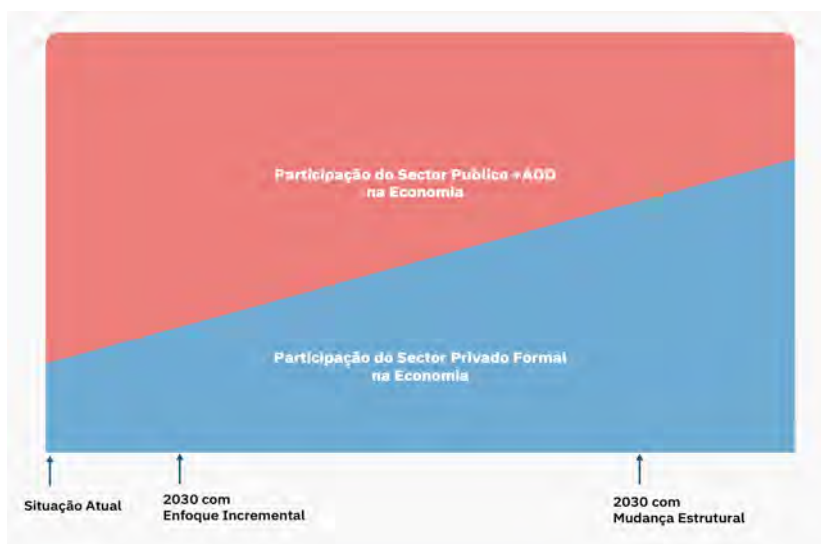
nos projetos estruturantes do pilar de Governação, essenciais para eliminar as restrições vinculantes de infraestruturas analisadas na secção anterior. No entanto, também existem projetos relevantes nas áreas de Ambiente, Pescas, Serviços Financeiros e Agricultura. Isto exigirá outros tipos de soluções, que são discutidos a seguir.

As necessidades de funding refletem a dependência da ENDS da capacidade de gerar novos recursos públicos domésticos e do apoio estratégico da cooperação internacional. A Figura 18 apresenta as necessidades de diferentes tipos de funding, nacional e internacional, por tipo de recurso e por destino. Identificam-se aqui grandes desafios: os principais programas que demandam funding — Governação (EUR 175 milhões), Capital Humano (EUR 172 milhões) e Crescimento Económico Inclusivo (EUR 105 milhões) — são fundamentais para eliminar as restrições vinculantes e consolidar o novo modelo de desenvolvimento proposto, mas dependem fortemente do apoio da cooperação internacional. Por exemplo, o investimento público é uma área que, até agora, tem sido financiada em mais de 90% por doadores e parceiros de desenvolvimento. Uma parte significativa do orçamento também segue esta lógica e, infelizmente, as necessidades de assistência técnica podem limitar a implementação de reformas essenciais.

2.4 A Abordagem Proposta para Financiar as Prioridades de Desenvolvimento Nacionais

Embora as estimativas de financiamento da ENDS ainda não estejam concluídas, já evidenciam oportunidades e desafios centrais que esta estratégia precisa considerar. As estimativas anteriores indicam necessidades de financiamento que, à primeira vista, parecem incompatíveis com a atual capacidade do país. Como ilustrado na Figura 15, a implementação da ENDS abre oportunidades para mobilizar investimentos privados no valor total de EUR 997 milhões. Isto poderia iniciar um processo — como ilustrado na Figura 19 — caracterizado por uma mudança gradual em que o peso relativo do setor público e da AOD na economia diminui progressivamente, a favor de um setor privado formal mais robusto.

Figura 19. Mudanças Estruturais Necessárias para Alcançar os Objetivos da ENDS



Para alcançar os resultados almejados, será necessária uma transformação estrutural da economia baseada na aceleração do crescimento do setor privado formal. O reforço deste

setor é essencial para mobilizar os EUR 406 milhões de financiamento público adicionais necessários para o financiamento da ENDS. O crescimento do setor privado formal deverá ser acompanhado por políticas que incentivem a formalização do setor informal da economia. Com um setor informal que representa cerca de 73% do PIB, o setor privado formal — que sustenta a base fiscal — suporta atualmente uma carga desproporcional. Aumentar a pressão fiscal sobre esta base limitada comprometeria a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo.

Por conseguinte, esta Estratégia de Financiamento concentra-se em viabilizar as ações que permitam o crescimento acelerado do setor privado formal. No entanto, como já discutido, esse crescimento depende não apenas da disponibilidade de instrumentos financeiros adequados, mas também da eficácia de políticas não financeiras capazes de gerar resultados concretos. O foco estará na promoção do alinhamento de políticas que acelerem a diversificação económica e o crescimento do setor privado, através da superação das principais restrições vinculantes, nomeadamente lacunas de infraestrutura, do fortalecimento do capital humano e da introdução de incentivos específicos e instrumentos financeiros adequados.

Caixa 1. A Oportunidade de Repensar a Participação do Estado na Economia

Ao longo da elaboração desta Estratégia, foram identificadas várias oportunidades que podem ser utilizadas para aumentar o peso relativo do setor privado, doméstico e externo, na economia. Isto inclui, por exemplo os investimentos que poderão ser realizados para:

- Desenvolver os projetos estruturantes de infraestrutura (AI5)
- Implementar vários programas da ENDS (AI6)

Em todos os casos, este trabalho assumiu que estes investimentos “poderiam ser realizados” pelo setor privado, sem determinar de forma taxativa que esta deva ser necessariamente a opção adotada. Partindo da hipótese de que o Governo poderia optar por esse caminho, foram desenhados os instrumentos de financiamento apresentados nas AI5 e AI6.

Um caso distinto refere-se aos elementos analisados na Área de Intervenção 2, onde se propõe a reforma dos mercados em que operam as empresas públicas. A Estratégia não propõe a necessidade de reduzir a dimensão do Estado através de privatizações, embora esta possa vir a ser uma definição política do país. O que se propõe é rever o papel do Estado, redefinir os monopólios públicos, analisar a liberalização de mercados e reconsiderar a participação do Estado em empresas que operam em mercados competitivos, nos quais o setor privado poderia assumir maior iniciativa. Esta é uma decisão que deverá ser definida pelo próximo Governo, no momento de decidir como implementar esta Estratégia.

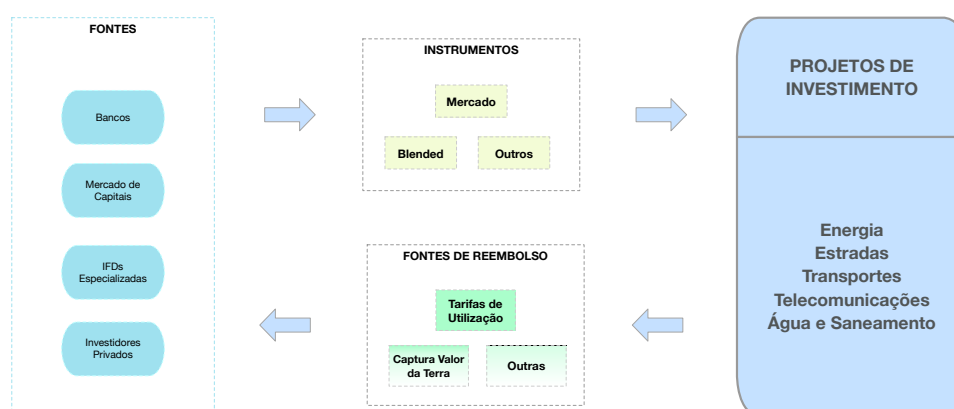
O núcleo desta estratégia reside na integração deliberada de quatro agendas que, tratadas separadamente, perdem grande parte do seu potencial de impacto: a melhoria das finanças públicas, a remoção das restrições estruturais de infraestrutura, o desenvolvimento do setor privado formal e a mobilização de financiamento ambiental e climático. A própria ENDS identifica intervenções com potencial para acelerar o investimento privado — tanto doméstico como externo — que, por sua vez, criam as condições para mobilizar mais receitas públicas internas e melhorar a qualidade da despesa.

Esta lógica de interdependência — em que cada agenda reforça as demais — constitui o fundamento das medidas propostas nesta estratégia e explica por que razão a sua implementação integrada e simultânea produz resultados significativamente superiores a qualquer abordagem sequencial.

Nos setores que requerem *financing*, a estratégia procurará evitar soluções temporárias, privilegiando o desenho de mecanismos estruturais e sustentáveis. A resolução das lacunas identificadas em infraestrutura representa, por si só, uma oportunidade para formular respostas estruturantes. A Figura 20 ilustra os principais fatores intervenientes neste processo e destaca oportunidades para o desenho de ações específicas, nomeadamente:

- **Riscos para investidores:** Um dos maiores entraves à atração de investimentos de retorno a longo prazo — como portos ou aeroportos — é a elevada perceção do risco país. A instabilidade dos últimos anos reforça a necessidade de criar instrumentos que ofereçam garantias contra estatizações ou mudanças abruptas nas regras, assegurando previsibilidade e proteção para o capital investido.
- **Fontes de financiamento:** O país dispõe de acesso a financiamento concessional tanto para o setor público como para investidores privados que operem localmente. A mobilização de financiamento concessional para investimentos privados pode gerar incentivos adicionais relevantes, reduzindo os custos operacionais dos serviços prestados. Considerando que muitos destes investimentos serão, em última instância, suportados por tarifas dos utilizadores, torna-se essencial garantir a sua sustentabilidade e competitividade no longo prazo.
- **Instrumentos de financiamento:** A estratégia também considera a necessidade de desenvolver instrumentos que facilitem o acesso ao crédito em condições favoráveis para todos os investimentos considerados estratégicos. Estes mecanismos devem permitir uma resposta mais ágil e sistémica

Figura 20. O foco de atenção para a mobilização de financiamento de projetos de investimento



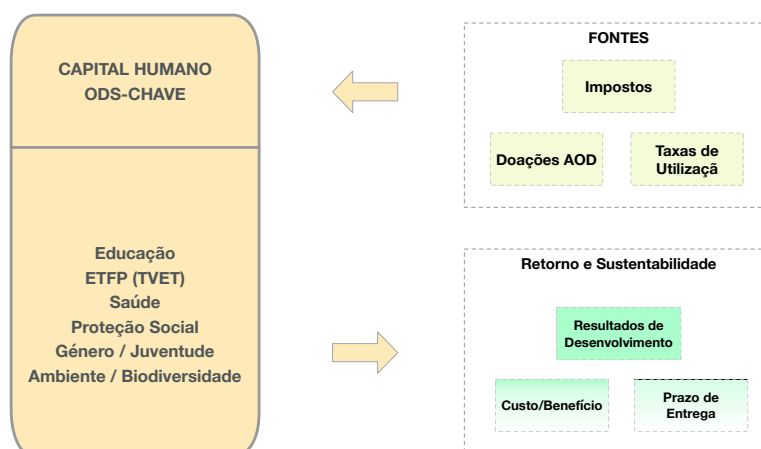
Fonte: Equipa de Inflection Finance.

Esta estratégia explora as oportunidades para acelerar o desenvolvimento do setor privado através de investimentos que podem ser públicos ou privados. Analisando detalhadamente o destino dos EUR 1 031 milhões de financiamento necessários, verifica-se que uma parte significativa (EUR 997 milhões) se destina a financiar projetos de investimento privado, enquanto EUR 33 milhões correspondem a investimento público. A Figura 21 apresenta os principais programas da ENDS que requerem financiamento para investimentos que poderiam ser privados. O volume total deste componente — EUR 997 milhões — é suficiente para justificar a criação de veículos e plataformas de financiamento específicos que permitam responder a esta necessidade, tendo em conta os fatores antes mencionados. Esta é uma das intervenções de alto impacto desta estratégia, que é analisada na Área de Intervenção 5.

Figura 21. Programas da ENDS que Requerem Financiamento para Investimentos Privados (EURO)



Fonte: Equipa de Inflection Finance.

Figura 22. O foco de atenção para planificar a mobilização de financiamento público (funding)

Fonte: Equipa de Inflection Finance.

Nos setores que exigem funding adicional, como o capital humano, esta estratégia propõe adotar uma abordagem centrada nos resultados das políticas públicas. Isso implica tratar essas despesas como investimentos estratégicos para a transformação estrutural. A disponibilidade de recursos de funding depende da expansão do setor privado, que, por sua vez, requer os resultados de investimentos públicos-chave, como saúde, educação e proteção social, que exigem compromissos de longo prazo. A principal mudança sugerida é a introdução de uma lógica de retorno sobre o investimento para todas as despesas públicas, com foco na obtenção de resultados mensuráveis (como melhorias na aprendizagem, saúde e empregabilidade) em tempos predeterminados e razoáveis, adotando o modelo de prestação mais eficiente, seja por via da oferta pública direta ou de parcerias com o setor privado e ONGs.

Por conseguinte, esta estratégia prioriza a alocação de recursos para intervenções que melhorem a qualidade da despesa pública, em especial nos setores essenciais ao desenvolvimento equitativo do setor privado. Propõe-se acelerar essa melhoria nos domínios da educação, saúde, ambiente e agricultura, pilares de um desenvolvimento inclusivo. Parte-se do entendimento de que cobrir integralmente as lacunas apenas com despesa pública, sem ganhos de eficiência, implicaria aumentos insustentáveis da despesa e riscos para a estabilidade fiscal. Dado que os resultados dessas políticas serão financiados por tarifas ou impostos, a análise de custo-benefício na prestação dos serviços públicos torna-se determinante.

O sucesso da implementação da ENDS dependerá de uma ação estratégica e coordenada dos parceiros de desenvolvimento. Esta estratégia de financiamento propõe um conjunto de ações para viabilizar um novo modelo de desenvolvimento, mitigando as limitações de financiamento de curto prazo. No entanto, a sua concretização exige coordenação eficaz dos parceiros, conforme analisado na Área de Intervenção 4, de modo a maximizar o impacto do seu contributo e ampliar o acesso a novas fontes de AOD.

Em muitos casos, será necessário reforçar as capacidades institucionais do MEF, de outros ministérios relevantes e do Gabinete do Primeiro-Ministro para assegurar a implementação efetiva das políticas propostas. Estas necessidades foram analisadas num **Plano de Desenvolvimento de Capacidades** preparado em paralelo com esta estratégia, que identifica as competências institucionais requeridas para apoiar a sua operacionalização. Os princípios de abordagem delineados nesta secção — incluindo a integração entre financiamento público, infraestrutura, setor privado e financiamento ambiental; a distinção entre funding e financing; e a necessidade de reformas institucionais como pré-condição para mobilizar recursos — são desenvolvidos em detalhe nos três pilares e nas sete áreas de intervenção propostas no Cap. 4.

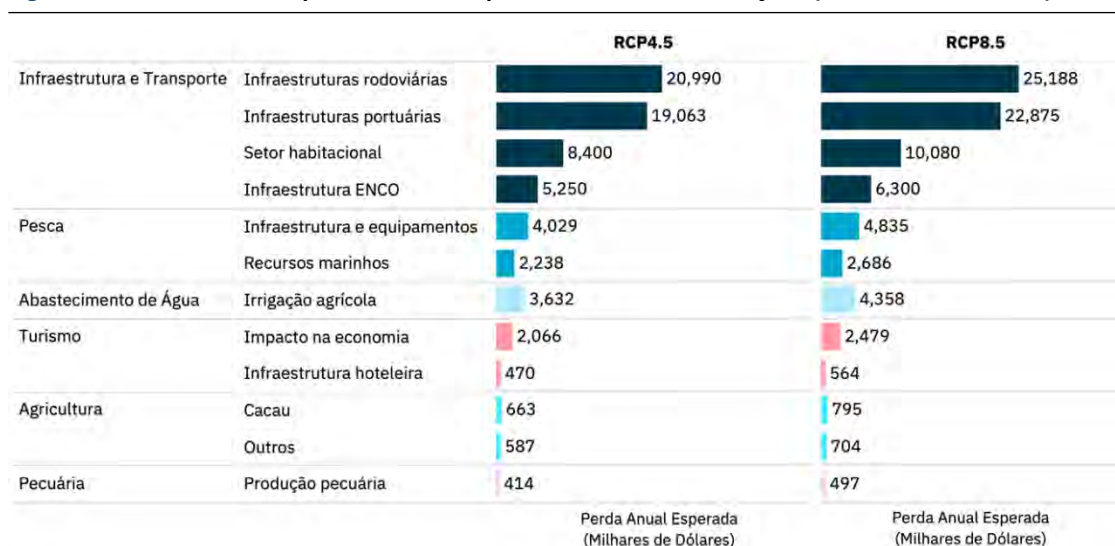
3

Riscos Climáticos, Custos da NDC e Mobilização de Financiamento Ambiental

3.1 O Custo da Inação: Estimativas dos Impactos Económicos das Alterações Climáticas

São Tomé e Príncipe é um dos países africanos mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas— e a dimensão económica desse risco é, pela primeira vez, quantificada neste documento. São Tomé e Príncipe é o segundo menor Estado africano e apresenta uma economia estruturalmente frágil, altamente exposta a choques externos. A sua condição de PEID, a forte dependência de setores sensíveis ao clima — agricultura, pescas e turismo — e a elevada concentração da população e dos ativos económicos em zonas costeiras tornam o país estruturalmente vulnerável a eventos que estão a intensificar-se em frequência e magnitude. Um estudo realizado no âmbito desta estratégia forneceu a primeira estimativa integrada dos custos e riscos climáticos para a economia santomense.

Figura 23. Estimativas das perdas anuais esperadas devido às alterações (em milhares de USD)



Fonte: Equipa da Inflection Finance, com base nos dados de cálculo da NDC

As perdas anuais esperadas devido aos efeitos combinados das alterações climáticas poderiam atingir USD 67,7 milhões no cenário moderado (RCP 4.5), correspondendo a 10% do PIB de 2023 — valor próximo do total das receitas fiscais do Estado nesse ano (USD 77,4M). Num cenário de emissões elevadas (RCP 8.5), as perdas estimadas anuais sobem para USD 86 milhões (12,8% do PIB). Na ausência de medidas de adaptação, as perdas poderão mais do que duplicar

até 2080, atingindo USD 152,2 milhões por ano. A Figura 23 apresenta a distribuição sectorial destas perdas no cenário moderado (RCP 4.5), e de emissões elevadas (RCP 8.5).

O sector de infraestruturas e transportes concentra cerca de 80% dos danos totais estimados (USD 53,6 milhões/ano), com impactos críticos sobre estradas e redes portuárias. O sector habitacional representa USD 8,4 milhões em custos anuais de relocação costeira, directamente relacionados com a concentração da população em zonas de risco. Estes valores refletem a exposição crítica dos principais ativos económicos do país a cheias, precipitações extremas e à subida do nível do mar, estando directamente relacionados com a elevada concentração da população em zonas costeiras e áreas próximas de rios, o que aumenta a exposição a inundações, erosão costeira e eventos climáticos extremos. A desagregação setorial dos impactos evidencia ainda os seguintes elementos críticos:

- **Pescas:** Os danos estimados na infraestrutura e equipamentos (USD 4,23 milhões) resultam da combinação de impactos em embarcações e infraestruturas de desembarque, causados por tempestades, ondulação e subida do mar, e da redução dos recursos pesqueiros associada ao aquecimento dos oceanos, com implicações para a segurança alimentar e os rendimentos das comunidades costeiras.
- **Abastecimento de água:** Os danos na irrigação agrícola decorrem sobretudo da seca agrícola (USD 2,3 milhões por ano) e das ondas de calor persistentes (USD 1,4 milhões/ano). Nesta fase, não foi possível estimar os impactos sobre o abastecimento de água potável e a produção hidroelétrica.
- **Agricultura:** As perdas de maior valor económico incidem sobre o cacau e a pimenta (exportação), enquanto culturas como banana, milho e taro apresentam perdas significativas em volume. Apesar do menor valor em USD, são críticas para a segurança alimentar. Os principais riscos incluem secas, precipitações extremas e ondas de calor.
- **Turismo:** A elevada exposição costeira das infraestruturas hoteleiras aumenta a vulnerabilidade a inundações, tempestades e erosão, enquanto eventos extremos reduzem a procura. Os danos diretos (USD 470 mil/ano) geram impactos económicos totais estimados em USD 2,54 milhões por ano.
- **Pecuária:** Ondas de calor e precipitação extrema favorecem pragas e degradam pastagens e fontes de água, reduzindo a produtividade. Os danos estimados (USD 414 mil/ano) são relativamente baixos em termos monetários, mas relevantes para a segurança alimentar.

Estas estimativas representam o custo da inação: perdas recorrentes que o país suportará anualmente na ausência de investimento em adaptação. A sua magnitude — comparável ao total das receitas fiscais do Estado — evidencia que a questão central deixa de ser se o país deve investir em resiliência climática, passando a ser como financiar, de forma sustentável e à escala necessária, as medidas que permitam reduzir estes riscos. O investimento em adaptação deve ser entendido, antes de mais, como um instrumento de estabilidade macroeconómica e de proteção da base produtiva nacional.

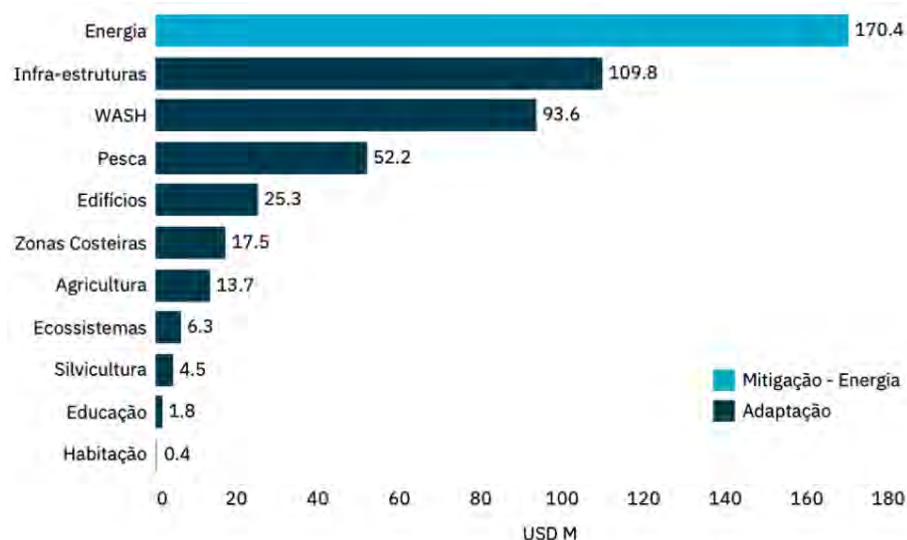
As estimativas apresentadas são conservadoras; não incluem impactos sobre o abastecimento de água potável nem sobre a produção hidroelétrica, para os quais os dados de base disponíveis não permitiram uma estimativa robusta. Os efeitos das alterações climáticas já são visíveis no território — degradação costeira, salinização, cheias repentinas e variabilidade climática crescente. O valor real das perdas será, portanto, superior ao estimado.

3.2 Custos das Medidas da NDC: Adaptação e Transição Energética até 2035

A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) recentemente aprovada por São Tomé e Príncipe define o quadro de compromissos do país face à comunidade internacional em matéria de adaptação e mitigação climática. Inclui 19 medidas de adaptação e mais de 40

medidas de mitigação. Importa destacar que a NDC estabelece que todas estas medidas são de natureza condicional, dependendo do acesso a financiamento internacional, assistência técnica e mecanismos de cooperação. Um estudo realizado no âmbito desta estratégia estimou os custos de implementação dessas medidas até 2035, cujo detalhe é apresentado na Figura 24. A lista completa dos custos destas medidas encontra-se incluída no Anexo 2.

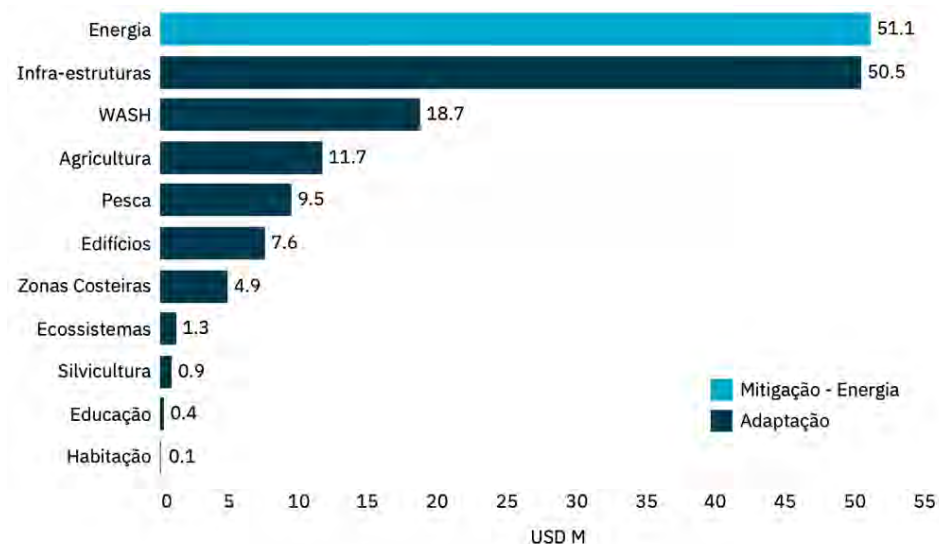
Figura 24. Custos de adaptação e energia renovável da NDC até 2035 (em milhões de USD)



Fonte: Equipa da Inflection Finance: Estudo de Custos da NDC

Os custos totais das medidas de adaptação até 2035 são estimados em cerca de USD 325 milhões. As medidas de maior peso são as infraestruturas resilientes, em particular a adaptação de estradas e redes viárias, seguidas da gestão de bacias hidrográficas e da reabilitação de redes de distribuição de água, e a construção de reservatórios, com enfoque na segurança hídrica. No setor das pescas, as medidas incluem a reconversão da frota artesanal, com o objetivo de reduzir riscos de acidentes e melhorar as condições de segurança dos pescadores

Figura 25. Necessidades de investimento da NDC por componente, 2026–2030 (USD milhões)



Fonte: Equipa da Inflection Finance: Estudo de Custos da NDC

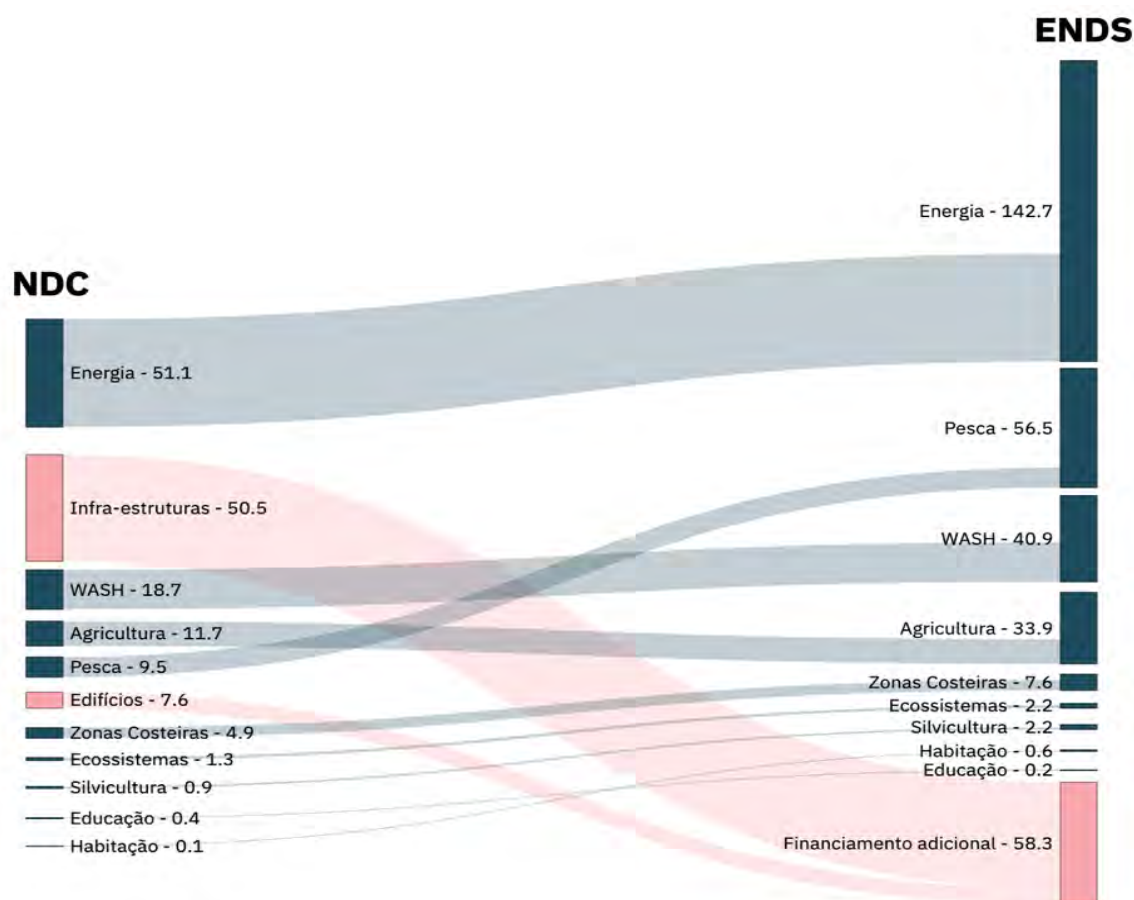
As necessidades de investimento de adaptação para o período 2026–2030 são estimadas em aproximadamente USD 105 milhões, valor que a presente estratégia estabelece como objetivo

de mobilização no curto prazo. A distribuição dessas necessidades no horizonte de curto prazo é apresentada na Figura 25, evidenciando a necessidade de mobilizar cerca de USD 50,5 milhões para infraestruturas e USD 18,7 milhões para segurança hídrica. A estrutura dos custos setoriais mantém-se inalterada.

O racional económico do investimento em adaptação é claro: o custo total das medidas (USD 325 milhões até 2035) representa cerca de metade das perdas potenciais acumuladas ao longo de uma década (aproximadamente USD 677 milhões a USD 67,7 milhões por ano). Esta relação de custo-benefício evidencia que o investimento em adaptação constitui uma opção economicamente sólida, permitindo reduzir perdas futuras significativas e proteger os ativos económicos do país. Neste contexto, estas medidas devem ser enquadradas como investimento produtivo — e não como despesa ambiental — o que reforça o diálogo com parceiros e financiadores internacionais

A transição energética é uma prioridade com implicações fiscais directas, que vai além da sua dimensão climática. A dependência de combustíveis fósseis importados para a produção de eletricidade constitui uma das principais fontes de volatilidade macroeconómica do país e um dos maiores entraves à consolidação fiscal. O financiamento da expansão da capacidade de geração de energia renovável (USD 170 milhões até 2035, dos quais USD 51,1 milhões no período 2026–2030) não é apenas uma intervenção para o clima — é uma condição para a estabilidade da balança de pagamentos e para a redução do subsídio ao sector elétrico que pesa sobre as finanças públicas.

Figura 26. Alinhamento dos custos da NDC com os programas da ENDS, 2026–2030



Fonte: Equipa da Inflection Finance com dados da ENDS e do Estudo de Custos da NDC

A consecução das metas de financiamento de adaptação e transição energética permitiria cobrir uma parte significativa dos custos de implementação da ENDS no período 2026–2030. Um elemento estratégico fundamental é o forte alinhamento entre as medidas da NDC e os investimentos já previstos na ENDS. Como evidenciado na Figura 26, uma parte significativa das medidas — em particular as relacionadas com energia, sistemas de água, pescas e agricultura — corresponde a necessidades de investimento já identificadas no plano nacional de desenvolvimento. Os principais custos ambientais adicionais não contemplados na ENDS concentram-se sobretudo nas áreas de infraestruturas hídricas, refletindo a necessidade de reforçar a resiliência destes sistemas face aos impactos crescentes das alterações climáticas.

O financiamento da NDC não representa, portanto, um custo adicional para a ENDS no horizonte 2026–2030: representa uma fonte alternativa de financiamento para investimentos que o país teria de realizar de qualquer forma. A sua mobilização reduziria de forma significativa as necessidades globais de financiamento da ENDS para este período.

3.3 São Tomé e Príncipe como Beneficiário Legítimo do Financiamento Climático Internacional

A elevada vulnerabilidade de São Tomé e Príncipe às alterações climáticas contrasta com a sua responsabilidade praticamente nula na sua origem. Até recentemente, o país funcionava como um sumidouro líquido de carbono, contribuindo para a remoção global de dióxido de carbono, e foi o primeiro país do mundo a ser integralmente reconhecido pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera. Neste contexto, o país assume um papel desproporcionado na provisão de bens públicos globais — incluindo a conservação da biodiversidade, a proteção de ecossistemas e a mitigação das alterações climáticas — apesar de enfrentar limitações fiscais e institucionais significativas. Esta assimetria reforça a necessidade de acesso a financiamento internacional, em particular sob a forma de recursos concessionais e não reembolsáveis, para apoiar a implementação das suas prioridades climáticas.

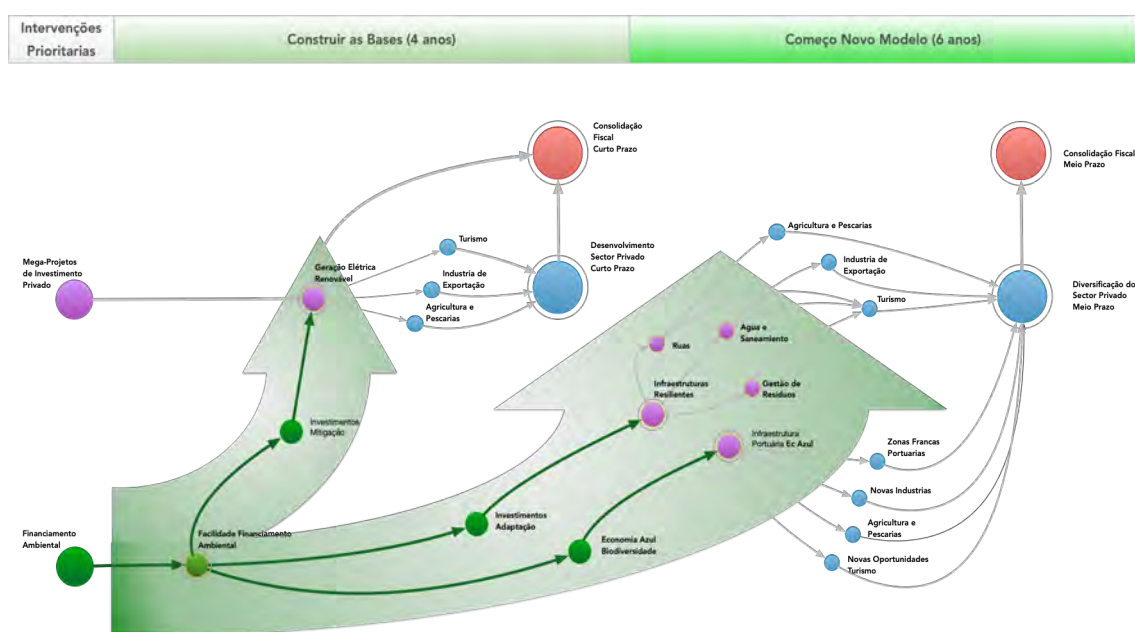
Esta assimetria entre vulnerabilidade e responsabilidade constitui o fundamento para a mobilização de financiamento climático internacional sob a forma de subvenções e instrumentos não reembolsáveis. O argumento não é apenas político, mas também económico. A atual situação fiscal do país limita significativamente a capacidade de expansão do espaço orçamental necessário para suportar a despesa pública associada à maioria das intervenções de adaptação. O país opera em sobre-endividamento (*debt distress*), o setor privado tem capacidade limitada para assumir investimentos de adaptação — que, em geral, não geram fluxos financeiros diretos — e a recente crise económica, agravada pela elevada dependência de combustíveis fósseis para a produção de eletricidade, reduziu ainda mais a margem fiscal disponível.

A consequência é clara: na ausência de financiamento externo não reembolsável, uma parte significativa das medidas de adaptação identificadas na NDC dificilmente será implementada, aumentando o risco de materialização recorrente dos custos da inação — estimados em USD 67,7 milhões por ano — com impactos diretos na trajetória de desenvolvimento definida na ENDS. Uma transição justa requer o reconhecimento de que países com a vulnerabilidade estrutural de São Tomé e Príncipe — que, apesar das suas limitações, assumem compromissos ambiciosos em matéria de mitigação e adaptação — devem beneficiar de acesso prioritário e simplificado aos mecanismos internacionais de financiamento climático. Esta premissa sustenta a proposta de criação da Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade, descrita na secção seguinte.

3.4 O Financiamento Climático como Vetor de Expansão da Estratégia

O financiamento climático e de biodiversidade é um instrumento fundamental de expansão desta estratégia de financiamento no médio prazo. A magnitude dos custos associados à NDC, a limitada capacidade fiscal do Estado e o elevado grau de alinhamento com as prioridades da ENDS oferecem uma oportunidade estrutural que o país ainda não explorou de forma sistemática. Neste contexto, o financiamento climático não deve ser tratado como uma componente adicional ou paralela, mas sim integrado como elemento central da arquitetura financeira do país, conforme ilustrado na Figura 27. Esta integração abrange, entre outros, o financiamento da transição para energias renováveis, o desenvolvimento de infraestruturas resilientes (incluindo redes viárias, água, saneamento e gestão de resíduos), o reforço da economia azul (nomeadamente portos comerciais e pesqueiros), bem como outras áreas prioritárias identificadas na ENDS. As ações definidas nesta secção são desenvolvidas com maior detalhe na Área de Intervenção 4 do presente documento.

Figura 27. O impacto esperado do financiamento ambiental na estratégia de financiamento



A mobilização efectiva deste tipo de financiamento exige, no entanto, uma mudança de postura institucional: de recetor passivo para gestor estratégico ativo de origem de recursos. A evidência internacional demonstra que a existência de planos e estratégias de adaptação, por si só, não garante a mobilização de financiamento externo. A capacidade de preparar projectos financiáveis, cumprir os requisitos técnicos e administrativos dos mecanismos internacionais, e demonstrar credibilidade na implementação é determinante para o acesso a estas fontes. São Tomé e Príncipe apresenta lacunas significativas nessas capacidades, que esta estratégia propõe colmatar de forma estruturada através da Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade.

3.4.1 A Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade

Propõe-se a criação de uma **Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade**, sob liderança do **Ministério da Economia e Finanças**. A Facilidade funcionará como plataforma integrada de mobilização de recursos climáticos e ambientais, articulando as

prioridades nacionais com as fontes de financiamento internacionais disponíveis. A sua criação e operacionalização são analisadas em detalhe na Área de Intervenção 4 deste documento.

As funções centrais da Facilidade são:

- Identificação e priorização de projectos alinhados com a NDC e a ENDS, com base numa avaliação sistemática do pipeline de investimento climático;
- Preparação sistemática de propostas para mecanismos internacionais de financiamento climático e de biodiversidade — Green Climate Fund (GCF), Global Environment Facility (GEF), Fundo de Adaptação, Least Developed Country Fund (LDCF), entre outros;
- Estruturação de operações de financiamento combinado (blended finance), mobilizando recursos concessionários e privados em torno de projectos de adaptação e transição energética;
- Rastreabilidade e reporte climático, através do Sistema Integrado de Informação para a Gestão da AOD proposto na AI 4 — condição crescentemente exigida para aceder a novas fontes de financiamento;
- Coordenação institucional entre o MEF, o Ministério do Ambiente e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, assegurando coerência entre as dimensões técnica, financeira e diplomática da mobilização de recursos.

A articulação institucional é clara: o MEF assume a liderança como entidade responsável pela gestão integrada do financiamento; o Ministério do Ambiente presta apoio técnico na preparação de propostas e validação de projectos; o Ministério dos Negócios Estrangeiros assegura a articulação com parceiros internacionais e plataformas globais. Esta estrutura é consistente com o modelo de governação proposto na AI 4.

3.4.2 Metas de Mobilização de Financiamento Climático

Os objetivos de mobilização da Facilidade estruturam-se em duas fases, reconhecendo que a capacidade de execução aumentará progressivamente à medida que as capacidades institucionais se consolidarem. O volume total de financiamento a mobilizar é estimado em 495,5 milhões de USD até 2035, de acordo com a seguinte sequência:

- **Curto prazo (até 2030):** mobilização de USD 156,5 milhões para financiar as medidas prioritárias de adaptação (USD 105 milhões) e o pacote de transição energética (USD 51,1 milhões).
- **Médio prazo (até 2040):** mobilização de USD 339 milhões adicionais para expandir e consolidar a implementação, assegurando o financiamento integral das medidas de adaptação da NDC (USD 220 milhões) e de energia renovável (USD 119 milhões).

Ao longo de todo o período, será igualmente necessário desenvolver a capacidade nacional de origem sistemática de financiamento climático. A Tabela 2 apresenta o detalhe destas metas por componente, incluindo os respetivos indicadores físicos e o impacto económico estimado.

O argumento económico da transição energética é excecionalmente forte e vai muito além da dimensão climática⁵. Em 2022, São Tomé e Príncipe importou USD 42 milhões em gasóleo — maioritariamente para as operações da EMAE — representando uma das maiores rubricas de importação do país e uma fonte de vulnerabilidade macroeconómica estrutural: cada subida de USD 10 no preço de um barril de petróleo agrava automaticamente a fatura energética do

⁵ Nota metodológica: As estimativas de poupança utilizam as importações de gasóleo de 2022 (USD 42M) como proxy do consumo em regime estacionário, aplicando o preço corrente do gasóleo (Brent ~USD 100/barril + USD 20 de prémio de refinação). O factor de substituição de 80% na Fase 1 reflecte a manutenção da capacidade térmica como backup e para cobertura de picos de procura. Os valores são conservadores: não incorporam crescimento da procura energética nem eventuais subidas adicionais do preço do petróleo, ambos os quais aumentariam as poupanças efectivas

Estado e pressiona a balança de pagamentos.

- Os +17 MW de renováveis previstos na Fase 1 poderiam substituir cerca de 72% desta geração a gásóleo, gerando poupanças anuais estimadas em aproximadamente USD 30 milhões — o equivalente a 39% das receitas fiscais totais de 2023. O investimento de USD 51,1 milhões paga-se a si próprio em menos de dois anos.
- Com a Fase 2, a dependência de gásóleo para a produção de eletricidade é praticamente eliminada (utilizada somente para cobertura de demanda adicional), e as poupanças ao longo da década 2026–2035 poderiam atingir cerca de USD 275 milhões, superando o custo total do investimento em energia renovável previsto na NDC (USD 170 milhões).
- O crescimento da procura energética poderá ser suprido através de geração a gásóleo. No entanto, ao abrigo do acordo com o FMI, a EMAE não poderá continuar a subsidiar a tarifa de eletricidade, pelo que o custo das importações de combustíveis seria transferido para os consumidores, não representando, nesse sentido, um encargo fiscal direto.
- Este é, por isso, simultaneamente o investimento climático com melhor rácio custo-benefício e uma das alavancas mais potentes para a consolidação fiscal de médio prazo

A meta de mobilização de recursos de curto prazo desta Facilidade é ambiciosa, mas alcançável, desde que o país invista de forma consistente no reforço das capacidades institucionais necessárias. A sua concretização permitiria não apenas reduzir os custos da inação climática, mas também cobrir uma parte significativa das necessidades de investimento da ENDS para o período 2026–2030, criando espaço fiscal adicional. Esta dupla função — climática e de desenvolvimento — constitui a principal razão pela qual o financiamento climático é tratado nesta estratégia como um vetor de expansão, e não como uma agenda ambiental paralela.

3.5 Implicações para a Estratégia de Financiamento

As análises apresentadas neste capítulo têm três implicações directas para a arquitetura da estratégia.

Primeiro: o custo da inação climática — USD 67,7 milhões por ano — justifica tratar o investimento em adaptação como prioridade macroeconómica, com a mesma urgência que as reformas fiscais e de infraestrutura. A não implementação das medidas da NDC não é uma opção neutra: implica a materialização recorrente de perdas que comprometem directamente a trajetória de desenvolvimento prevista na ENDS.

Segunda: o forte alinhamento entre as medidas da NDC e os investimentos da ENDS transforma o financiamento climático num substituto parcial do financiamento do desenvolvimento — reduzindo, e não aumentando, as necessidades totais de recursos externos do país. Esta lógica deve ser central no diálogo com parceiros de desenvolvimento e financiadores internacionais.

Terceira: a mobilização de financiamento climático à escala necessária exige capacidades institucionais dedicadas, atualmente inexistentes no país. A Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade deverá desenvolver competências na estruturação e utilização de instrumentos financeiros complexos, incluindo debt swaps, blended finance, project finance, PPP, bem como na mobilização de subvenções e financiamento de assistência técnica de múltiplas fontes. Esta Facilidade constitui a resposta estrutural a esta lacuna, sendo a sua operacionalização — descrita em detalhe na AI 4 — uma condição crítica para o sucesso da estratégia.

Tabela 2 Principais investimentos e resultados esperados das intervenções selecionadas da NDC

Componente	Meta 2026–2030	Meta 2031–2040	Indicadores físicos principais	Impacto estratégico
Transição energética/ renováveis	USD 51,1 milhões	USD 119 milhões	Fase I: +17 MW até 2030 → 72% da geração a gásóleo substituída Fase II: +27 MW até 2035 (fases 1+2) → ~95% da dependência de eliminada	• Reduz importações de gásóleo (~USD 42 milhões/ano em 2022) • Elimina exposição à volatilidade do petróleo • Liberar espaço orçamental. • Poupanças anuais de ~USD 30M = ~39% das receitas fiscais de 2023.
Infra-estruturas rodoviárias resilientes	USD 50,5 milhões	USD 59,3 milhões	Fase 1: +61 km (100% alto risco) → Pontes, drenagem, muros de contenção Fase 2: +132 km total (alto e medio risco)	• Reduz custos recorrentes de manutenção pós-evento climático, • Diminui perdas por interrupções de mobilidade • Melhora a previsibilidade orçamental reduzindo choques fiscais associados a eventos extremos.
Água e saneamento (WASH)	USD 18,7 milhões	USD 74,8 milhões	Fase 1: → Reabilitação da rede de Neves; início da rede de São Tomé (17%) → 4 planos de gestão de bacias hidrográficas Fase 2: → 3 redes reabilitadas (Neves, Angolares, São Tomé) → 7 planos de bacias; 2 projectos-piloto implementados	• Reduz doenças de origem hídrica e perdas de produtividade. • Reforça resiliência a secas e cheias, diminuindo custos de emergência. • Plano Director actualizado melhora eficiência na alocação de recursos públicos.
Pescas	USD 9,5 milhões	USD 42,7 milhões	Fase 1: → 1 frota resiliente reabilitada (São Tomé) → +500 barcos de madeira substituídos por fibra → +80 unidades aquícolas; +40 DCPs biodegradáveis → +200 pescadores capacitados Fase 2: → 1 nova frota (Príncipe); +2.000 barcos convertidos → 450 unidades aquícolas; 88 DCPs; 2.493 pescadores capacitados	• Aumenta produtividade e reduz perdas pós-captura. • Modernização da frota e infraestruturas reduz custos operacionais. • Expansão da aquicultura diversifica produção e reduz dependência de importações alimentares.
Agricultura	USD 11,7 milhões	USD 2,0 milhões	Fase 1 (fast-track): → +2.000 hectares com irrigação solar e gota-a-gota → +6.800 agregados capacitados em agricultura de conservação	• Estabiliza produção alimentar ao longo do ano, • Reduz dependência de importações e mitiga impactos da variabilidade climática.
Capacidade institucional	Facilidade operacional até 2027	Origem sistemática consolidada	N.º de propostas submetidas e aprovadas por mecanismo (GCF, GEF, Adaptation Fund, LDCF)	• Condição crítica para a mobilização em todas as outras componentes

PARTE II

Objetivos e Estrutura da Estratégia Integrada de Financiamento Nacional

4

Objetivos e Orientação da Estratégia

4.1 Visão, Objetivos e Pilares da Estratégia de Financiamento

Visão

Facilitar uma gestão integrada do financiamento que combine fontes públicas e privadas com ações destinadas a viabilizar economicamente os ODS de São Tomé e Príncipe até 2040

Objetivos

Os objetivos específicos desta estratégia de financiamento são os seguintes:

Objetivo 1. *Definir a orientação da gestão integrada de múltiplos fluxos financeiros para aumentar a sua escala, alinhá-los com as prioridades nacionais e melhorar o seu desempenho a médio e longo prazo.*

Objetivo 2. *Implementar um quadro de ações priorizadas para alcançar os objetivos de mobilização de financiamento e investimento no curto prazo.*

Pilares da Estratégia

- **Melhorar a Gestão das Finanças Públicas.** Reforçar a gestão da despesa pública para maximizar os resultados de desenvolvimento nas áreas críticas dos ODS. Ampliar o espaço fiscal e alinhar os gastos às prioridades nacionais. Melhorar a eficiência e a eficácia das finanças públicas, eliminando despesas ineficientes e introduzindo novas intervenções, especialmente nos setores ambiental e climático.
- **Remover restrições estruturais vinculantes ao desenvolvimento da economia.** Novas intervenções de financiamento para superar os obstáculos ao desenvolvimento do setor privado, eliminando barreiras de infraestrutura, lacunas no capital humano, deficiências institucionais do Estado, excesso de burocracia e ausência de marcos regulatórios adequados.
- **Acelerar o Desenvolvimento Inclusivo do Setor Privado.** Melhorar o acesso ao financiamento adequado para favorecer um desenvolvimento mais equitativo do setor. Incentivar o investimento privado de impacto e alinhá-lo com as prioridades nacionais. Acelerar o uso de financiamento digital para promover a inclusão financeira e melhorar o acesso ao crédito para indivíduos e MPMEs, em condições competitivas.

4.2 Princípios Orientadores da Estratégia

O desenho desta estratégia assenta num conjunto de princípios orientadores partilhados e abrangentes. Todas as ações propostas alinham-se com quatro pilares fundamentais: promoção de um setor privado dinâmico, reforço do papel facilitador do Estado, investimento no desenvolvimento humano inclusivo e compromisso com a sustentabilidade. Em conjunto, estes princípios visam impulsionar São Tomé e Príncipe rumo a um futuro mais próspero, resiliente e sustentável.

Figura 28. Princípios Orientadores da Estratégia Nacional Integrada de Financiamento

Desenvolvimento Acelerado do Setor Privado Formal 	- Expandir o setor privado formal com taxas de crescimento aceleradas e metas concretas até 2028 e 2033. - Eliminar os principais obstáculos ao desenvolvimento do setor privado — infraestrutura, financiamento e regulação — até 2033. - Assegurar a implementação eficaz de políticas atualmente desconectadas (capital humano, saúde, economia migrante), alinhando-as a objetivos convergentes. - Atrair capital e investimento orientado pelos ODS (incluindo investidores de impacto) para gerar valor adicional ao desenvolvimento nacional.
Um Estado enxuto, eficiente e facilitador 	- Focalizar na melhoria da eficiência e na orientação para resultados das finanças públicas, promovendo mudanças significativas nas políticas de gestão governamental. - Eliminar restrições à economia e outros entraves associados à má gestão das empresas públicas. - Utilizar as finanças públicas nacionais e internacionais como catalisadoras de financiamento privado adicional. - Desenvolver novos instrumentos para atrair investimentos privados de grande escala e infraestruturas estratégicas.
Desenvolvimento do Capital Humano 	- Planear de forma direcionada o desenvolvimento do capital humano, alinhando competências com as áreas prioritárias de crescimento do setor privado (por regiões e setores). - Promover políticas de inclusão eficazes e orientadas para garantir que ninguém fique para trás no processo de expansão do setor privado. - Modernizar o sistema de proteção social com base em prioridades-chave e critérios de eficiência e impacto. - Desenvolver o mercado de trabalho formal e reforçar os mecanismos de proteção laboral.
Foco no Crescimento Sustentável e Resiliente 	- Priorizar políticas públicas que alinhem o desenvolvimento nacional com os objetivos do crescimento sustentável. - Criar e expandir novos mercados com base em políticas de apoio a tecnologias verdes, agricultura sustentável, água e energia. - Promover transformações estruturais — como a economia azul e a valorização da biodiversidade — para gerar novas oportunidades para o setor privado e criar empregos. - Desenvolver incentivos para estimular investimentos e financiamento verde, azul e orientado para a biodiversidade.

i) Forte Expansão do Setor Privado Formal. Acelerar o crescimento de um setor privado dinâmico é essencial para alcançar a resiliência fiscal do país no médio prazo e cumprir os objetivos económicos e de emprego definidos na ENDS para 2040. Para atingir essas metas, o setor privado deve tornar-se o principal motor do crescimento económico. Isso exige transformações estruturais para remover os principais obstáculos — energia, conectividade e outras infraestruturas — que hoje limitam o desenvolvimento do turismo, da agricultura e das pescas. É também necessário alinhar políticas atualmente desconectadas, a fim de resolver outras restrições fundamentais, como as fragilidades do quadro regulatório, do sistema judicial e a excessiva burocracia, que comprometem a expansão do setor privado.

ii) Um Estado Eficiente, Ágil e Facilitador. Um setor público capaz e responsável é essencial para um crescimento inclusivo, competitivo e orientado para o mercado. Concretizar as transformações propostas na ENDS exigirá uma utilização mais estratégica dos recursos públicos, mais bem alinhados com as necessidades de desenvolvimento, e uma orientação clara para a obtenção de resultados. Será igualmente necessária uma reforma estrutural para eliminar as ineficiências e a falta de transparência na gestão das empresas públicas — especialmente da EMAE — que comprometem seriamente o investimento e o crescimento do setor privado. Um Estado mais eficiente e produtivo contribuirá para a redução dos custos das empresas e apoiará a criação de emprego. Além disso, a participação ativa dos cidadãos, e da sociedade civil é vital para moldar políticas económicas mais responsivas e eficazes

iii) Desenvolvimento do Capital Humano. A prosperidade de longo prazo do país depende do desenvolvimento do seu capital humano e da garantia de um crescimento inclusivo. Persistem disparidades significativas no acesso a oportunidades e serviços sociais. Reforçar o sistema de proteção social — incluindo segurança e assistência social — será fundamental para integrar várias áreas de políticas públicas. Estas incluem pensões, saúde, educação, formação profissional, igualdade de género, serviços de desemprego e redes de proteção. Igualmente importantes são as reformas para reforçar os mercados de trabalho e o desenvolvimento de competências, de modo a apoiar um crescimento mais inclusivo.

iv) Garantir um Crescimento Sustentável e Resiliente. O potencial económico de São Tomé e Príncipe depende da utilização sustentável dos seus recursos naturais. A proteção da biodiversidade e a gestão eficiente da água, da energia e do solo são essenciais para salvaguardar os meios de subsistência e assegurar um crescimento duradouro. A abordagem baseada na economia azul pode gerar novas oportunidades de emprego qualificado, enquanto apoia os objetivos ambientais do país. As reformas estruturais deverão incorporar uma estratégia clara de sustentabilidade e resiliência, apoiada por uma maior participação do setor privado e pelo investimento em tecnologias adaptadas às alterações climáticas. Estes fatores são cruciais para reduzir a intensidade no uso de recursos e viabilizar a transição para um modelo de crescimento sustentável a longo prazo.

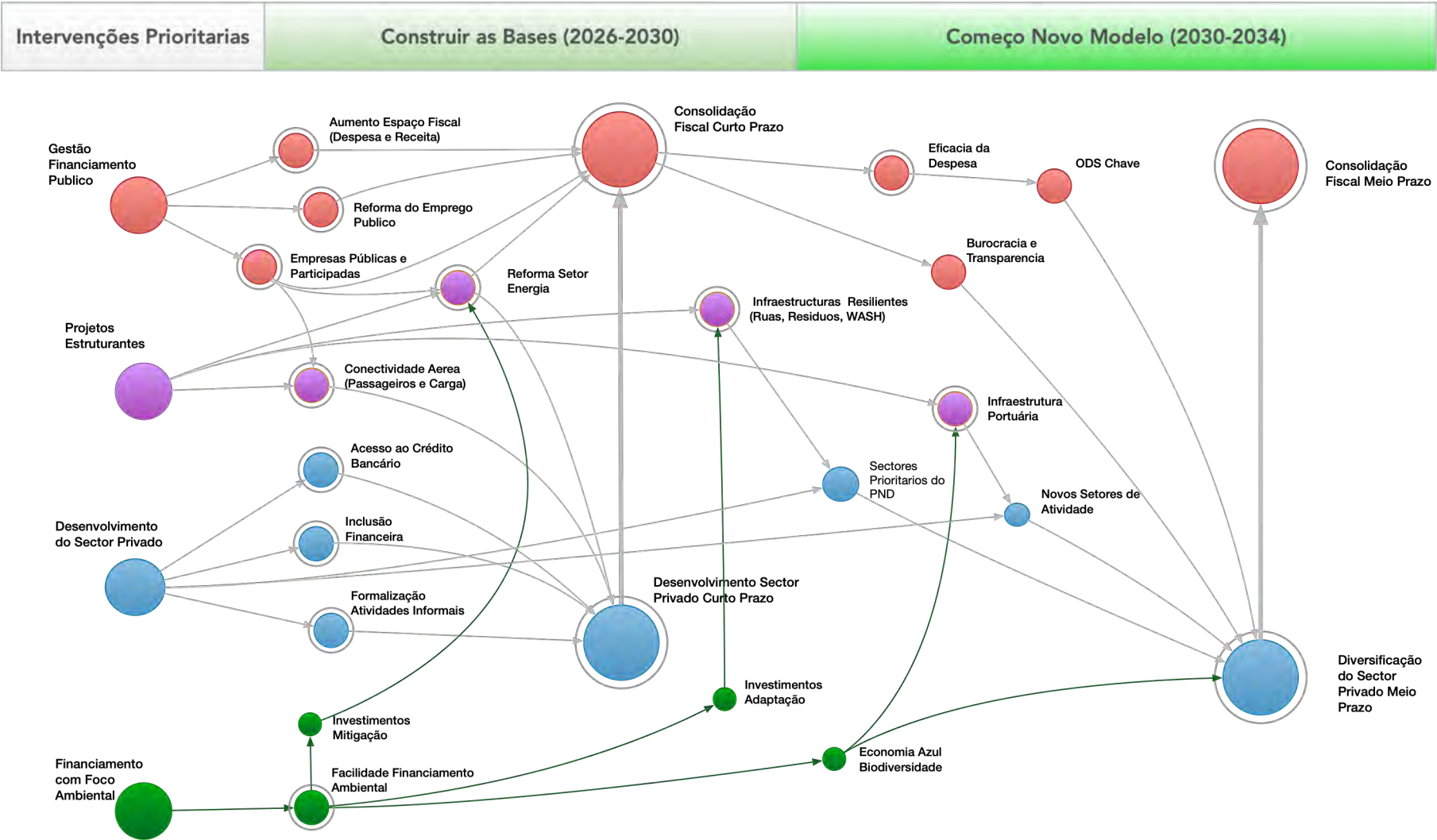
4.3 Enquadramento Estratégico de Curto e Médio Prazo

A teoria de mudança proposta por esta estratégia integra as principais interações entre várias intervenções que, frequentemente, são implementadas de forma desconexa. A estratégia analisa os problemas de disponibilidade e qualidade da gestão do financiamento público, bem como as condições necessárias para incentivar o desenvolvimento do setor privado. Estabelece também ligações entre estes objetivos, a necessidade de resolver constrangimentos de infraestrutura — cuja origem reside, em parte, na fraca capacidade de gestão das empresas públicas — e as oportunidades de desenvolvimento do financiamento ambiental, especialmente para responder a problemas críticos e limitações de infraestrutura. A estratégia propõe uma sequenciação das reformas para maximizar os resultados possíveis com o mesmo nível de esforço. A Figura 29 ilustra as principais sinergias esperadas entre as intervenções propostas.

A abordagem proposta combina a necessidade de aumentar a rigorosidade de alguns processos de melhoria já em curso com a introdução de inovações para acelerar a transformação estrutural. As ações propostas foram concebidas para gerar efeitos sinérgicos e mutuamente reforçadores. Embora as principais reformas sejam apresentadas como áreas programáticas separadas, estão fortemente interligadas e partilham complementaridades importantes, justificando a sua implementação simultânea. É pouco provável que uma intervenção isolada responda, por si só, a todas as necessidades de financiamento. No entanto, espera-se que o esforço conjunto produza resultados de elevado impacto e permita elevar o nível de ambição de alguns processos já em curso.

Apesar do seu enfoque geral de longo prazo, a formulação desta estratégia propõe ações concretas no curto e médio prazo. A estratégia visa viabilizar um novo modelo de crescimento sustentável, em que o peso do setor privado formal na economia aumente significativamente, proporcionando maior sustentabilidade e resiliência fiscal no médio e longo prazo. No entanto, a atual situação macroeconómica exige uma concentração prioritária de esforços na consolidação fiscal de curto prazo, a alcançar até ao termo do Acordo ao abrigo da Linha de Crédito Ampliada (ECF), apoiado pelo FMI, com conclusão prevista para o início de 2029.

Figura 29. Principais Interações das Ações Propostas pela Estratégia de Financiamento a longo prazo



i) *Financiamento Público.* O objetivo estratégico nesta área é alcançar, até 2034, a resiliência fiscal de médio prazo, acompanhada de melhorias significativas na qualidade e na orientação por resultados da despesa pública.

- **Objetivo de Curto Prazo.** A prioridade é garantir a consolidação fiscal até 2029, assegurando a execução plena das reformas priorizadas no âmbito do acordo com o FMI. Estas reformas, a serem incorporadas no próximo Plano de Ação para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP) III, permitirão ao governo gerir com maior eficácia as despesas e receitas, enfrentando os principais desafios de gestão no curto prazo.
- **Objetivo de Médio Prazo.** A médio prazo, o foco deve ser a melhoria do desempenho das políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento do setor privado — nomeadamente as associadas à formação de capital humano e à consecução dos ODS nas áreas da igualdade de género, educação, saúde e proteção social. Por serem processos de maturação lenta, é necessário iniciar desde já a sua implementação e pilotagem, integrando-os à agenda de curto prazo.

As ações propostas neste pilar exigem também a ampliação do espaço fiscal para financiar as prioridades da ENDS referidas no capítulo anterior. Ainda assim, a ênfase recai sobre a aceleração das reformas com foco na melhoria da qualidade do gasto público. A estratégia reconhece um princípio fundamental: aumentar a despesa pública sem enfrentar as ineficiências estruturais existentes não será sustentável. Assim, antes de aumentar os investimentos nos ODS essenciais, é imperativo preparar o Estado para gastar melhor.

ii) *Financiamento dos Projetos Estruturantes de Infraestrutura.* O país necessita, de forma coordenada, avançar na resolução dos principais entraves estruturais que limitam o seu desenvolvimento. É prioritário superar a crise no setor energético, enfrentar as restrições decorrentes da ausência de infraestruturas portuárias e aeroportuárias adequadas ao movimento de cargas e passageiros, e promover melhorias sistemáticas nas condições das vias urbanas, no abastecimento de água, no saneamento básico e na gestão de resíduos sólidos.

- **Objetivo de Curto Prazo (2030).** A prioridade imediata é resolver a crise no setor energético, assegurando o aprovisionamento de eletricidade a custos competitivos e eliminando, ao máximo possível, a dependência do petróleo na geração elétrica. Esta dependência não representa apenas um desafio ambiental, mas constitui o principal risco que o país deve enfrentar para alcançar a consolidação fiscal no curto prazo. A resolução dos problemas de conectividade aérea de passageiros e de carga também se apresenta como uma prioridade máxima no curto prazo.
- **Objetivo de Médio Prazo (2034).** A médio prazo, o país deverá explorar plenamente as possibilidades de atrair investimento privado para melhorar a conectividade portuária, tanto para passageiros quanto para o setor das pescas. Além disso, deverá ter desenhado um plano realista para mobilizar os recursos necessários à reabilitação das vias urbanas e de outras infraestruturas críticas. Como muitas dessas intervenções poderão ser elegíveis para financiamento climático ou ambiental, e por se tratar de processos de maturação lenta, é essencial iniciar desde já o seu desenho e integrá-los na agenda de curto prazo.

Esse desenvolvimento exigirá forte articulação com a melhoria da qualidade do financiamento público, pois depende da aceleração das reformas regulatórias e da redefinição das competências e capacidades das principais empresas públicas. Considerando a elevada vulnerabilidade do país às mudanças climáticas, deverá ser explorada a possibilidade de financiar algumas obras de infraestrutura com fundos e instrumentos de adaptação. O posicionamento de São Tomé e Príncipe como polo de desenvolvimento da economia azul e de proteção da biodiversidade deve ser considerado um eixo prioritário para atrair investimentos privados de qualidade nestas áreas. Por conseguinte, o desenho e a implementação dessas políticas devem receber a mesma prioridade que os resultados que se pretende alcançar.

iii) *Financiamento para o Desenvolvimento do Setor Privado.* A orientação estratégica proposta neste pilar incide no avanço da transformação estrutural do setor financeiro alinhando o seu

desenvolvimento com os objetivos de crescimento do setor privado definidos na ENDS. As transformações propostas estão, em grande medida, alinhadas com estratégias já em curso, mas introduzem melhorias significativas para aumentar o seu impacto global, integrando os resultados esperados do pilar anterior.

- **Objetivo de Curto Prazo (2030).** A prioridade de curto prazo é resolver as principais travas para o financiamento bancário das atividades prioritárias do setor privado, bem como facilitar o uso do financiamento digital para ampliar o acesso inclusivo a MPMEs. Uma parte essencial deste processo é o início das políticas de incentivo à formalização do setor informal, que, embora urgente, deverá ser desenvolvido com uma visão de médio prazo
- **Objetivo de Médio Prazo (2034).** A médio prazo, o foco deverá estar na consolidação de setores básicos como o turismo e na expansão de clusters de setores exportadores, como cooperativas agroindustriais, que possam utilizar as novas facilidades de conectividade aérea para exportar produtos como flores, chocolates, frutos do mar, pimenta, café e outros em que o país possui vantagens comparativas na produção de qualidade. Apesar das limitações atuais de infraestrutura, estes desenvolvimentos podem iniciar desde já sua implementação e pilotagem, sendo integrados à agenda de curto prazo.

Além disso, este pilar introduz um conjunto de inovações destinadas a expandir gradualmente a oferta de produtos e serviços financeiros para apoiar o crescimento do setor privado. Entre essas inovações, destacam-se o financiamento de projetos (*project finance*), a provisão de capital de risco (*venture capital*) para o desenvolvimento de novas empresas, o financiamento à expansão de MPMEs e soluções de financiamento digital orientadas às micro, pequenas e médias empresas.

iv) Financiamento ao Desenvolvimento com Foco Ambiental. São Tomé e Príncipe pode ser considerado um país prioritário para a AOD, dada a sua vulnerabilidade económica e ambiental e a sua rica biodiversidade. Com elevada exposição às alterações climáticas e limitada resiliência, o país necessita de investimentos substanciais que não devem sobrecarregar o seu orçamento restrito. O ambiente natural e a localização estratégica podem atrair apoio adicional, sobretudo se o crescimento for orientado pela Economia Azul, pelo ecoturismo de alta qualidade e por práticas sustentáveis na agricultura e nas pescas. No entanto, estas atividades são sensíveis a distúrbios climáticos e à má gestão, tornando urgente a adoção de medidas de mitigação e adaptação para reduzir riscos e atrair investidores.

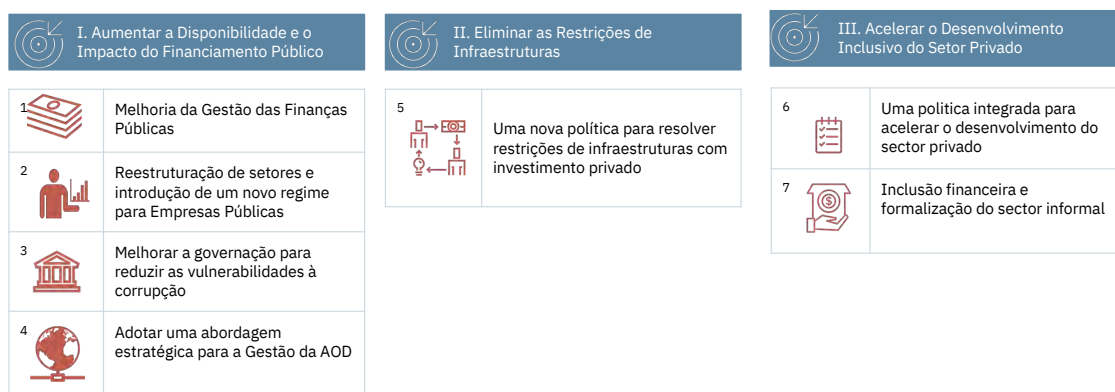
- **Objetivo de Curto Prazo (2030).** Para mobilizar este tipo de recursos, é essencial alinhar claramente as políticas e metas nacionais com os objetivos estratégicos. A ENDS oferece uma base adequada para identificar as ações prioritárias a serem financiadas, mas é necessário racionalizar e repriorizar diversas iniciativas atualmente dispersas — como a Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Biodiversidade e a Economia Azul, e o Plano Nacional de Ordenamento do Território — muitas das quais permanecem por implementar. A prioridade imediata é consolidar a orientação estratégica nestes domínios.
- **Objetivo de Médio Prazo (2034).** A revisão das estratégias ambientais e a formulação da nova versão das NDCs permitirão redefinir aspetos-chave da estratégia de mobilização de recursos. Estas definições serão fundamentais para atrair financiamento para áreas prioritárias da ENDS, como infraestruturas, turismo, agricultura e pescas. A quantificação dos custos de adaptação será crucial para justificar o acesso a financiamento climático. Igualmente importante será a definição da abordagem nacional à Economia Azul, orientando investimentos nas áreas portuária e das pescas. Confirmadas as ambições do país neste domínio, será possível delinear um plano de ação coerente.

4.4 Pilares, Áreas de Intervenção e Metas de Curto Prazo

Agrupadas em três pilares, as áreas de intervenção desta estratégia abrangem objetivos de curto, médio e longo prazo, conforme ilustrado na Figura 30. No domínio das reformas do

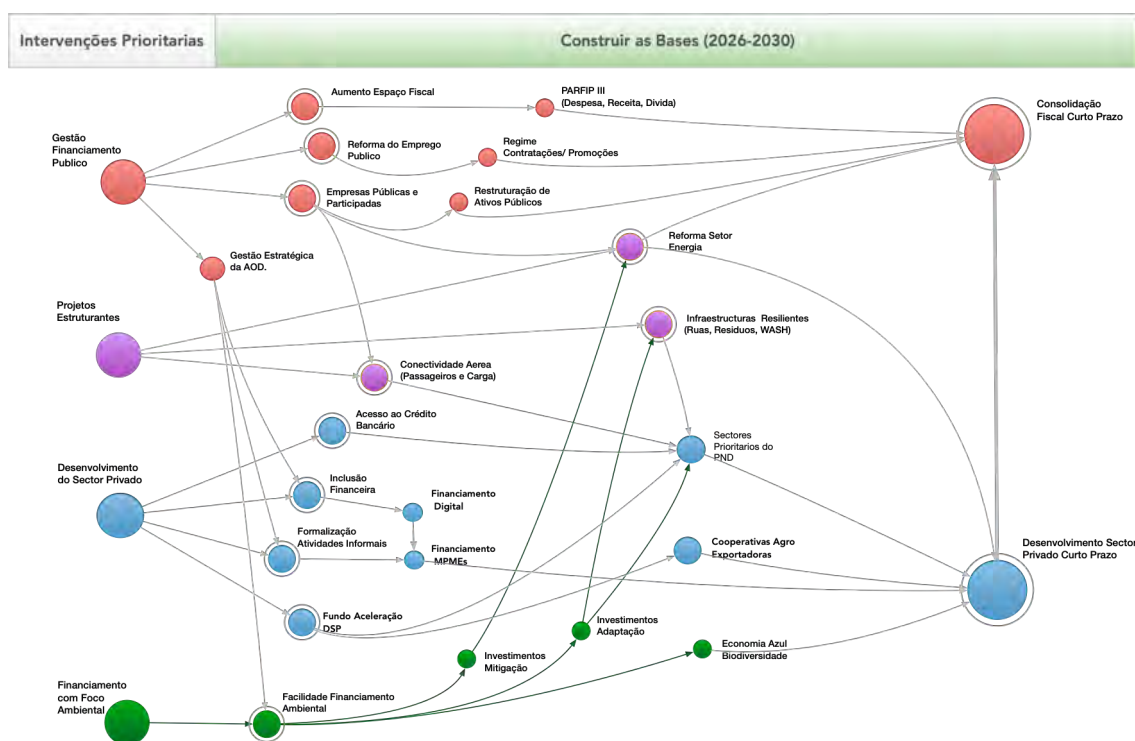
financiamento público, propõem-se quatro áreas: (i) melhoria da gestão das finanças públicas; (ii) reestruturação dos setores e introdução de um novo regime para as Empresas Públicas e Participadas; (iii) reforço da governação para reduzir vulnerabilidades associadas à corrupção; e (iv) adoção de uma abordagem estratégica para a gestão da AOD. O Pilar 2 centra-se em ações para remover restrições estruturais ao desenvolvimento económico, decorrentes das carências de infraestruturas. O Pilar 3 propõe políticas integradas para acelerar o crescimento do setor privado, incluindo medidas de inclusão financeira e de formalização do setor informal.

Figura 30. Pilares e Áreas de Intervenção da Estratégia de Financiamento



As metas e o plano de ação de curto prazo da estratégia de financiamento estão sincronizados com o período inicial de implementação da ENDS. A ENDS prevê a elaboração de planos de ação quinquenais, de modo a alinhar a execução com os ciclos dos futuros governos nacionais. Do mesmo modo, o período de implementação e as metas propostas nesta versão da estratégia estão alinhados com o ciclo governativo previsto para decorrer entre o final de 2026 e 2030, ajustando ao mandato da administração formada na sequência das eleições legislativas de 2026.

Figura 31. Principais Interações das Ações Propostas pela Estratégia de Financiamento a curto prazo



Este documento propõe intervenções de curto prazo já aprovadas pelo Governo que cessa funções, que permitirão ao novo Governo calibrar o nível de ambição a alcançar no curto prazo. As principais intervenções propostas pela estratégia para o período 2026-2030 encontram-se resumidas na Figura 31. Esta figura permite analisar as intervenções necessárias para alcançar os objetivos de curto prazo nas quatro áreas propostas na secção anterior: financiamento público; financiamento dos projetos estruturantes de infraestrutura; desenvolvimento do setor privado; e financiamento do desenvolvimento com foco ambiental.

As metas de curto prazo das sete áreas de intervenção identificadas pela estratégia encontram-se resumidas na Tabela 3, abaixo. A maioria das ações previstas na área do financiamento público já está associada a metas concretas que o Governo se comprometeu a atingir com o FMI até 2029, tendo estas sido integralmente incorporadas na Tabela 3. Na mesma tabela, apresentam-se ainda metas adicionais, cujo elevado grau de ambição já foi aprovado pelo Governo e deverá ser analisado pela nova administração em conjunto com os parceiros de desenvolvimento, uma vez que a sua implementação dependerá fortemente do apoio destes últimos. Também se anexam as metas de financiamento ambiental de adaptação e mitigação analisadas no Capítulo 3.

Tabela 3 Principais resultados de curto prazo esperados das intervenções propostas

Área de Intervenção	Principais Resultados Esperados
AI 1. Melhoria Acelerada da Gestão das Finanças Públicas	Superavit do Saldo Primário Doméstico de 2% do PIB em 2029
	A dívida pública desce para 42% do PIB em 2035 e torna-se sustentável
	Custo dos salários públicos é inferior a 8,4% do PIB em 2030
IA 2. Reestruturação de setores e introdução de um novo regime para Empresas Públicas e Participadas	Dependência do petróleo para a geração elétrica reduzida 50% em 2030
	Capacidade de geração de fontes renováveis ultrapassa os 17 MW em 2030 e os 27 MW em 2034
	Distribuição de eletricidade concessionadas a operadores privados (USD 31 milhões)
	Reforma do mercado da ENAPORT acelera o investimento privado em portos
	Participação do Estado eliminada ou reduzida a <i>golden share</i> em empresas que operam em mercados concorrenciais (CST, BISTP, STP Airways, ENCO, SPAUT)
AI 3. Melhorar a governação para reduzir as vulnerabilidades à corrupção	Uma nova agência de coordenação supervisiona a estratégia nacional anticorrupção
	Nova Lei de Contratos Públicos
	Novo regime de concessões públicas com regras claras e transparentes
IA 4. Adotar uma abordagem estratégica de longo prazo para a gestão da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)	Mobilização USD 156 milhões em doações para adaptação às alterações climáticas e reforma energética em 2030 e de USD 495 em 2034
	Acesso a financiamento concessionado para privados que investem em projetos prioritários em STP
	A AOD é utilizada para reduzir o risco de investimento privado em STP
	Novos instrumentos para financiar o setor privado com o apoio da AOD

Área de Intervenção	Principais Resultados Esperados
IA5. Uma política integrada para resolver restrições de infraestruturas com investimento privado	Problemas de conectividade aérea (passageiros e carga) resolvidos até 2028
	Investimentos portuários superam os USD 450 milhões até 2034
	Concessões no setor de resíduos sólidos atribuídas até 2034
IA 6. Uma política integrada para acelerar o desenvolvimento do sector privado	O ranking do país nos indicadores internacionais supera os dos grupos comparativos selecionados em 2034
	O crédito bancário ao setor privado volta ao valor de 2014 (33% do PIB) em 2034
	As taxas de juros dos empréstimos bancários a setores prioritários (turismo, agricultura e pescarias) descem a menos de 14% em 2028
	Uma plataforma financeira (<i>facility</i>) para apoiar a aceleração do financiamento privado doméstico
	Eliminadas as barreiras geradas pela SPAUT ao turismo e à exportação de serviços em 2030
	Programas de qualificação da mão de obra por setores e territórios com elevado potencial de crescimento em funcionamento com capacidade suficiente
IA 7. Inclusão financeira e formalização do sector informal	A exclusão financeira de 61% da população com mais de 18 anos é reduzida a metade em 2034.
	O setor informal é reduzido a metade, de 73% do PIB para 37% em 2034
	Novo regime tributário para MPMEs que se formalizem com procedimentos administrativos simplificados e monotributo único
	Um fundo de acesso ao crédito das mulheres do setor informal
	As Fintechs oferecem produtos financeiros adaptados para acelerar os negócios das MPMEs

4.5 Principais Inovações introduzidas por esta estratégia

Esta estratégia propõe um conjunto de inovações necessárias para permitir que São Tomé e Príncipe consiga financiar os seus objetivos de desenvolvimento de longo prazo. Na abordagem apresentada, podem distinguir-se dois tipos de inovações nos modos de intervenção que até agora não foram explorados.

- **Inovações de processo:** resultam da natureza integrada da estratégia: pela primeira vez, quatro agendas de financiamento que têm sido geridas de forma isolada (finanças públicas, infraestrutura, setor privado e financiamento ambiental) são planificadas de forma coordenada, com uma lógica de sequenciamento explícita e uma visão de médio e longo prazo. É fundamental que estes quatro processos sejam desenvolvidos em paralelo; tratar qualquer um deles como secundário comprometeria os resultados dos demais
- **Instrumentos de Financiamento Inovadores** são mecanismos concretos, ainda não utilizados no país, que funcionam como aceleradores de cada um destes processos. A sua conceção e operacionalização exigem assistência técnica internacional e são desenvolvidas em detalhe nas Áreas de Intervenção referidas na Tabela 4 abaixo

Tabela 4 Principais inovações introduzidas pelas intervenções propostas

Inovação	Descrição	Área de Intervenção
Inovações de Processo		
Gestão estratégica integrada das finanças públicas	Pela primeira vez, a agenda de consolidação fiscal de curto prazo e as reformas de qualidade da despesa de médio prazo são planificadas como um processo único e contínuo, alinhado com as necessidades de longo prazo da ENDS.	AI 1
Gestão estratégica da AOD e do financiamento climático	Integração, numa planificação formal liderada pelo MEF, do acesso atual à AOD e do acesso futuro a financiamento climático e ambiental — fontes para as quais o país pode tornar-se elegível mas que exigem capacidades e processos atualmente inexistentes.	AI 4
Planificação integrada da remoção de restrições de infraestrutura	Os constrangimentos de energia, conectividade aérea, portuária e rodoviária são tratados pela primeira vez como um programa integrado, com sequenciamento explícito dos seus efeitos transformadores sobre o financiamento público e privado.	AI 5
Planificação integrada do desenvolvimento do setor privado formal	Iniciativas dispersas de promoção do setor privado são consolidadas num plano sistemático que cria sinergias com as reformas fiscais e de infraestrutura, incorporando mecanismos de formalização do setor informal.	AI 6 e 7
Instrumentos de Financiamento Inovadores		
Sistema Integrado de Informação para a Gestão da AOD	Plataforma digital que permite ao Governo visualizar em tempo real os apoios recebidos por área prioritária da ENDS, monitorizar a sua execução e rastrear despesas ambientais e climáticas — condição crescentemente exigida para aceder a novas fontes de financiamento externo.	AI 4
Plataforma de Financiamento de Mega-Investimentos Privados em Infraestrutura	Mecanismo que concentra o apoio dos parceiros de desenvolvimento para reduzir custos de pré-investimento, mitigar o risco-país e transferir o acesso ao financiamento concessional do país para investidores privados — desbloqueando projetos estruturantes avaliados em EUR 789 milhões.	AI 5
Uma plataforma financeira (<i>facility</i>) para apoiar a aceleração do financiamento privado doméstico	Mecanismo estruturado para mobilizar e canalizar recursos concessionais, garantias, assistência técnica e capital privado para setores prioritários da ENDS. A <i>facility</i> permitiria melhorar a preparação de projetos bancáveis e financiar investimentos produtivos em áreas prioritárias	AI 6
Fundo de Acesso ao Crédito para Mulheres do Setor Informal	Instrumento de prova de conceito que combina recursos públicos e donativos de parceiros para bancarizar mulheres empreendedoras sem exigência de garantias, com potencial de expansão para outros segmentos financeiramente excluídos.	AI 7

5

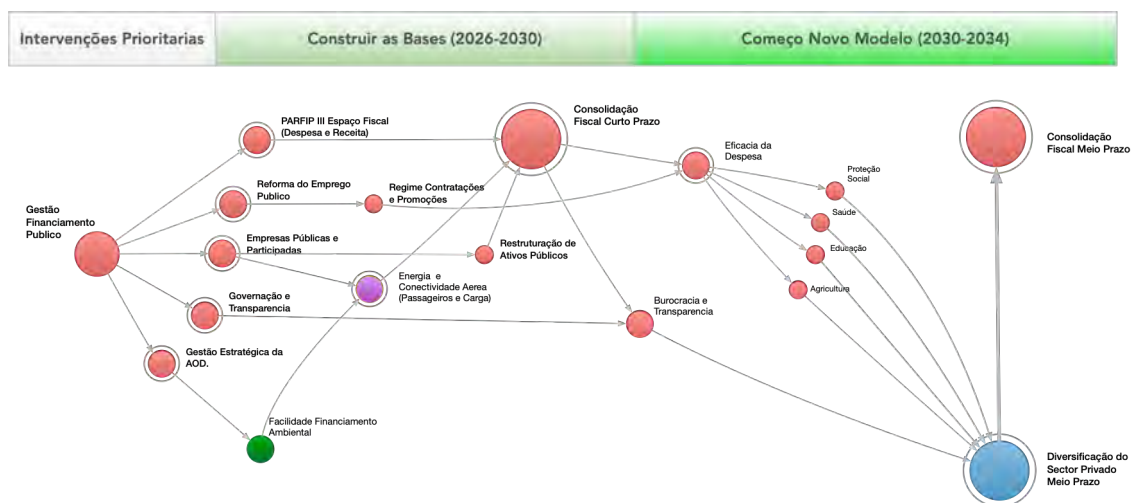
Áreas de Intervenção da Estratégia Integrada de Financiamento Nacional

Pilar 1. Uma Abordagem de Longo Prazo para Aumentar a Disponibilidade e o Impacto do Financiamento Público

Este pilar visa alinhar as reformas das finanças públicas com os objetivos de desenvolvimento de longo prazo do país, promovendo maior coerência e uma orientação mais clara para os resultados. Embora a atual agenda de reformas de curto prazo — negociada com o FMI — já aborde processos fundamentais, a implementação do PARFIP II registou avanços desiguais, especialmente em áreas hoje críticas para melhorar a qualidade da despesa pública. Como ilustrado na Figura 32, as ações imediatas devem centrar-se no aumento da eficiência da arrecadação de receitas e da execução da despesa.

Paralelamente, este pilar propõe iniciar intervenções voltadas para o desenvolvimento do capital humano e a entrega, a médio prazo, dos ODS essenciais. Para isso, é necessário desde já reforçar a eficácia e o impacto da despesa, sobretudo em setores prioritários como educação, saúde, ambiente e agricultura. Estes avanços são pré-condições fundamentais para viabilizar a expansão do setor privado, que sustentará a resiliência e a consolidação fiscal após o 2034.

Figura 32. Orientação Estratégica das Intervenções Propostas no Domínio do Financiamento Público



Sem estas melhorias, mesmo com o alargamento da base tributária e ganhos de eficiência, será difícil alcançar os resultados necessários no médio prazo. As ações previstas neste pilar também requerem a ampliação do espaço fiscal para financiar as prioridades da ENDS. Ainda assim, o foco principal é acelerar as reformas que melhorem a qualidade do gasto público. Manter o modelo atual implicaria aumentos insustentáveis da despesa, com riscos para a estabilidade fiscal. Esta não propõe mudar a direção da Estratégia de Reforma de Gestão das Finanças Públicas 2026-2029, mas sim assegurar o seu alinhamento com a agenda acordada com o FMI e lançar, desde já, ações adicionais com potencial de gerar impactos significativos a médio prazo, incluindo o **Plano Nacional para a Mobilização de Receitas Internas 2026-2030**. Conforme analisado na Secção 3.3, os objetivos deste pilar são:

- **Objetivo de Curto Prazo.** Garantir a consolidação fiscal até 2029, assegurando a execução plena das reformas acordadas no âmbito do programa com o FMI. Estas reformas, a serem incorporadas no próximo PARFIP III, permitirão ao Governo gerir com mais eficácia receitas e despesas, enfrentando os principais desafios de curto prazo. Deve ser incluso o Plano Nacional para a Mobilização de Receitas Internas 2026-2030.
- **Objetivo de Médio Prazo.** Melhorar o desempenho das políticas públicas essenciais ao desenvolvimento do setor privado, com especial enfoque na formação de capital humano e na concretização dos ODS nas áreas da educação, saúde, agricultura e proteção social. Alcançar progressos significativos no reforço da transparência e no combate à corrupção na gestão do setor público. Dado que se trata de processos com efeitos graduais, é fundamental iniciar a sua implementação desde já, integrando-os à agenda de curto prazo.

Área de Intervenção 1: Melhoria da Gestão das Finanças Públicas

Objetivo: Introduzir uma abordagem estratégica para alinhar as reformas da gestão das finanças públicas com as necessidades de longo prazo definidas pelo ENDS.

Desafios: As intervenções propostas procuram enfrentar os seguintes desafios críticos na gestão das finanças públicas:

- **Receitas Públicas.** Apesar dos avanços registados nos últimos anos, continua a ser necessário reforçar a mobilização de receitas fiscais provenientes dos impostos existentes, bem como completar a modernização da Direção dos Impostos (DI) e da Autoridade Geral Aduaneira (AGA). Em 2025, foi aprovado o Plano Nacional para a Mobilização de Receitas Internas 2026-2030. O país ainda não utiliza impostos e taxas para o financiamento climático — como instrumentos climáticos ou de carbono — que permitiriam alinhar a arrecadação com os objetivos das NDCs.
- **Despesas Fiscais.** É necessário aprofundar a eliminação de despesas desnecessárias, incluindo subsídios diretos e indiretos aos combustíveis, recuperar dívidas fiscais em atraso e prevenir a sua recorrência. Torna-se igualmente essencial rever os resultados da Lei Transitória sobre Incentivos ao Investimento, eliminando disposições ineficazes e introduzindo medidas orientadas para o impacto.
- **Eficiência da Despesa Pública.** O país afeta uma parte significativa das suas receitas a salários no setor público, que superam os níveis praticados no setor privado. O aumento de pessoal contratado em setores-chave, como a educação, não tem resultado em melhorias mensuráveis de desempenho. A continuação destes aumentos sem ligação ao desempenho é fiscalmente insustentável.
- **Dívida Pública.** Para além da desestabilização fiscal causada pela dívida da EMAE, a gestão da dívida do governo central também necessita de ser reforçada. Isso implica maior controlo sobre compromissos contratuais, gestão de passivos contingentes — presentes e futuros — gerados pelas empresas públicas e participadas, e integração dos custos recorrentes associados aos investimentos financiados por dívida.
- **Quadro Fiscal.** Os instrumentos e capacidades para a elaboração de previsões fiscais plurianuais são muito limitados e não se baseiam em cenários macroeconómicos realistas e coerentes. Persistem

dificuldades na execução orçamental, na gestão de tesouraria e na identificação e monitorização dos riscos fiscais, bem como na reconciliação sistemática entre dados orçamentais e fluxos de financiamento. A gestão do investimento público requer melhorias nos sistemas de controlo de compromissos e na disciplina fiscal em todas as unidades orçamentais.

- **Investimento Público.** O país não dispõe de um Sistema Nacional de Investimento Público (SNIP) desenvolvido estrategicamente. Embora exista um Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), este ainda não foi aprovado e, por isso, não orienta a conceção de investimentos públicos ou privados. Não existe um Programa de Investimentos Públicos (PIP) devidamente priorizado que identifique as necessidades de investimento público em áreas onde a participação privada não é viável. As falhas na seleção, gestão e manutenção de projetos de investimento público são endémicas.
- **Alinhamento Orçamental.** Persistem desconexões significativas entre o orçamento nacional e as prioridades de desenvolvimento. Os sistemas orçamentais são muito limitados, e os atrasos na implementação da Orçamentação por Programas (OP) dificultam a orientação do orçamento para resultados. A forte dependência da AOD para completar o financiamento do orçamento nacional cria obstáculos adicionais ao alinhamento do orçamento com as prioridades do país.
- **Capacidades do MEF.** Em muitas das áreas acima mencionadas, as capacidades do Ministério da Economia e Finanças são muito limitadas, com escassez de pessoal técnico qualificado para desempenhar funções críticas da gestão das finanças públicas e mobilização de receitas internas e para operar estruturas recentemente criadas, essenciais para o futuro do sistema de gestão fiscal.

Abordagem Estratégica: As intervenções propostas consideram duas fases bem diferenciadas e com foco e objetivos diferentes e complementários:

Fase I – Lançamento de Reformas Estruturantes e Consolidação Fiscal (2026–2030). Esta fase centra-se em conseguir a consolidação fiscal do país e, em 2030, com ações focadas na finalização da reforma dos impostos sobre consumo, na melhoria da cobrança dos impostos sobre importações, na modernização informática e no desenvolvimento de capacidades da Direção de Impostos (DI) e da Autoridade Geral Aduaneira (AGA). Será também reforçada a capacidade do MEF para otimizar a gestão estratégica da dívida, que é essencial para ampliar o acesso a financiamento concessional e a subvenções, tirando pleno partido dos mecanismos de financiamento ambiental.

Durante esta fase, vão arrancar grandes reformas estruturantes que atingirão o seu ponto mais alto na fase seguinte, embora introduzam já mudanças significativas a curto prazo. Estas incluem a reforma geral do emprego público, o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Investimento Público (SNIP) com perspetiva estratégica e a introdução da Orçamentação por Programas (OP), orientada pelos programas da ENDS, com pilotos em setores como ambiente e trabalho. A introdução da ENDS é uma oportunidade para iniciar este processo de melhorar o alinhamento entre as alocações orçamentais e as prioridades nacionais.

É necessário também definir um Programa de Investimentos Públicos (PIP), devidamente priorizado, que identifique as necessidades de investimento nas áreas nas quais a participação privada não será viável. Para otimizar o desempenho, também é necessário realizar uma avaliação completa do sistema de investimento público (PIMA), visando eliminar falhas endémicas no âmbito da seleção, gestão e manutenção dos projetos de investimento público.

Fase II – Qualidade e Impacto das Finanças Públicas (2030-2034). Durante esta fase, as reformas estruturantes conduzirão a transformações significativas, reforçando a gestão técnica das finanças públicas e prevenindo a ocorrência de novas lacunas. Será possível focar esforços na eficácia e na orientação por resultados da gestão da despesa pública. O Estado deverá dispor de mais espaço fiscal para aumentar a despesa de forma sustentável aos níveis desejados. Adicionalmente, será possível começar a utilizar adequadamente fontes de financiamento climático e ambiental, numa escala suficiente para as necessidades do país. Também se

acelerarão os processos de transparência e governo digital, melhorando a qualidade dos serviços e facilitando o acesso dos cidadãos.

Intervenções Propostas: Os principais objetivos e intervenções propostos para o período 2026–2030 estão descritos na Tabela 5.

Tabela 5. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)

Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
1.1 Um plano de mobilização de receitas internas e consolidação fiscal	Medidas para reforçar a cobrança de impostos sobre a importação
	Medidas para consolidar a adoção do IVA
	Medidas para cobrar os impostos em atraso e dissuadir a recorrência
1.2 Um plano para reforçar as capacidades da administração fiscal e aduaneira para se alinhar com as boas práticas internacionais.	Modernização institucional e de capacidade para a Direção de Impostos (DI) e para a Autoridade Geral Aduaneira (AGA). Integração das duas entidades numa única administração
	Completar a informatização das operações fiscais e aduaneiras através da ampliação dos sistemas SIT-IVA e SYDONIA
1.3 Iniciar uma reforma geral do emprego público para reforçar a prestação de serviços e redimensionar a participação do Estado contendo a massa salarial (vinculado com IA 3.4)	Restringir novas contratações e promoções no setor público
	Desenvolver o quadro geral de salários do emprego público para melhorar as decisões de compensação
	Reforçar o papel da Direção-Geral de Administração Pública (DGAP)
	Realizar revisões funcionais em ministérios de grande capacidade de emprego começando pela educação
1.4 4 Um Plano Estratégico de Gestão da Dívida de Médio e Longo Prazo	Reforçar os mecanismos institucionais e a capacidade técnica para a gestão dos riscos da dívida, (diretos e passivos contingentes das empresas públicas)
	Ampliar o acesso a financiamento e a subvenções tirando pleno partido do financiamento ambiental, climático e de proteção da biodiversidade
1.5 4 Reforçar o quadro macro fiscal e melhorar a qualidade do Orçamento Geral do Estado (OGE)	Implementação do Quadro Macro-Fiscal de Médio Prazo, do Quadro Orçamental a Médio Prazo, e do Quadro de Despesas de Médio Prazo
	Fortalecer a execução orçamentária, e a análise de riscos fiscais, e a reconciliação dos dados de execução orçamentária com o financiamento
	Aplicar o mecanismo de controlo das autorizações para todas as unidades de despesa, incluindo o reforço das capacidades do Tribunal de Contas
	Continuar aprimorando as capacidades para adotar os marcadores de género no OGE
	Um plano para a introdução da Orçamentação por Programas (OP) orientado pelos programas da ENDS em 3 anos
	Iniciar pilotos de OP em setores como ambiente e trabalho e aprofundar o já avançado em orçamento com orientação de género
1.6 Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Investimento Público (SNIP) com uma perspetiva estratégica	Realizar uma Public Investment Management Assessment (PIMA), incluindo o módulo sobre alterações climáticas
	Definir um Plano Priorizado de Desenvolvimento de Infraestruturas (PDI) de longo prazo alinhado com o PNOT
1.7 Um plano estratégico abrangente de desenvolvimento de capacidades do MEF	Realizar um diagnóstico institucional completo para mapear lacunas técnicas e operacionais no MEF
	Desenvolvimento de competências especializadas, e reorganização institucional fortalecendo capacidades de unidades recentemente criadas
	Iniciar um programa de formação contínua, alinhado às melhores práticas recomendadas por instituições especializadas como o FMI, Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

Benefícios Esperados: A principal inovação desta área de intervenção é a criação de um horizonte de planeamento de longo prazo para as finanças públicas que vai além da lógica de cumprimento de metas do FMI: ao iniciar desde já reformas de qualidade da despesa cujos resultados só se materializarão a médio prazo — nomeadamente na educação, saúde e proteção social — o país cria as pré-condições fiscais indispensáveis para sustentar a expansão do setor privado formal após 2029 e para atravessar o processo de graduação do estatuto de PMA sem perda de acesso a financiamento concessional

Liderança e Apoio: Esta área de intervenção exige a liderança do Ministério da Economia e Finanças (MEF). A execução bem-sucedida dependerá igualmente de um apoio substancial e coordenado dos parceiros de desenvolvimento, cujo contributo técnico será essencial para implementar estas iniciativas. A agenda de curto prazo está maioritariamente apoiada pelo FMI e pelo Banco Mundial, mas ainda existem oportunidades de melhoria que exigem integração de outras ações e apoios adicionais. A agenda e a execução desta estratégia devem facilitar a implementação da Estratégia de Reforma de Gestão das Finanças Públicas 2026-2029 e do Plano Nacional para a Mobilização de Receitas Internas 2026-2030.

Área de Intervenção 2: Reestruturação de setores e introdução de um novo regime para Empresas Públicas e Participadas

Objetivo: Introduzir uma abordagem estratégica para promover reformas estruturais nos mercados onde atuam as empresas públicas, reestruturando completamente a sua gestão e instituição de acordo com as novas necessidades de longo prazo.

Desafios: As intervenções visam enfrentar os seguintes desafios críticos:

- **Energia.** A EMAE tem sido alvo de diagnósticos de má gestão ao longo de mais de 15 anos, sem que se tenham verificado melhorias efetivas. As perdas no setor elétrico são alarmantes — estimadas em cerca de 43% — resultantes de roubo de combustível, erros de faturação e fraude por parte de clientes. Estas perdas não só persistem como têm aumentado. Além disso, calcula-se que pelo menos 44,5% da água potável produzida seja desperdiçada, embora não existam dados sobre o custo desse desperdício. Estas perdas constroem os recursos orçamentais destinados a áreas essenciais. A atual crise da dívida pública foi impulsionada pelas obrigações contraídas pela EMAE para a importação de combustíveis, tornando a empresa o principal risco para a sustentabilidade fiscal do país.
- **Reestruturação de mercados.** O Estado controla totalmente empresas como a EMAE, Empresa Nacional de Administração de Portos (ENAPORT), Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ENASA) e os Correios, que operam em regime de monopólio e geram constrangimentos à conectividade, ao fornecimento de energia e à logística portuária. Outras empresas com participação estatal (CST, banco BISTP, STP Airways, ENCO, SPAUT) atuam em setores competitivos, mas apresentam desempenhos desiguais e, no caso da SPAUT, conflitos de interesse. A forte presença de empresas estatais pouco eficientes limita a participação e o dinamismo do setor privado.
- **Reestruturação institucional das empresas públicas.** As quatro principais empresas públicas enfrentam desafios de eficiência, viabilidade e transparência. Estão sub-capitalizadas e dependem do Estado ou de doadores para operarem, comprometendo a prestação de serviços essenciais e o crescimento económico e social.
- **Supervisão da gestão.** A supervisão das empresas públicas tradicionalmente foi fragmentada entre vários ministérios, dificultando a coordenação e impedindo a definição de estratégias conjuntas. A condução das reformas de mercado e o reforço da governança destas empresas exigem capacidades técnicas de que o Governo ainda não dispõe.

- **Transparência.** Falta visibilidade financeira e operacional sobre as empresas públicas: perdas e passivos não são divulgados nem auditados, o que dificulta a responsabilização, reduz a confiança pública e afasta potenciais investidores. Esta opacidade afeta negativamente a imagem internacional do país e limita a atração de investimento estrangeiro.

Abordagem Estratégica: As intervenções propostas consideram duas fases bem diferenciadas e com foco e objetivos diferentes e complementários:

Fase I – Reformas Prioritárias: Energia e Conectividade Aérea (2026–2030). O trabalho nesta primeira fase estará centrado, sobretudo, na reestruturação do mercado energético, que se tornou o principal fator de desestabilização fiscal do país. A estratégia organiza a agenda de reformas de curto prazo já negociada com o FMI e atualmente em implementação com o apoio do Banco Mundial. No entanto, propõe-se elevar o nível de ambição dessa agenda, visando maximizar os investimentos em energias renováveis e reduzir as perdas técnicas e não técnicas ao mínimo, de forma a alcançar a autossustentabilidade da EMAE até 2028. Durante este período, também deverão ser concretizadas as reformas necessárias para desbloquear a modernização do Aeroporto de São Tomé, com o objetivo de aumentar o fluxo turístico e viabilizar o transporte de carga, incluindo o envio direto de produtos perecíveis para a Europa.

Nesta fase, iniciar-se-á o processo de liberalização de mercados, através da redução da participação total ou parcial do Estado em empresas participadas, com o objetivo de atrair investimento privado e acelerar a modernização. Paralelamente, será necessário começar desde já os estudos de viabilidade e outras análises técnicas nas áreas de portos e infraestruturas, como condição essencial para garantir o sucesso da segunda fase do programa.

Fase II – Reformas Estruturais em Outros Mercados Prioritários e Novo Regime das Empresas Públicas (2030-2034). Durante esta fase, as reformas estruturantes deverão conduzir a transformações significativas, incluindo a desmonopolização e a liberalização de mercados. É também neste período que se prevê a concretização da maioria das reformas que envolvem investimento privado. Estão previstas licitações para concessões portuárias de grande escala, assim como para outras infraestruturas essenciais.

Para viabilizar estas operações, as reformas estruturais iniciadas na fase anterior deverão alcançar os seus principais resultados, especialmente aquelas que exigem alterações ao quadro legal ou regulamentar. Neste contexto, será possível introduzir mudanças de fundo, reduzindo ao máximo a participação do Estado em empresas que operam em mercados privados concorrenciais e, em certos casos, onde se verifiquem claros conflitos de interesse. Se as medidas propostas na AI5 forem efetivamente implementadas, esta abertura à participação privada poderá revelar-se altamente atrativa para o investimento externo.

Intervenções Propostas: Os principais objetivos e intervenções propostos para o período 2026–2030 estão descritos na Tabela 6.

Benefícios Esperados: A resolução da crise da EMAE não é apenas uma reforma sectorial — é a condição mais urgente para a consolidação fiscal de curto prazo e, simultaneamente, o desbloqueio das oportunidades de investimento privado em energia, conectividade aérea e logística portuária que toda a estratégia pressupõe; sem os resultados desta área de intervenção, as metas de receita fiscal do acordo com o FMI e os objetivos de investimento privado das AI 5 e 6 perdem as suas bases estruturais.

Liderança e Apoio: Esta área de intervenção requer a liderança direta do Ministério da Economia e Finanças (MEF) e da nova Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado. Para as decisões mais estratégicas, será igualmente necessário contar com a orientação direta do Primeiro-Ministro e, eventualmente, do Conselho de Ministros, dado que estarão em causa

decisões sobre o futuro de mercados e de empresas públicas que ultrapassam o mandato do MEF. Este é um dos domínios da estratégia de financiamento em que se recomenda promover um debate mais alargado com outras partes interessadas —partidos políticos, setor empresarial e sociedade civil — de forma a gerar consensos duradouros que sustentem as intervenções programadas ao longo do tempo.

Tabela 6. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)

Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
2.1 Uma reforma global do sector da energia	Acelerar reformas para alcançar um mínimo de 17 MW de geração com energias renováveis fornecidas pelo setor privado
	Concessionar a distribuição elétrica a empresas privadas (USD 31 milhões)
	Analisar a viabilidade de instrumentos de dívida, como um <i>debt-for-sustainable-infrastructure swap</i> com critérios de financiamento ambiental
	Um plano de reestruturação calendarizado para a EMAE com o objetivo de alcançar a viabilidade financeira em 2028
	Implementar medidas para eliminar a ineficiência das operações da EMAE, reduzindo as perdas e aumentando as taxas de recolha (controle de robôs de combustível, instalação de novos medidores, eliminar clientes institucionais não pagantes etc.)
	Medidas para aumentar a transparência e a capacidade de controle da gestão da EMAE (publicação de contratos, key performance indicators e relatórios anuais detalhados)
2.2 Reestruturação de setores e câmbios nas demais Empresas Públicas e Participadas	Adotar reformas regulamentares do mercado da ENASA para acelerar o investimento privado em aeroportos
	Resolver problemas da concessão do terminal de passageiros e de carga de São Tomé, concessionar novo Aeroporto de Príncipe
	Adotar reformas regulamentares do mercado da ENAPORT para acelerar o investimento privado em portos
	Iniciar processo para concessionar terminal de cruzeiros, porto logístico e retro-porto, porto pesqueiro
	Revisar a participação do Estado em empresas participadas
	Participação do Estado eliminada ou reduzida a <i>golden share</i> em empresas que operam em mercados concorrenciais (CST, BISTP, STP Airways, ENCO, SPAUT)

Área de Intervenção 3: Melhorar a governação para reduzir as vulnerabilidades à corrupção.

Objetivo: Introduzir uma abordagem para fortalecer a transparência administrativa e fiscal e reforçar a governação, reduzindo vulnerabilidades à corrupção,

Desafios: As intervenções propostas visam enfrentar os seguintes desafios na gestão dos mercados e empresas públicas:

- **Limitações Institucionais.** O papel e a autonomia das instituições de controlo e fiscalização são muito limitados, e persistem fragilidades institucionais que dificultam uma governação independente, capaz de assegurar a aplicação efetiva de instrumentos fundamentais e o acesso público à informação. As

ações e capacidades do Tribunal de Contas (TdC), do sistema de Justiça e do MEF são insuficientes para garantir transparência em contratos de concessão, acordos de compra de energia e outros instrumentos. A ausência de uma Estratégia Anticorrupção e de uma Lei de Contratação Pública atualizada impede avanços na promoção da transparência.

- **Concessões Públicas.** Até ao momento, a negociação de concessões relevantes tem ocorrido de forma opaca e direta, sem competição. A capacidade institucional do Estado para conduzir PPPs, concessões empresariais e projetos de grande dimensão com transparência e competitividade é muito limitada. Esta situação não garante igualdade de condições aos investidores privados, reduz a confiança nos processos nacionais e limita a capacidade do país para atrair múltiplos investidores e selecionar parceiros robustos e alinhados ao desenvolvimento sustentável.
- **Transparência Fiscal.** O sistema fiscal não está alinhado com normas internacionais de contabilidade — como as IPSAS — o que compromete a transparência e aumenta a vulnerabilidade à corrupção. Esta falta de transparência estende-se igualmente à informação sobre a dívida pública e aos custos da dívida das empresas públicas. O processo orçamental beneficiaria de maior abertura e participação. O quadro existente para ligar o orçamento a metas estratégicas de médio e longo prazo é fraco, não oferece indicadores de desempenho adequados e não promove a participação das partes interessadas no processo orçamental.
- **Supervisão Pública e Participação Cidadã.** O acesso transparente à informação sobre a gestão pública, incluindo o Orçamento Geral do Estado (OGE), é muito limitado, o que fragiliza os mecanismos de controlo social. Não existem canais digitais que permitam à sociedade civil desempenhar um papel ativo na prevenção e combate à corrupção. Além disso, não existe um sistema que facilite o acesso dos cidadãos a documentos oficiais e serviços públicos, obstaculizando uma administração mais acessível, eficiente e transparente.

Abordagem Estratégica: As intervenções propostas consideram duas fases bem diferenciadas e com foco e objetivos diferentes e complementários:

Fase I – Sentar as bases para uma solução de médio prazo (2026–2030). Durante esta fase, será concebido um plano para o reforço da governação anticorrupção de forma integrada, incluindo a análise da viabilidade de elaborar uma Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC) com base em diagnóstico técnico e nas boas práticas internacionais. Poderá também ser necessária a criação de um novo órgão de coordenação anticorrupção (como, por exemplo, uma Agência Anticorrupção), com mandato específico para monitorizar a implementação da ENAC. Paralelamente, deverá ser programado o reforço do papel e da autonomia das instituições de controlo e fiscalização, assegurando a afetação de recursos técnicos e financeiros que lhes permitam atuar de forma independente e eficaz.

Enquanto decorrem estas definições estratégicas, será possível implementar um conjunto de medidas de curto prazo para acelerar a promoção da transparência — como a aprovação da nova Lei de Contratos Públicos, o desenvolvimento de um novo sistema de concessões públicas e a publicação, por parte do Tribunal de Contas, de informações sobre contratos públicos, auditorias e anúncios de adjudicações. Durante esta fase, é essencial iniciar um diálogo estruturado com as principais partes interessadas — incluindo representantes do governo, da sociedade civil, do setor privado e dos parceiros de desenvolvimento — para garantir a construção coletiva de soluções de médio e longo prazo.

Fase II – Consolidação das reformas estruturantes (2030–2034). Nesta fase, as reformas estruturantes definidas anteriormente serão consolidadas, permitindo transformações institucionais significativas. Serão implementados programas de reforço de capacidades do Tribunal de Contas e da Direção-Geral da Administração Pública (DGAP), acompanhados da aprovação de um novo Código de Conduta para os funcionários públicos. Será provavelmente necessária a criação de uma nova Agência Anticorrupção, que deverá supervisionar a execução dos principais programas da ENAC, contando com o apoio técnico e financeiro adequado por

parte dos parceiros de desenvolvimento. A reforma do sistema judicial permitirá melhorar os Códigos Penal, de Processo Penal, Civil e de Processo Civil, conduzindo ao aumento do número de processos julgados e resolvidos pela justiça. Serão ainda estabelecidos canais de comunicação bidirecional com os cidadãos, garantindo acesso transparente à informação pública e facilitando a apresentação de denúncias por via digital.

Intervenções Propostas: Os principais objetivos e intervenções propostos para o período 2026–2030 estão descritos na Tabela 7.

Tabela 7. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)

Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
3.1 Melhorar a governação anticorrupção	Elaborar e aprovar uma Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC)
	Criar um órgão de coordenação anticorrupção com mandato para monitorar a implementação da ENAC
	Reforçar a supervisão pública social e auditoria colaborativa entre órgãos de controlo e sociedade civil
3.2 Reforçar o papel e a autonomia das instituições de controlo e fiscalização garantindo a alocação de recursos técnicos e financeiros para o exercício das suas funções de forma independente e eficaz	Fortalecimento do Tribunal de Contas, resolver necessidades de melhora do mandato institucional, de capacidades, e de financiamento
	O Tribunal de Contas publica os anúncios de adjudicação de contratos públicos, os contratos assinados e as auditorias no sítio web do MEF
	Completar o fortalecimento do sistema judicial atualizando e reformando os códigos: Penal, Processo Penal, Civil, Processo Civil
3.3 Eliminar vulnerabilidades futuras à corrupção nos contratos públicos:	Promulgar a nova Lei de Contratos Públicos apresentada ao parlamento em dezembro de 2023
	Iniciar procedimentos transparentes para regular os futuros concursos de participação em concessões públicas e PPPs.
	Medidas para aumentar a transparência e a capacidade de controle da gestão das concessões (publicação de contratos, e relatórios anuais)
	Promulgar a nova Lei de Contratos Públicos apresentada ao parlamento em dezembro de 2023
3.4 Iniciar uma reforma profunda para reestruturar a função pública eliminando fatores que favorecem a corrupção na função pública (vinculado com IA 1.3)	Elaborar e publicar um código de conduta para o serviço público
	Iniciar um novo regime remuneratório baseado nas competências e no desempenho das funções
	Melhorar o recrutamento de pessoal por critérios objetivos e competitivos, e instaurar processos de avaliação eficazes do desempenho profissional (Ver programa 1.3)
	Reforçar o papel da Direção-Geral de Administração Pública (DGAP)
3.5 Aumentar a transparência fiscal e orçamentária	Alinhamento do sistema fiscal com normas internacionais de gestão das finanças públicas (contabilidade, orçamento, dívida pública, concessões públicas)
	Digitalização dos processos administrativos para aumentar a transparência, e reduzir a evasão fiscal
	Implementar um quadro mais robusto que vincule o orçamento a metas estratégicas de médio e longo prazo, com indicadores de desempenho

Benefícios Esperados: O valor estratégico desta intervenção transcende a dimensão ética: a existência de uma Estratégia Nacional Anticorrupção credível, de um novo regime de concessões públicas transparente e de um Tribunal de Contas com capacidade operacional efetiva são

condições que os investidores privados internacionais exigem cada vez mais explicitamente antes de assumirem compromissos de longo prazo — tornando esta agenda um fator direto de atratividade para os mega-investimentos em infraestrutura previstos na AI 5.

Liderança e Apoio: Esta área de intervenção é altamente transversal e requer tanto soluções técnicas como políticas. Por essa razão, exige a liderança ao mais alto nível do Governo — Primeiro-Ministro, Presidente da República e Conselho de Ministros — e deve ser devidamente assumida e analisada pelo próprio Executivo. A definição de responsabilidades para implementar a agenda e a execução desta área de intervenção deve ser clara e objetiva, de modo a facilitar a sua operacionalização e garantir a articulação eficaz entre os diferentes atores institucionais envolvidos.

Área de Intervenção 4: Adotar uma abordagem estratégica de Longo Prazo para a Gestão da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento

Objetivo: Permitir ao governo utilizar de forma estratégica a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para apoiar a implementação das áreas prioritárias definidas nesta estratégia e financiar a execução das principais áreas previstas na ENDS.

Desafios: As intervenções propostas visam enfrentar os seguintes desafios na gestão da AOD.

- **Concentração da Oferta:** São Tomé e Príncipe tem recebido assistência de diversos parceiros de desenvolvimento. No entanto, esta ajuda está fortemente concentrada em poucos doadores multilaterais — como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a União Europeia e várias agências das Nações Unidas — e em alguns parceiros bilaterais, como Portugal e o Brasil. Esta elevada concentração limita as opções estratégicas do país e revela que, até ao momento, não houve um esforço consistente para diversificar as fontes de AOD. O país também não tem explorado plenamente a possibilidade de utilizar a sua vulnerabilidade económica e climática como argumento legítimo para aceder a novos instrumentos e fontes de financiamento.
- **Financiamento Ambiental.** A baixa priorização do financiamento climático nas estratégias nacionais, aliada à falta de iniciativas proativas, tem limitado o acesso de São Tomé e Príncipe a este tipo de recursos. Esta situação é particularmente crítica face às necessidades de investimento — público e privado — para adaptação às alterações climáticas. O país também não está a aproveitar o potencial da AOD para apoiar a sua Estratégia de Crescimento Sustentável assente na Economia Azul.
- **Modalidades de Apoio:** Até à data, a AOD recebida tem sido canalizada sobretudo através de modalidades tradicionais: assistência técnica, financiamento de projetos e apoio orçamental. STP ainda não avançou com modalidades mais inovadoras, como o financiamento combinado (*blended finance*), a Ajuda ao Comércio (*Aid for Trade*), a cooperação triangular ou a ajuda baseada em resultados (*Results-Based Aid*).
- **Planificação Estratégica.** Até agora, o país tem adotado uma postura relativamente passiva na gestão da AOD, sem exercer uma liderança estratégica na sua alocação e utilização. São evidentes duplicações de esforços entre parceiros, bem como a proliferação de planos, estratégias e iniciativas propostas por diferentes entidades que posteriormente carecem de implementação. A ausência de um quadro integrador das prioridades nacionais tem dificultado a planificação estratégica da AOD e o seu alinhamento com as necessidades reais do país.

Abordagem Estratégica: As intervenções propostas consideram duas fases bem diferenciadas e com foco e objetivos diferentes e complementários:

Fase I –Orientação Estratégica e posicionamento da AOD Ambiental (2026–2030). As ações desta fase visam centralizar a programação estratégica da AOD no Ministério da Economia e Finanças, que deverá avaliar as necessidades de subvenções de AOD para financiar os programas

prioritários da ENDS. Estes programas requerem apoio com subvenções para viabilizar reformas estruturais essenciais, previstas para este período. A recente formulação da ENDS e das NDCs representa uma oportunidade importante para o governo assumir o controlo do processo, estruturando melhor a programação da ajuda existente e abrindo espaço para o acesso a novas fontes de financiamento em áreas prioritárias ainda não cobertas

Paralelamente, o MEF deverá liderar a negociação com os parceiros de desenvolvimento, com vista a assegurar a cobertura integral das necessidades de financiamento das prioridades-chave desta Estratégia. Estas ações permitirão, por sua vez, mobilizar novas fontes de recursos para o Estado. Neste contexto, propõe-se a criação de uma Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade, sob liderança do MEF. A Facilidade funcionará como uma plataforma integrada de mobilização de financiamento climático e ambiental, alinhando as prioridades nacionais com as fontes internacionais disponíveis. De acordo com o estabelecido no Capítulo 3, a Facilidade deverá mobilizar USD 156,5 milhões durante este período

Fase II – Diversificação de Fontes de AOD e Início da Utilização de Novas Modalidades (2030–2034). Nesta fase, o Governo deverá expandir a sua carteira de parceiros de desenvolvimento, assegurando o acesso a subvenções de AOD orientadas para áreas ambientais — nomeadamente adaptação, mitigação e proteção da biodiversidade — bem como a outras oportunidades de financiamento climático e ambiental (como o Fundo da IMO para os PEID). O objetivo será mobilizar USD 339 milhões adicionais para completar a implementação das medidas de adaptação e de energia analisadas no Capítulo 3.

Simultaneamente, deverão ser lançadas ações para atrair novas modalidades de apoio, nomeadamente o financiamento combinado (blended finance), a filantropia de risco, a Ajuda ao Comércio (Aid for Trade) e a Ajuda Baseada em Resultados (Results-Based Aid). Estas formas inovadoras de cooperação poderão ter um impacto elevado não apenas nas áreas ambientais, mas também nas áreas sociais prioritárias.

Intervenções Propostas: Os principais objetivos e intervenções propostos para o período 2026–2030 estão descritos na Tabela 8.

Benefícios Esperados: A inovação central desta área de intervenção é a transformação da postura do país face à cooperação internacional: de recetor passivo para gestor estratégico ativo, capaz de programar, negociar e diversificar os seus fluxos de AOD — incluindo o acesso sistemático a financiamento climático e ambiental que, estimado entre USD 450 e 510 milhões até 2030, representa uma grande oportunidade de expansão do financiamento no médio prazo e que permanece largamente inexplorada.

Tabela 8. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)

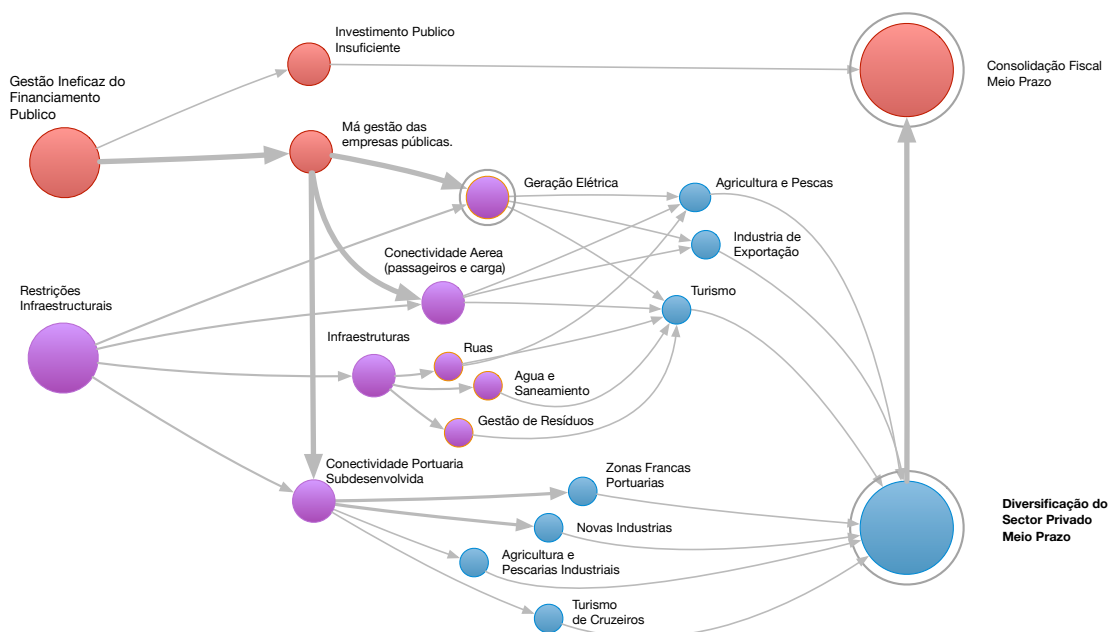
Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
4.1 Iniciar a gestão estratégica da AOD sob liderança do MEF, com o objetivo de assegurar o financiamento das ações programadas nesta Estratégia e na ENDS.	Estabelecer uma nova unidade no Ministério da Economia e Finanças (MEF) e aprovar novos procedimentos para gestão da AOD a nível nacional coordenando funções com o Ministério dos Negócios Estrangeiros
	Consolidar apoio de parceiros internacionais para desenvolver estas novas capacidades no MEF
	Analisar as necessidades de financiamento por AOD para todas as áreas de intervenção previstas nesta Estratégia de Financiamento e da ENDS
	Preparar um plano de ação de AOD de médio prazo, com custos estimados, e negociar-lo com os parceiros de desenvolvimento.

Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
4.2 Estabelecer uma Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade, sob liderança do MEF	Analisar as fontes de financiamento climático disponíveis para STP, dos procedimentos administrativos e dos prazos para seu acesso
	Programar o apoio da AOD ambiental para a implementação das áreas-chave analisadas no Capítulo
	Reforçar as capacidades institucionais do MEF e do Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais para gerir os processos para o acesso sistemático ao financiamento climático
4.3 Desenvolver um Sistema Integrado de Informação para facilitar a Gestão da AOD	Desenhar um sistema informático plenamente integrado com o novo sistema de Gestão das Finanças Públicas (SAFE)
	Desenvolver um sistema de coordenação que automatize o reporte sobre a utilização da cooperação internacional.
	Estabelecer mecanismos que assegurem a rastreabilidade e a complementaridade da AOD no processo orçamental.
4.4 Integrar novas abordagens de ODA	Explorar aplicação de novas modalidades de AOD, como blended finance, Aid for Trade, Cooperação Triangular e Results based Aid.
	Estabelecer um diálogo formal com os Parceiros de Desenvolvimento para apoiar a introdução dessas novas abordagens.
	Mobilizar apoio de ODA para as ações programadas na IA 5 e IA 7

Liderança e Apoio: Esta área de intervenção exige liderança orientada do Ministério da Economia e Finanças (MEF) responsável por programar o financiamento da execução da ENDS, ajustar os sistemas orçamentais e fortalecer o controlo de gestão do gasto público — requisitos essenciais para aceder a fontes de AOD climática. A participação e liderança do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades são fundamentais para consolidar negociações com os parceiros atuais e diversificar as fontes de AOD. Também é crucial o envolvimento do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, que deve contribuir com o seu conhecimento especializado e capacidade de intermediar nas negociações internacionais, maximizando o acesso a financiamento ambiental. A Agência Fiduciária de Administração de Projetos (AFAP) pode ser reforçada para melhorar a coordenação dos programas existentes e desenvolver trabalhos de natureza prospetiva.

Pilar 2. Uma Política para Eliminar as Principais Restrições Vinculantes de Infraestruturas com Investimento Privado Sustentável

Este pilar visa eliminar elementos críticos que bloqueiam a capacidade do país de acelerar o seu desenvolvimento sustentável. Como analisado na secção 2.3, o desenvolvimento do setor privado é um fator determinante para garantir a estabilidade económica e fiscal do país a longo prazo. Uma parte significativa destas restrições tem origem na qualidade das políticas públicas. A sua eliminação não exige, na maioria dos casos, grandes investimentos públicos, mas sim melhorias institucionais e administrativas sustentadas que, até agora, não foram eficazmente implementadas. Já a resolução das restrições relacionadas com a infraestrutura física requer investimentos de maior dimensão, para os quais o setor público não dispõe de recursos suficientes — exigindo, por isso, um novo enfoque estratégico para a sua superação.

Figura 33. Orientação das Intervenções Propostas para Eliminar Restrições de Infraestruturas

Grande parte das propostas incluídas neste pilar depende da boa implementação da reestruturação dos setores e da introdução de um novo regime para empresas públicas e participadas, conforme proposto na Área de Intervenção 2. Como ilustrado na Figura 33, as ações imediatas devem centrar-se nos domínios da energia, conectividade aérea e portuária — desafios centrais que o país precisa de enfrentar no curto prazo, uma vez que afetam diretamente as três áreas prioritárias para o desenvolvimento do setor privado identificadas pelo ENDS: turismo, agricultura, pescas e outras indústrias de exportação. Paralelamente, este pilar propõe o desenho de soluções para reduzir o risco e tornar mais atrativos os investimentos privados de grande escala no país, os quais poderão, posteriormente, servir de base para viabilizar a expansão de outros investimentos privados estratégicos em setores prioritários

Área de Intervenção 5: Uma abordagem integrada para eliminar as restrições de infraestrutura com investimento privado sustentável

Objetivo: Adotar uma abordagem de longo prazo para eliminar as restrições vinculantes de infraestruturas, com investimento privado e uma perspetiva de desenvolvimento sustentável

Desafios: As intervenções propostas visam enfrentar os seguintes desafios.

- **Dimensão do Mercado:** Um desafio comum a São Tomé e Príncipe e a outros pequenos Estados insulares é a reduzida dimensão do mercado interno, que dificulta a obtenção de economias de escala em diversas operações, sobretudo aquelas baseadas em princípios de mercado. Este fator limita, por exemplo, a liberalização de mercados e a viabilidade de parcerias público-privadas (PPPs) para financiar obras de infraestrutura rodoviária e outras. Torna-se, portanto, necessário identificar formatos específicos e adequados que possam catalisar este tipo de investimento.
- **Gestão das Empresas Públicas:** As empresas públicas detêm posições monopolistas em mercados que poderiam acolher investimento privado e enfrentam desafios significativos de eficiência, viabilidade e transparência. Frequentemente sub-capitalizadas e dependentes do Estado ou de doadores, comprometem a prestação de serviços essenciais e o crescimento económico e social. Assim, para eliminar as restrições de infraestrutura, é necessário redefinir o papel destas empresas

nos mercados e reestruturar a sua organização, governação e orientações de gestão, conforme proposto na AI 2.

- **Risco país e Acesso ao Financiamento:** A perceção internacional de elevado risco encarece o financiamento para empresas privadas interessadas em investir em São Tomé e Príncipe, aumentando desproporcionalmente as expectativas de retorno e limitando, assim, a quantidade e qualidade de investidores potenciais.
- **Planeamento Estratégico:** Até agora, o país adotou uma postura relativamente passiva na resolução dos problemas de infraestrutura, com iniciativas dispersas e pontuais que não geraram resultados efetivos. Com o apoio do BAD, foi elaborado um Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), que poderia funcionar como eixo central para assegurar coerência na planificação estratégica do desenvolvimento. Contudo, a sua aprovação tem sido sucessivamente adiada, permanecendo sem resolução definitiva.
- **Transparência e Promoção Internacional:** Os poucos esforços de negociação com o setor privado para concessões relevantes nas áreas de energia e aeroportos têm sido marcados por elevada opacidade, sem recurso a concursos públicos. Esta prática gera incerteza e falta de confiança, dificultando a atração de investidores internacionais nestas e noutras áreas. Além disso, a limitada capacidade da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI) tem restringido a eficácia das ações de promoção e captação de investimento.

Abordagem Estratégica: As intervenções propostas consideram duas fases bem diferenciadas e com foco e objetivos diferentes e complementários:

Fase I – Início de uma nova política com atenção a prioridades urgentes (2026–2030). As ações desta fase visam centralizar os esforços na programação estratégica do desenvolvimento de infraestruturas (PDI) de longo prazo, de forma harmoniosa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com as diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), que ainda se encontra por aprovar.

Os grandes projetos transformadores de investimento em infraestruturas devem ser concebidos a partir de uma perspetiva de desenvolvimento territorial sustentável, de modo a gerar o máximo impacto económico e social possível, minimizando simultaneamente eventuais impactos ambientais. Esta abordagem permitirá, adicionalmente, identificar oportunidades não previstas — como, por exemplo, as relacionadas com o desenvolvimento da economia azul — que poderão aumentar o atrativo dos projetos junto de investidores estratégicos.

Nesta fase, será dada ênfase à elaboração de estudos de pré-viabilidade para os projetos considerados mais urgentes, com o objetivo de acelerar a sua implementação no mais curto prazo possível. Para tal, propõe-se desenhar mecanismos de financiamento adicionais, que permitam reduzir o risco-país e transferir o acesso ao financiamento concessional do país para investidores privados dispostos a investir no território, aumentando significativamente o interesse dos investidores. Este poderá ter sido, até à data, um dos principais obstáculos que limitaram os investimentos com retorno a longo prazo. No entanto, o país pode desenhar ações para transferir alguns dos benefícios exclusivos do seu acesso ao financiamento concessional para investidores privados dispostos a investir no território

Fase II – Consolidação de Investimentos de Infraestrutura (2030–2034). Nesta fase, o Governo poderá consolidar investimentos importantes em várias áreas nas quais o setor privado poderá participar, como a gestão de resíduos sólidos, o mercado de água potável e outras áreas que venham a ser abertas ao investimento privado como resultado das atividades da Área de Intervenção 2. Será também possível integrar, de forma definitiva, uma plataforma institucional que permita resolver de forma mais sistemática diversos obstáculos que até agora têm travado o avanço dos projetos.

Esta plataforma, liderada pelo MEF, poderá consolidar o apoio dos parceiros de desenvolvimento para responder a múltiplas necessidades, como, por exemplo, o incentivo à realização de projetos de pré-investimento e a consolidação de mecanismos de redução do risco-país e de acesso a financiamento concessional por parte de investidores privados. Adicionalmente, esta plataforma permitirá, no futuro, consolidar outros projetos propostos pelo setor privado que, mesmo não estando centrados no desenvolvimento de infraestruturas, sejam considerados de prioridade nacional.

Intervenções Propostas: Os principais objetivos e intervenções propostos para o período 2026–2030 estão descritos na Tabela 9.

Tabela 9. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I 2026–2030)

Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
5.1 Planeamento Sustentável das Necessidades Futuras de Investimento	Definir um Plano Priorizado de Desenvolvimento de Infraestruturas (PDI) de longo prazo alinhado com os objetivos de desenvolvimento do Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT)
	Agrupar as necessidades de investimento por modalidades de financiamento desejadas (valorização fundiária, concessões ou investimento direto estrangeiro) e sequenciar a sua execução
5.2 Uma nova plataforma de integração de instrumentos de financiamento para viabilizar projetos estruturantes de grande investimento privado	Realizar estudos de pré-viabilidade para projetos estruturantes de grande investimento
	Desenhar uma plataforma de integração de instrumentos genéricos de financiamento para mitigar riscos e aumentar o atrativo dos projetos para investidores estrangeiros (um Banco de Investimento?)
	Reforçar as capacidades da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI) para executar este tipo de ações com a colaboração dos parceiros de desenvolvimento para identificar potenciais origens de investidores e na definição da agenda de eventos internacionais
5.3 Uma campanha de mobilização de recursos para cobrir necessidades de infraestrutura pública com fundos ambientais	O PDIP serve para definir o Plano Prioritário de Investimentos Públicos de longo prazo (PIP), que poderá ter uma componente financiada por fundos ambientais.
	Alinhar os estudos realizados no âmbito do Plano Nacional de Adaptação (PNA) com as necessidades de investimento do PIP, e determinar infraestruturas elegíveis para financiamento de adaptação
	Executar ações exaustivas de mobilização de recursos, com base nos estudos preparatórios definidos na ação 4.2.

Benefícios Esperados: Esta área de intervenção representa a maior mudança de paradigma da estratégia: ao propor mecanismos que transferem para investidores privados o acesso ao financiamento concessional do país e que reduzem o risco-país de forma estrutural, oferece uma via concreta para mobilizar os EUR 789 milhões de investimento em infraestruturas que o país não conseguiu atrair na última década — e que são a alavanca principal para desbloquear o crescimento do turismo, da agricultura de exportação e das pescas previstos na ENDS

Liderança e Apoio: Esta área de intervenção requer a liderança direta do Ministério da Economia e Finanças (MEF) e da nova Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado. É igualmente crucial o envolvimento do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, que, além da sua competência no domínio do investimento em infraestruturas, poderá contribuir com conhecimento técnico especializado e capacidade de intermediação em negociações internacionais, maximizando o acesso a financiamento ambiental.

Para as decisões mais estratégicas, será também necessária a orientação direta do Primeiro-Ministro e, eventualmente, do Conselho de Ministros, dado que estarão em causa decisões com

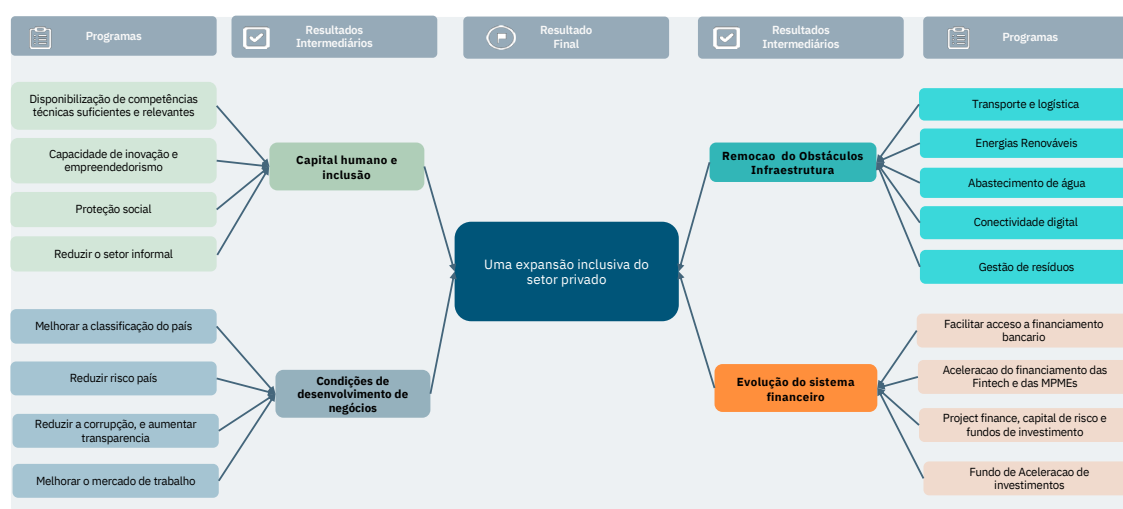
impacto significativo sobre o futuro de mercados e de empresas públicas — matérias que ultrapassam o mandato do MEF e do MIRNA. Este é, aliás, um dos domínios da estratégia de financiamento em que se recomenda a promoção de um debate mais amplo com outras partes interessadas — partidos políticos, setor empresarial e sociedade civil — com o objetivo de gerar consensos duradouros que sustentem as intervenções programadas ao longo do tempo.

Pilar 3. Acelerar o Desenvolvimento Inclusivo do Setor Privado

Embora o acesso ao financiamento seja uma variável-chave, o principal fator de sucesso para o desenvolvimento do setor privado reside na capacidade de integrar várias políticas de diferentes domínios sob um objetivo comum. Como ilustrado na Figura 34, para acelerar um desenvolvimento inclusivo do setor privado, é necessário alcançar resultados coordenados em diversas áreas de políticas públicas: no desenvolvimento do capital humano e da inclusão social, na melhoria das condições para o crescimento empresarial e na eliminação das principais barreiras de infraestruturas. A evolução do sistema financeiro constitui a variável central deste pilar, mas as demais áreas também são tratadas como prioritárias nas diferentes áreas de intervenção propostas por esta estratégia de financiamento.

O principal objetivo deste pilar é assegurar a coerência de longo prazo e uma orientação para resultados de várias políticas atualmente dispersas ou isoladas. As intervenções deste pilar visam alinhar as políticas de desenvolvimento do setor privado com os objetivos de longo prazo do país. Para impulsionar a competitividade e diversificar a economia, é essencial acelerar a melhoria das condições gerais para o desenvolvimento do setor privado no curto prazo. A implementação bem-sucedida dos objetivos de desenvolvimento do setor privado também exigirá ações coordenadas para eliminar barreiras, e criar um ambiente favorável ao empreendedorismo e à inovação.

Figura 34. As Intervenções Necessárias para Acelerar o Desenvolvimento do Setor Privado



Estas intervenções assumem maior urgência no atual cenário de elevada incerteza no comércio internacional. A graduação de São Tomé e Príncipe do estatuto de PMA poderá ter alguns impactos negativos nas suas exportações, devido a alterações nas tarifas aduaneiras e à perda de preferências comerciais, sobretudo para produtos com maior valor agregado, reduzindo a competitividade do país nos mercados internacionais. Paralelamente, as medidas

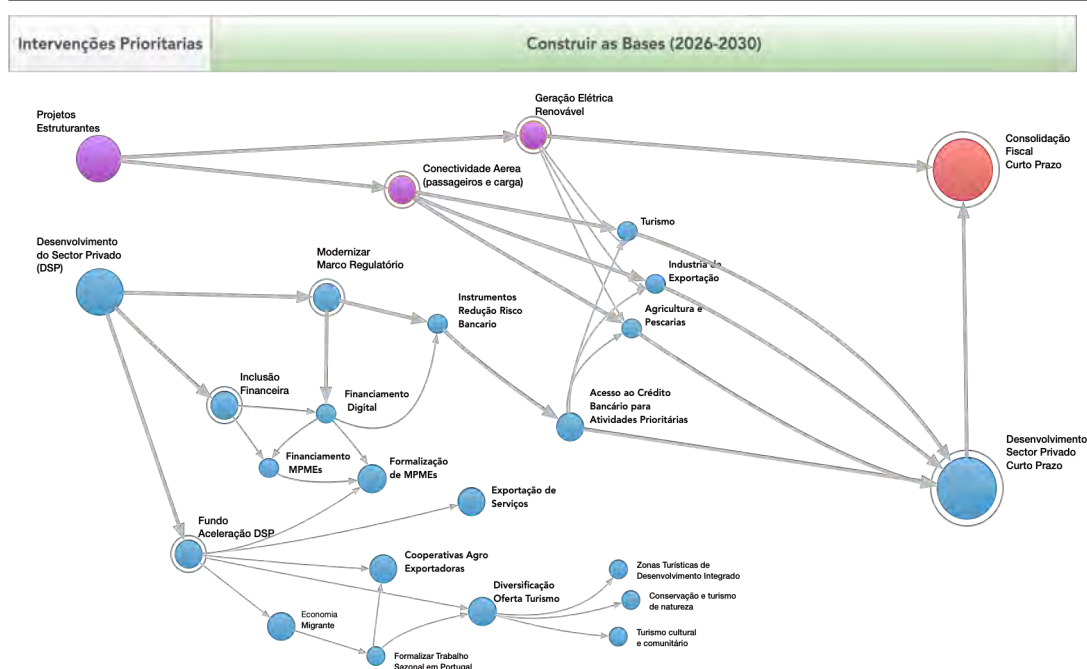
recentemente adotadas pelos Estados Unidos poderão até criar oportunidades para as exportações originadas em São Tomé e Príncipe.

A orientação estratégica proposta integra abordagens tradicionais e inovadoras para acelerar o desenvolvimento do setor privado. Atingir as metas definidas pelo ENDS para 2040 exigirá um crescimento do setor privado a níveis historicamente elevados para o país. O desenho das intervenções propostas neste pilar considera o melhor sequenciamento possível das medidas, tendo em conta as interações entre elas e a possibilidade de gerar o máximo de sinergias nos seus resultados, tal como ilustrado na Figura 35. Existem vários “círculos virtuosos” que podem ser alcançados com uma boa sincronização destas políticas, permitindo acelerar diversos dos processos desejados. Propõe-se um quadro de políticas abrangente, capaz de gerar resultados significativos no curto prazo, mesmo nas condições atuais.

As políticas propostas priorizam o desenvolvimento inclusivo do setor privado e introduzem inovações para promover a formalização gradual das atividades informais. Para tal, propõe-se o desenvolvimento de uma política integrada que facilite a transição das pessoas que vivem na economia informal para a formalidade, oferecendo percursos que valorizem e ampliem as suas oportunidades de desenvolvimento. Esta nova política inclui diversas medidas inovadoras, bem como a criação de um novo regime especificamente concebido para facilitar essa transição para o setor formal, articulando-se com outras iniciativas voltadas para o desenvolvimento das MPMEs e para o fortalecimento de associações, cooperativas, clusters e cadeias de valor.

Paralelamente, propõem-se ainda várias inovações, como a aceleração da entrada de empresas de financiamento digital (Fintechs) e a introdução de outros instrumentos de financiamento. As Fintechs poderão contribuir para melhorar o acesso e reduzir o custo do crédito para as pessoas com menores rendimentos e que atualmente trabalham no setor informal da economia. Esta dinâmica poderá representar um impulso adicional para acelerar o processo de transição e o desenvolvimento económico inclusivo. Outras inovações incluem a criação de uma plataforma financeira (*facility*) para apoiar a expansão exportadora de cooperativas, clusters e empresas inseridas em cadeias de valor, bem como de outras áreas com potencial de expansão no curto prazo no setor privado.

Figura 35. Intervenções Propostas no Pilar 3 para Acelerar o Desenvolvimento do Setor Privado



Área de Intervenção 6: Uma abordagem integrada das políticas que permitem acelerar o desenvolvimento do setor privado

Objetivo: Implementar de forma estratégica reformas no quadro regulatório e legal que facilitem e acelerem a mobilização de investimento privado.

Desafios: Grande parte dos obstáculos que precisam ser superados não envolve custos elevados, pois estão relacionados com mudanças no quadro regulatório. O último relatório Doing Business do Banco Mundial classificou São Tomé e Príncipe na 140.^a posição entre 170 economias avaliadas. Uma parte significativa das barreiras poderia ser ultrapassada através do aprofundamento da modernização do Estado — uma das prioridades estabelecidas na ENDS. As intervenções propostas visam enfrentar os seguintes desafios na gestão da AOD:

- **Registo Predial (posição 172 de 190).** O registo predial é um ponto crítico, com seis procedimentos e um tempo médio de 23 dias para concluir o processo. A ausência de um sistema de digitalização adequado aumenta a incerteza e os custos para empresas e investidores.
- **Abrir uma empresa (posição 150 de 190).** O processo de abertura de empresas continua a ser complexo, exigindo oito procedimentos e uma média de nove dias. Embora o tempo esteja dentro da média global, o excesso de burocracia e a falta de digitalização dificultam a criação de empresas. Cabo Verde (posição 121), por exemplo, simplificou este processo com balcões únicos, reduzindo significativamente o tempo e o custo de formalização.
- **Pagamento de impostos (posição 137 de 190).** O sistema fiscal é complexo, com uma carga fiscal elevada e procedimentos administrativos exigentes. As empresas são obrigadas a efetuar 45 pagamentos por ano, consumindo tempo e recursos que poderiam ser alocados à atividade produtiva.
- **Obtenção de crédito (posição 135 de 190).** Os indicadores internacionais mostram que o acesso ao crédito ao setor privado em São Tomé e Príncipe está entre os mais baixos dos países comparáveis. Além disso, as taxas de juro são significativamente superiores às dos países pares, constituindo um entrave considerável ao financiamento. O problema afeta especialmente as MPMEs, agravado pela ausência de um sistema de crédito sólido e de um quadro jurídico que proteja adequadamente os credores.
- **Obtenção de eletricidade (posição 130 de 190).** A ligação à rede elétrica é um dos maiores entraves enfrentados pelas empresas, devido a infraestruturas energéticas frágeis e custos elevados. O processo exige sete procedimentos e um tempo médio de 153 dias muito acima da média regional.
- **Comércio transfronteiriço (posição 124 de 190).** As exportações enfrentam obstáculos sérios, sobretudo relacionados com infraestruturas portuárias e processos aduaneiros. O tempo médio para exportar mercadorias é de 90 horas, consideravelmente superior à média regional.
- **Obtenção de Licenças de Construção (posição 111 de 190).** Os procedimentos para a obtenção de licenças de construção são demorados e regidos por regulamentos complexos: 13 etapas e um prazo estimado de 250 dias. Este cenário reflete a ineficiência institucional, desencorajando o investimento nacional e estrangeiro.

Abordagem Estratégica: As intervenções propostas consideram duas fases distintas, com objetivos diferentes, mas complementares:

Fase I – Soluções de Implementação Rápida e de Alto Impacto (2026–2030). As ações desta fase visam alcançar resultados de alto impacto através de modificações no quadro regulatório e, em alguns casos, da resolução de entraves específicos com soluções de rápida implementação. A prioridade nesta fase é eliminar os principais obstáculos ao financiamento bancário das atividades prioritárias do setor privado, por meio de medidas de curto prazo que poderão, posteriormente, ser substituídas por reformas estruturais mais complexas, cujo desenvolvimento também se iniciará nesta fase. Pretende-se igualmente facilitar o uso do

financiamento digital para alargar o acesso inclusivo ao crédito por parte das MPMEs, com custos mais acessíveis. Uma componente essencial desta fase é o arranque de políticas de incentivo à formalização do setor informal, cuja urgência é reconhecida, mas que deverá ser abordada com uma perspetiva de médio prazo. Ainda nesta fase, serão acelerados diversos processos institucionais e técnicos que permitirão construir soluções mais robustas para melhorar o acesso ao financiamento de longo prazo.

Fase II – Soluções definitivas aos principais obstáculos e diversificação do sistema de financiamento privado (2030–2034). Nesta fase, o Governo deverá consolidar um conjunto de soluções definitivas que exigem alterações no quadro jurídico e processos de negociação política mais complexos e demorados. Muitas destas soluções têm como objetivo mitigar os riscos enfrentados pelos bancos no uso dos mecanismos tradicionais de crédito. Contudo, se as ações voltadas para a entrada de empresas de financiamento digital (previstas na Área de Intervenção 7) forem bem-sucedidas, é provável que a mitigação dos riscos ocorra, não por via dos métodos tradicionais, mas através da adoção de novas tecnologias, como já acontece em diversas partes do mundo.

Além disso, esta fase permitirá o desenvolvimento pleno das inovações iniciadas na fase anterior, destinadas a expandir progressivamente a oferta de produtos e serviços financeiros em apoio ao crescimento do setor privado. Caso estas ações tenham êxito, será possível avançar na consolidação das iniciativas-piloto de Aceleração de Negócios. A combinação destas ações com as intervenções previstas na Área de Intervenção 5 deverá gerar uma mudança estrutural na atratividade do país para o investimento privado e colocar São Tomé e Príncipe numa trajetória acelerada de progresso.

Intervenções Propostas: Os principais objetivos e intervenções propostos para o período 2026–2030 estão descritos na Tabela 10.

Tabela 10. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I, 2026–2030)

Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
6.1 Um plano para reduzir sistematicamente os principais obstáculos ao Desenvolvimento do Setor Privado (DSP)	Conceber uma agenda para melhorar a posição do país nos principais indicadores de DSP no curto prazo
	Conceber um plano de qualificação da mão de obra por setores e territórios com elevado potencial de crescimento
	Alinear os avanços das reformas de longo prazo em setores estratégicos (educação, saúde, ambiente, agricultura)) com as necessidades de DSP de curto prazo
6.2 Acelerar o acesso ao crédito bancário para empresas estabelecidas em setores prioritários	Liderar um processo político de discussão sobre reformas estruturais de longo prazo para reduzir o risco do crédito bancário
	Acelerar a profundidade e qualidade dos programas de formação empresarial
	Reforçar as capacidades institucionais do governo para gerir os processos para o acesso sistemático ao financiamento climático
	Mecanismos de curto prazo para acelerar o acesso ao crédito bancário nos setores prioritários
6.3 Uma plataforma financeira (facility) para apoiar a aceleração do financiamento privado doméstico	Utilizar fundos da AOD para lançar uma plataforma destinada a acelerar a implementação de novos instrumentos inovadores cofinanciados pela cooperação internacional (ver exemplos em baixo)
	Iniciar programas de formação e challenge funds para startups em áreas inovadoras da economia digital e outras
	Líneas de empréstimo flexível com garantias leves para apoiar a expansão exportadora de cooperativas, clusters e financiamento de empresas

Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
	inseridas em cadeias de valor
	Fundos de garantia e outros mecanismos destinados a acelerar o acesso ao crédito bancário por empresas estabelecidas em setores prioritários da ENDS (turismo, agricultura, pescas);
	Capacitação às Instituições Financeiras para o desenvolvimento de produtos destinados a mulheres e a outros grupos sub-atendidos.
	Lançar linhas de apoio financeiro a mulheres empreendedoras, bem como programas de capacitação e de acesso à assistência técnica
	Disponibilizar financiamento e capacitar as instituições bancárias a desenhar linhas de financiamento de Project Finance.
	Fundos para incentivar o aproveitamento do potencial da diáspora em Portugal na expansão dos negócios nacionais no mercado português

Benefícios Esperados: A inovação desta área não reside em nenhuma medida isolada, mas na coordenação sistemática de reformas regulatórias, instrumentos de financiamento e programas de capacitação que, individualmente, têm produzido resultados limitados no país: ao articulá-los num plano com sequenciamento explícito e metas mensuráveis — e ao ligá-los diretamente aos resultados das AI 2 e 5 — cria-se pela primeira vez a possibilidade de gerar os círculos virtuosos entre investimento, formalização e receita fiscal que sustentarão a resiliência fiscal do país no médio prazo.

Liderança e Apoio: Esta área de intervenção exige uma liderança clara por parte do Ministério da Economia e Finanças (MEF), responsável pela maioria das políticas de promoção do setor privado, e da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI). A participação e liderança do Banco Central de São Tomé e Príncipe são igualmente fundamentais dado que este é o órgão regulador de muitas das políticas que definem o funcionamento do sistema bancário.

O apoio coordenado dos parceiros para o desenvolvimento é muito importante, uma vez que as intervenções que devem ser programadas estão alinhadas com as suas prioridades para o país. No entanto, é fundamental que esse apoio se concretize através de novos instrumentos e programas, evitando que estas intervenções se limitem a ações pontuais e isoladas.

Área de Intervenção 7: Uma política integrada para promover a inclusão financeira e a formalização do setor informal

Objetivo: Desenvolver uma política integrada que facilite a transição das pessoas que vivem na economia informal para a formalidade, oferecendo percursos que potenciem as suas oportunidades de desenvolvimento.

Desafios: As intervenções propostas visam responder a desafios de exclusão identificados no inquérito realizado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), bem como a outras limitações estruturais:

- **Exclusão de Pessoas:** Cerca de 61% da população santomense com mais de 18 anos está excluída do sistema financeiro, sendo que apenas 39% dos inquiridos possuem uma conta bancária. Esta baixa taxa de bancarização reflete tanto problemas socioeconómicos estruturais como a escassez de serviços financeiros acessíveis. Entre os que recorreram a empréstimos, os principais motivos foram: emergências não médicas (32%), início ou expansão de um negócio (26%), construção ou melhoria da habitação (19%) e financiamento de despesas correntes (15%).

- **Exclusão de MPMEs:** O crédito às empresas é fortemente concentrado, dado que os bancos impõem critérios que as MPMEs raramente conseguem cumprir. Um estudo do BN revela que mais de 82% das MPMEs não têm conta bancária, e poucas conseguem aceder a crédito devido à dificuldade em cumprir os requisitos exigidos. Apenas 10% das MPMEs que solicitaram financiamento bancário obtiveram aprovação.
- **Exclusão de Género:** Entre os indivíduos financeiramente excluídos em São Tomé e Príncipe, 57% são mulheres e 43% homens. A proporção de homens com conta bancária é superior à das mulheres.
- **Exclusão Geográfica:** A inclusão financeira varia significativamente entre regiões. A Região Autónoma do Príncipe apresenta o melhor desempenho, com 79% da população integrada financeiramente, seguida do distrito de Água Grande, com 52%. Em contraste, distritos como Lembá e Caué apresentam os piores níveis de inclusão, com apenas 19% e 21%, respetivamente. Verifica-se também uma disparidade entre áreas urbanas e rurais: 60% dos excluídos vivem em zonas urbanas e 40% em zonas rurais.
- **Exclusão por Rendimento:** Apesar da ausência de dados específicos, é provável que a maioria da população excluída pertença às camadas de menor rendimento. Seria útil analisar a percentagem da população de maior rendimento com acesso a contas bancárias, de forma a aferir a abrangência da inclusão financeira em diferentes estratos socioeconómicos.
- **Financiamento Digital:** Um dos aspetos mais relevantes identificados pela pesquisa é a fraca penetração de sistemas de financiamento digital, que poderiam desempenhar um papel essencial na ampliação do acesso aos serviços financeiros. A utilização de ferramentas digitais para operações financeiras permanece extremamente limitada. Apesar de o país dispor de uma cobertura de rede móvel de cerca de 90%, não tem explorado o potencial das soluções de financiamento digital (*fintechs*) para expandir esse acesso de forma eficiente.
- **Falta de dados:** A avaliação da inclusão financeira exige a combinação de informações sobre acesso, utilização e qualidade dos serviços financeiros. Até muito recentemente, o BCSTP apenas conseguia reportar um conjunto reduzido de indicadores. A realização do primeiro inquérito nacional sobre inclusão e literacia financeira, em 2017, constituiu um marco importante, permitindo avaliar as três dimensões da inclusão financeira. Contudo, o acesso contínuo a dados relevantes permanece limitado, e o valor da informação recolhida diminui com o tempo. Torna-se, por isso, necessário reforçar os sistemas de recolha, tratamento e análise de dados, de modo a eliminar as limitações atuais e permitir o desenho de políticas públicas baseadas em evidência.

Abordagem Estratégica: As intervenções propostas consideram duas fases bem diferenciadas, com focos e objetivos distintos, mas complementares:

Fase I – Sentar as bases para uma solução de médio prazo (2026–2030). Durante esta fase, será necessário conceber e aprovar uma nova política integrada, iniciando com a coordenação institucional entre o MEF, o BCSTP e outras instituições que deverão participar ativamente. Também será essencial estabelecer as bases para desenvolver sistemas de informação adequados sobre inclusão social, setor informal e a problemática das MPMEs, áreas que até agora têm cobertura relativamente limitada.

Neste período, será possível iniciar medidas para acelerar a entrada do financiamento digital, com foco em empresas africanas bem-sucedidas que possam ter interesse em expandir os seus negócios em São Tomé e Príncipe. Para tal, será necessário rever a adequação dos marcos legais e regulatórios, eliminando obstáculos desnecessários. Será igualmente possível desenhar e testar um programa-piloto com o objetivo de incentivar a transição de pessoas e empresas que atualmente geram os seus rendimentos no setor informal para o setor formal. Este programa incorporará várias inovações importantes, entre as quais um novo regime tributário e sistemas de inscrição especiais e simplificados, a serem introduzidos de forma gradual.

Fase II – Consolidar a solução de médio prazo (2026–2030). Durante esta fase, será possível maximizar o impacto das novas políticas e programas, permitindo ao Governo expandir ao

máximo os programas de formação empresarial e outras iniciativas de apoio à literacia financeira. Será também o momento para consolidar a criação do novo regime tributário, desenvolver todos os instrumentos de promoção e iniciar a integração dessas políticas com as políticas de promoção e desenvolvimento das MPMEs.

Isto permitirá que as empresas que transitaram para a formalidade tenham acesso a novas oportunidades e perspetivas de desenvolvimento, podendo integrar-se em programas de fortalecimento de associações e cooperativas, desenvolvimento de clusters e cadeias de valor, desenvolvimento económico local, promoção do empreendedorismo feminino, entre outras iniciativas. Estes processos de melhoria contínua das empresas contribuirão também para uma melhoria sustentada da qualidade de vida das famílias que atualmente geram os seus rendimentos no setor informal. A entrada do financiamento digital proporcionará a estas famílias novas possibilidades de crescimento económico e inclusão financeira.

Intervenções Propostas: Os principais objetivos e intervenções propostos para o período 2026–2030 estão descritos na Tabela 11.

Benefícios Esperados: Com 73% do PIB gerado na economia informal e 61% da população adulta excluída do sistema financeiro, esta área de intervenção tem o maior potencial de impacto redistributivo da estratégia no curto prazo: a combinação de um novo regime tributário simplificado, instrumentos de crédito digital para mulheres empreendedoras e a entrada de Fintechs pode, num horizonte de 3 a 5 anos, ampliar significativamente a base fiscal do país e compensar parte dos efeitos sociais do ajustamento fiscal em curso — tornando-a também um argumento direto junto dos parceiros de desenvolvimento para financiamento adicional.

Tabela 11. Principais Intervenções no Plano de Ação de Curto Prazo (Fase I, 2026–2030)

Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
7.1 Melhorar a qualidade da tomada de decisões com base em evidência	Realizar inquéritos regulares para conhecer em profundidade o problema do lado da demanda, agregar melhores dados sobre uso de remessas.
	Reforçar as capacidades de avaliação e monitorização da inclusão financeira
	Analisar e responder às necessidades de desenvolvimento de capacidades institucionais para a implementação desta AI
7.2 Aproveitar os benefícios sociais do financiamento digital para indivíduos e MPMEs	Um plano para acelerar a entrada de Fintechs no curto prazo
	Promover o uso de Fintechs para tornar mais transparentes as remessas e apoiar a formalização de atividades informais
	Eliminar barreiras ao turismo e à exportação de serviços
7.3 Um programa abrangente para acelerar a integração do setor informal na economia formal	Novo regime tributário para MPMEs que se formalizem com procedimentos administrativos simplificados e monotributo único
	Incentivos à formalização incluindo acesso a crédito promocional para formalização à segurança social e as compras públicas
	Aumento supervisão em setores selecionados
	Programas de apoio de aumento da produtividade e de gestão
	Integração com as políticas de desenvolvimento das MPMEs e de fortalecimento de associações, cooperativas, clusters e cadeias de valor
7.4 Fundo de acesso ao crédito das mulheres do setor informal	Obter apoio da AOD e de fundações privadas para estruturar um projeto nacional de apoio a mulheres empreendedoras do setor informal
	Estruturar um crédito promocional para bancarizar mulheres empreendedoras do setor informal, sem exigência de garantias, historial de crédito ou colaterais.
	Integrar o programa com outras políticas de desenvolvimento das MPMEs e de fortalecimento de associações, cooperativas, clusters e cadeias de valor

Objetivos de Política	Principais Intervenções Planeadas
7.5 Literacia financeira e promoção dos direitos dos setores vulneráveis	Desenvolver e implementar um plano para promover a inclusão financeira e o acesso ao financiamento para populações sub-atendidas
	Criar sistemas legais e regulatórios para mitigar possíveis efeitos adversos do desenvolvimento financeiro digital
	Implementar campanhas abrangentes de literacia financeira e medidas de proteção dos consumidores mais vulneráveis contra credores predatórios e práticas abusivas

Liderança e Apoio: Esta área de intervenção exige uma liderança clara por parte do MEF, responsável pela maioria das políticas de promoção do setor privado, e da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI). A participação e liderança do BCSTP são igualmente fundamentais dado que este é o órgão regulador de muitas das políticas que definem o funcionamento do sistema bancário, além de ser responsável pelo desenvolvimento do quadro regulatório necessário para a entrada de Fintechs. Na maioria dos países, o banco central também lidera os processos de inclusão financeira e de formalização do setor informal, razão pela qual o seu envolvimento ativo será indispensável para o sucesso desta intervenção.

Igual que no caso anterior o apoio coordenado dos parceiros para o desenvolvimento é muito importante, uma vez que as intervenções que devem ser programadas estão totalmente alinhadas com as suas prioridades para o país. No entanto, é fundamental que esse apoio se concretize através de novos instrumentos e programas, evitando que estas intervenções se limitem a ações pontuais e isoladas.

6 Sistemas de Apoio à Implementação desta Estratégia

A construção do INFF em São Tomé e Príncipe é um processo que demandará outros elementos complementários a esta estratégia. A elaboração do Quadro é um processo iterativo (ver Figura 36), que começou com a primeira fase de avaliação e diagnóstico, concluída em dezembro de 2024 com a aprovação da Avaliação de Financiamento para o Desenvolvimento (AFD). A formulação e aprovação desta estratégia de financiamento é um segundo passo importante neste processo. **Os próximos passos neste processo incluem o desenho do sistema de Monitorização e Revisão da implementação da estratégia e de um sistema de Governança e Coordenação** que assegure a correta implementação das ações programadas na estratégia de financiamento. Este processo deve ser liderado pelo governo e estruturado com apoio dos parceiros de desenvolvimento.

Figura 36. Elementos constitutivos de um Quadro Nacional Integrado de Financiamento



6.1 Monitorização e Revisão

Importância da monitorização e avaliação

A revisão e monitorização do progresso do INFF serão essenciais para orientar o trabalho de implementação. O novo sistema deverá proporcionar ao governo um “painel de controlo” para acompanhar os resultados da implementação da estratégia de financiamento. O processo de

monitorização facilita a reformulação de políticas ao verificar se as estratégias são eficazes ou ineficazes, fortalecendo a cooperação e a confiança entre os parceiros relevantes e melhorando a transparência. O desenvolvimento deste quadro trará os seguintes benefícios:

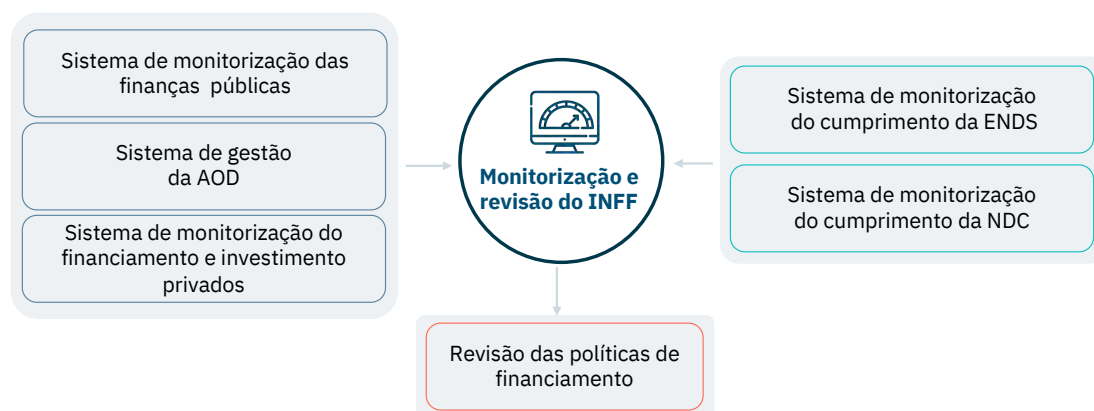
- **Construir a base de evidência necessária** para melhorar a eficiência e a eficácia das políticas e reformas de financiamento, estimular a participação alargada de todas as partes interessadas relevantes nos processos de política e reforçar a apropriação e a compreensão do valor deste quadro integrado de financiamento.
- **Racionalizar os esforços de monitorização, reduzindo lacunas.** A estratégia se focará nas lacunas de financiamento e de investimento do setor público e privado. Este sistema realizará previsões económicas das reformas projetadas e das suas consequências em termos de custos. Ajudará igualmente a tratar redundâncias e sobreposições.
- **Alinhamento com prioridades nacionais.** Este sistema deverá medir e tratar desalinhamentos dos fluxos de financiamento com as prioridades nacionais. Por exemplo, deverá medir o grau de alinhamento dos créditos da banca privada, dos investidores institucionais ou mesmo da dívida pública com as prioridades nacionais e/ou com os ODS.
- **Desempenho da Estratégia de Financiamento.** Este sistema deverá rever e reportar regularmente o valor acrescentado da estratégia de financiamento, incluindo se ela está a conseguir reforçar a mobilização de recursos e a aumentar a coerência e o alinhamento do financiamento com as prioridades nacionais de desenvolvimento.
- **Apoiar uma ação pública dinâmica,** facilitando a aprendizagem sobre o que funciona e o que não funciona e permitindo ajustamentos atempados de rumo em resposta a mudanças nas condições, como o contexto de financiamento e de risco.
- **Melhorar a transparência** e a responsabilização e reforçar a capacidade do governo para gerar parcerias, diálogo e confiança entre as partes interessadas.

O novo sistema deve resolver vários desafios identificados durante a formulação desta estratégia, exigindo melhorias significativas na qualidade dos sistemas de dados e informação existentes. Para vários fluxos de financiamento verificou-se uma divergência substancial entre dados provenientes de diferentes fontes nacionais e, muitas vezes, entre estes e fontes internacionais padronizadas, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Alguns dados críticos — incluindo resultados financeiros e níveis de endividamento das empresas públicas, como a EMAE — não estão no domínio público e não foram partilhados. Persistem também lacunas de informação essenciais para orientar as políticas de financiamento das MPME e para compreender a situação das pessoas que trabalham no setor informal.

Responder a estes desafios de dados é crucial para a eficácia do novo sistema de monitorização, garantindo a fiabilidade e a precisão da informação que fornecerá para a tomada de decisões estratégicas e para a afetação de recursos.

Processo de monitorização

A monitorização da INFF deve incorporar sistemas de monitorização já existentes e estar integrada no sistema de monitorização da ENDS. Para medir eficazmente o grau de implementação e o impacto desta estratégia de financiamento, é imperativo construir um sistema de monitorização que incorpore de forma integrada os mecanismos de monitorização governamentais já existentes. O sistema de monitorização do INFF deverá funcionar como uma plataforma unificadora, reunindo os vários sistemas de acompanhamento já existentes no ciclo orçamental, no plano nacional de desenvolvimento, nas estratégias ministeriais setoriais, nas entidades reguladoras dos mercados financeiros e noutras fontes relevantes.

Figura 37. Elementos constitutivos do Sistema de Monitorização Proposto

Uma característica importante deste sistema é a sua capacidade de manter o foco na medição dos resultados do financiamento na prossecução das prioridades nacionais de desenvolvimento. Como ilustra o diagrama da Figura 37, o sistema deve avaliar a capacidade da estratégia para aumentar e alinhar os fluxos de financiamento com essas prioridades. No entanto, deve também medir se estes esforços estão, de facto, a permitir alcançar os objetivos definidos pela ENDS e pela NDC. Embora os recursos financeiros sejam necessários, a sua eficácia é igualmente crucial. Por isso, o objetivo final deste sistema é ajudar o Governo a orientar e ajustar as políticas implementadas para alcançar esses objetivos nacionais.

O sistema proposto monitoriza o desempenho da execução da estratégia nos domínios público, privado e da cooperação internacional e, acompanhando a evolução do seu impacto, pode formular recomendações para ajustar as políticas em implementação. Apesar da sua complexidade, a construção deste sistema integrado de monitorização é relativamente direta. No entanto, o sistema a desenvolver pode apoiar-se em vários mecanismos já existentes, acrescentando apenas alguns componentes adicionais que serão de grande utilidade no processo de monitorização da implementação da ENDS e da NDC. Em termos gerais, o sistema integrado de monitorização deve agrupar os seguintes elementos:

- **Financiamento público.** As intervenções propostas incorporam integralmente a agenda acordada entre o Governo e o FMI. Esta agenda, que constitui uma parte significativa do plano de ação da estratégia, será provavelmente o eixo central do novo PARFIP, pelo que a sua monitorização deverá ser simultânea para ambos. A estratégia acrescenta ainda alguns elementos adicionais — qualidade da despesa pública, gestão das empresas públicas, transparência e integridade — que são prioridades complementares do Governo e devem ser integradas no mesmo sistema.
- **Apoio da Cooperação Internacional.** A implementação desta estratégia oferece uma grande oportunidade para alinhar o apoio coordenado dos parceiros de desenvolvimento, fundamentais para o seu sucesso. Além disso, propõe-se mobilizar recursos de fontes adicionais de financiamento ambiental e climático que complementem os esforços já em curso. Para tal, é conveniente construir um sistema de monitorização da AOD que integre todos os fluxos que entram no país, conforme previsto no plano de ação da Área de Intervenção 4 desta estratégia.
- **Investimentos em infraestruturas de grande escala e desenvolvimento do setor privado.** A estratégia reúne um conjunto de ações que, em grande medida, têm sido objetivos aspiracionais de vários governos, mas que não alcançaram os resultados esperados, em parte devido à ausência de uma monitorização adequada da qualidade de implementação das medidas previstas. A estratégia oferece agora a oportunidade de realizar um acompanhamento exaustivo. No final deste processo, deverá ser possível dispor de um formato semelhante ao do PARFIP, permitindo ao Governo monitorizar — em estreita coordenação com os parceiros de desenvolvimento — o sucesso ou insucesso das políticas e medidas implementadas.

Quadro de Indicadores de implementação da Monitorização

O desenvolvimento e a implementação deste novo sistema deverão ser liderados pelo Ministério da Economia e Finanças, em colaboração com várias outras entidades governamentais. A lista seguinte, ainda que não exaustiva, apresenta instituições e mecanismos de monitorização já existentes no país que servirão de base ao Quadro de Monitorização e Revisão do INFF:

- **O Ministério de Economia e Finanças.** É responsável pela gestão de todas as variáveis do financiamento público (receita e despesa orçamental, gestão da dívida, investimento público) e pelas questões fiscais. Tem também responsabilidades de supervisão e de orientação das políticas de coordenação da gestão das empresas públicas e participadas. Além disso, a Direção do Plano é responsável pela implementação da ENDS e pelo desenvolvimento do seu quadro de monitorização. O Ministério tem igualmente a responsabilidade de liderar as políticas de desenvolvimento do setor privado, acompanhando as melhorias no ambiente jurídico habilitador, incluindo políticas de investimento, PPP, comércio e economia. Portanto, o MEF terá um papel central na monitorização da coerência entre a política de financiamento e o planeamento do desenvolvimento.
- **O Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP).** É responsável pela supervisão do sistema bancário nacional, nomeadamente através da Direção de Supervisão das Instituições Financeiras. A nova legislação sobre o uso de serviços financeiros digitais designa o BCSTP como a entidade responsável pela supervisão e fiscalização desses serviços. O Banco também lidera as políticas de inclusão financeira e tem conduzido inquéritos para gerar a informação disponível para a avaliação dos níveis de inclusão e literacia financeira no país.
- **Ministério do Ambiente, da Juventude e do Turismo Sustentável.** É responsável pela produção de informação relacionada com a conservação da biodiversidade, a gestão dos ecossistemas terrestres e marinhos, a monitorização ambiental e climática, bem como a formulação de estratégias de adaptação e mitigação. No novo sistema de gestão da AOD proposto na Área de Intervenção 4 desta estratégia, o Ministério terá responsabilidades técnicas na gestão de novas fontes de financiamento ambiental e climático.
- **Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.** O Ministério terá corresponsabilidade na gestão da AOD e na construção do novo sistema integrado de gestão da informação da AOD referido na Área de Intervenção 4.
- **Instituto Nacional de Estatística (INE).** É responsável pela produção das estatísticas oficiais nacionais, servindo como fonte de dados demográficos, económicos e setoriais necessários para processos de estimativa de custos e planeamento baseados em evidências.

Muito provavelmente será necessário criar uma estrutura formal de coordenação para organizar a monitorização da implementação do INFF e reforçar a articulação entre as partes interessadas. É evidente que o MEF deverá desempenhar um papel central de liderança na supervisão e avaliação da implementação do sistema de monitorização do INFF, em alinhamento direto com o seu mandato e com o protagonismo que se espera que assuma na execução de grande parte das ações desta estratégia. Esta estrutura de coordenação constitui um elemento essencial do processo de governação para a implementação do INFF, analisado na secção seguinte. Assim, uma vez definido o formato institucional para a gestão geral do sistema, serão igualmente estabelecidas as funções específicas associadas à monitorização.

Esta estratégia fornece análise contextual suficiente para apoiar o desenho do quadro de indicadores deste sistema. As ações descritas nas secções anteriores abrangem os componentes essenciais do que deve ser mensurável. Uma vez aprovada e validada esta estratégia, será necessário estabelecer um quadro dos indicadores que serão utilizados para monitorizar anualmente os procedimentos de implementação em curso. Este quadro de indicadores correspondentes às ações em cada área de intervenção, juntamente com métodos de medição, periodicidade e entidades responsáveis pela monitorização.

O quadro de monitorização proposto permitirá facilitar o acompanhamento do vasto conjunto de ações incluídas no acordo com o FMI. Estas ações vão além das áreas tradicionais de gestão das finanças públicas e abrangem igualmente melhorias na gestão das empresas públicas — em especial da EMAE — bem como medidas de transparência e governação. Todas estas reformas estão incluídas no rascunho do quadro de monitorização apresentado no Anexo 1. A este conjunto de medidas acrescentam-se ainda as ações nas áreas de cooperação internacional e de promoção do setor privado, o que permitirá oferecer ao Governo uma visão abrangente de variáveis essenciais para a tomada de decisão.

Para garantir a implementação bem-sucedida destes sistemas de monitorização, será necessário reforçar as capacidades técnicas do governo. Isto inclui desenvolver a capacidade de definir metas de mobilização de financiamento baseadas em evidências e de monitorizar de perto o seu progresso. É necessária uma metodologia robusta para monitorizar e avaliar os resultados das diversas políticas, planos de ação e calendários que contribuem para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Devem ser alocados recursos e capacidades adequados para a realização destas tarefas, sendo o apoio dos parceiros de desenvolvimento fundamental para facilitar o processo de implementação. Ao reforçar as capacidades técnicas e promover uma colaboração mais estreita, o governo estará mais bem preparado para tomar decisões informadas, alocar recursos de forma mais eficiente e ajustar as políticas sempre que necessário, otimizando assim a utilização dos recursos públicos na prossecução do desenvolvimento sustentável.

6.2 Governação e Coordenação da Implementação

Um quadro adequado para supervisionar a implementação desta estratégia exigirá a exploração de abordagens de gestão e institucionais inovadoras. Implementar esta estratégia em São Tomé e Príncipe constitui um desafio substancial, uma vez que requer ações coordenadas para além do âmbito de uma única instituição governamental e implica uma gestão cuidadosa. A Figura 38 apresenta uma possível estrutura de gestão para esta estratégia, reconhecendo as diferentes funções de coordenação necessárias.

Figura 38. Elementos constitutivos do Sistema de Governação e Coordenação Proposto



Fonte: Adaptado ao português do: INFF (2020)

A estrutura de governação proposta deve estar diretamente integrada na estrutura que o Governo vier a definir para assegurar a implementação da ENDS. Na verdade, a implementação da Estratégia de Financiamento da ENDS deve decorrer em paralelo com a execução da ENDS, beneficiando dos seus progressos e aprendendo com as suas dificuldades. Por isso, em vez de criar estruturas *ad hoc* que desviem a atenção do Governo, propõe-se acrescentar à estrutura existente de gestão e monitorização da ENDS um capítulo específico dedicado a garantir a disponibilidade do financiamento necessário. Para assegurar uma governação eficaz desta estratégia, devem ser considerados três níveis distintos de coordenação, cada um com funções essenciais:

i) Coordenação política. É necessário estabelecer um papel de coordenação política de alto nível para fornecer uma visão e orientação globais que promovam a coerência. Estas funções poderão ser lideradas pela Task Force de Coordenação, proposta pelo Primeiro-Ministro. O Task Force será responsável por orientar o processo de implementação do INFF, bem como por coordenar políticas em matéria de financiamento público e privado. Este nível de coordenação maximiza sinergias, reduz duplicações, gere *trade-offs* e minimiza contradições ou inconsistências na formulação e implementação de políticas de financiamento em diferentes áreas. As principais funções específicas previstas para a *Task Force* estão resumidas na Tabela 12. Dependendo do grau de interesse e prioridade do Governo, esta *Task Force* poderá reunir-se anualmente, semestralmente ou trimestralmente.

A *Task Force* será liderada pelo Primeiro-Ministro e a sua composição deverá incluir a participação do Ministro da Economia e Finanças — responsável pela coordenação técnica das áreas relevantes —, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, que tem responsabilidades diretas no financiamento do setor privado, e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, que participa diretamente na gestão da AOD. Para sessões específicas, a *Task Force* poderá ainda convocar outros ministérios, como o Ministério do Ambiente, o Ministério da Juventude e do Turismo Sustentável. A este nível, deverão ser igualmente incorporados representantes de alto nível das principais partes interessadas, como, por exemplo, os parceiros de desenvolvimento, o setor privado e a sociedade civil.

ii) Coordenação Operativa. O principal papel da coordenação operativa consiste em definir metas anuais concretas para a estratégia e priorizar as alterações de política e de gestão necessárias para as alcançar. Esta coordenação deve garantir que os provedores de financiamento sejam responsabilizados e participem ativamente na implementação a nível operacional. A coordenação entre as partes interessadas é essencial para assegurar uma abordagem coerente da implementação.

Existe um segundo nível de coordenação operativa destinado a garantir que as diferentes áreas de intervenção propostas nesta estratégia sejam implementadas de forma fluida. Como se observa no plano de ação do Anexo 1, cada área de intervenção foi concebida como um programa independente, com as suas próprias metas, instituições envolvidas na implementação e parceiros de desenvolvimento. Cada um destes programas pode funcionar como um grupo de trabalho autónomo, especialmente quando é necessária a coordenação entre diferentes organismos públicos e parceiros. Novamente, este modelo deve replicar mecanismos já existentes, como o PARFIP, que será plenamente integrado na implementação da Área de Intervenção 1. Assim, o papel principal do Ministério será coordenar a integração e monitorizar o progresso destes grupos de trabalho.

No Anexo 1 são listadas apenas as instituições do setor público que devem liderar ou participar para que a implementação seja possível, mas estes grupos de trabalho serão certamente uma oportunidade para integrar também as partes interessadas nos aspetos mais específicos da implementação (programas). As principais funções específicas previstas encontram-se

resumidas na Tabela 12. Dependendo das capacidades de coordenação definidas pelo Governo, estes Grupos de Trabalho Temáticos poderão reunir-se semestralmente ou trimestralmente.

Tabela 12. Principais Funções do Sistema de Governação e Coordenação

Nível de Coordenação	Principais Funções	Solução de Coordenação
Supervisão do INFF – Coordenação Política de Alto Nível	- Fornecer a visão e orientação gerais do INFF para alcançar as metas e objetivos de financiamento - Garantir o empenho de figuras políticas de alto nível na participação ativa no processo do INFF - Rever e aprovar alterações de políticas e estratégias relacionadas com o INFF em todos os ministérios - Garantir a disponibilidade de recursos suficientes para a implementação do INFF - Formalizar o compromisso de outras partes interessadas de modo a manter o dinamismo ao longo dos ciclos políticos	Instituição responsável Task Force de Coordenação de Alto Nível, supervisionada pelo Primeiro-Ministro
		Principais integrantes - Ministro da Economia e Finanças - Presidente do Banco Central de São Tomé e Príncipe - Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades - Representantes de alto nível dos Parceiros de Desenvolvimento, Setor Privado, Sociedade Civil
Coordenação Operacional do INFF - Grupos de Trabalho	- Gerir a implementação da estratégia de financiamento - Definir metas financeiras para a estratégia e priorizar as alterações de política e de gestão necessárias para as alcançar - Estabelecer um Plano Anual para a implementação das Áreas de Implementação da Estratégia - Estabelecer parcerias específicas com as partes interessadas relevantes (parceiros de desenvolvimento, setor privado, sociedade civil) por Área de Implementação - Organizar o diálogo regular sobre financiamento a nível programático - Identificar necessidades de reforço de capacidades nas entidades responsáveis pela implementação e solicitar o apoio necessário	Instituição responsável - Grupos de Trabalho de Coordenação (por Área de Implementação da Estratégia)
		Principais integrantes - Um Grupo de Trabalho para cada Área de Implementação definida na estratégia - Estes Grupos de Trabalho devem ser liderados pelos ministérios relevantes identificados em cada caso, com participação ativa de várias partes interessadas
Secretariado Técnico de Coordenação do INFF	- Constitui o secretariado técnico do INFF, onde as questões de fundo são discutidas e tratadas. - Presta apoio técnico à gestão dos Grupos de Trabalho e assiste na tomada de decisões de política. - Lidera a medição do sucesso da estratégia na mobilização de investimento e financiamento. - Elabora relatórios de resultados e propõe recomendações de política, incluindo eventuais atualizações da estratégia de financiamento ou dos mecanismos de gestão, sempre que necessário.	Instituição Responsável - Ministério da Economia e Finanças Principais integrantes - Criação de uma Unidade de Monitorização e Revisão (como parte do sistema geral de monitorização da ENDS) - Coordenação com o Instituto Nacional de Estatística (INE) e outras instituições produtoras de dados e evidência para medir o impacto da ENDS e da Estratégia de Financiamento

ii) Secretariado Técnico de Coordenação. Existe um terceiro nível que deve ser responsável por gerar a evidência necessária para apoiar a tomada de decisões a nível operativo e estratégico. É neste nível que as questões de fundo são discutidas e tratadas para informar essas decisões. Em particular, concentram-se aqui as funções de monitorização e revisão analisadas na secção

anterior. Este nível também deve assegurar uma comunicação temática fluida com as partes interessadas (incluindo o setor privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento) de forma a identificar oportunidades e também necessidades de reforço de capacidades nas entidades responsáveis pela implementação e solicitar o apoio necessário.

As principais funções específicas previstas encontram-se resumidas na Tabela 12. Uma das suas funções principais é a elaboração de relatórios de resultados e recomendações de política, incluindo eventuais atualizações da estratégia de financiamento ou dos mecanismos de gestão, sempre que necessário. Dependendo do grau de prioridade definido pelo Governo, estas funções poderão ser exercidas mensalmente ou trimestralmente.

Desenvolvimento de Capacidades Institucionais para a Implementação da Estratégia

A implementação desta estratégia exigirá um plano de apoio ao fortalecimento das capacidades do Governo, desenvolvido em paralelo a este documento. Tal como acontece com a ENDS, o Estado são-tomense necessitará de reforçar capacidades críticas para viabilizar a implementação efetiva da Estratégia. A principal restrição do país não é apenas o volume de financiamento, mas a capacidade limitada do Governo para transformar recursos em resultados. Neste contexto, o Plano de Desenvolvimento de Capacidades constitui um instrumento operacional que traduz as exigências da Estratégia em ações concretas de reforço institucional. O Plano não se limita ao Ministério da Economia e Finanças (MEF): reconhece que a implementação da Estratégia é um desafio multiator, que requer o envolvimento ativo dos ministérios setoriais — incluindo ambiente, infraestruturas, agricultura, turismo e educação —, do Banco Central e das agências de promoção e regulação do setor privado.

O plano deve ser construído em torno de três tipos de capacidade.

- **Capacidade política e institucional:** definir mandatos, coordenar ministérios, aprovar procedimentos, negociar com parceiros, regular mercados e gerir restrições de economia política.
- **Capacidade técnica e transacional:** desenhar projetos, preparar modelos financeiros, estruturar PPPs e concessões, preparar submissões aos fundos ambientais, gerir dívida e passivos contingentes, desenhar instrumentos de blended finance, avaliar projetos bancáveis e realizar due diligence.
- **Capacidade de implementação e monitorização:** operar planos de trabalho anuais, gerir sistemas de dados, monitorizar indicadores, preparar relatórios de implementação, ajustar políticas e manter mecanismos de responsabilização.

O reforço de capacidades para a implementação desta estratégia deve estar diretamente articulado com a execução da ENDS. Neste sentido, a Estratégia de Financiamento integra uma necessidade mais ampla: fortalecer a capacidade do Governo para concretizar a sua estratégia nacional de desenvolvimento sustentável — um desafio persistente para São Tomé e Príncipe, dadas as fragilidades estruturais da sua economia. Assim, a discussão sobre a implementação desta estratégia pode servir de ponto de partida para um diálogo mais abrangente sobre como apoiar o Governo no desenvolvimento e consolidação das capacidades necessárias para executar as suas políticas e planos de desenvolvimento.

Antecipar as necessidades de cooperação internacional será crucial para garantir o apoio técnico necessário à implementação das intervenções da estratégia. Algumas soluções propostas poderão exigir novas políticas, medidas ou instrumentos e implicar reformas significativas a médio e longo prazo, devendo ser apoiadas por recursos técnicos externos, incluindo empréstimos de bancos multilaterais ou programas cofinanciados por vários doadores. A coordenação eficaz destes recursos permitirá ao Governo assegurar o apoio técnico indispensável para implementar a estratégia e impulsionar o desenvolvimento sustentável. Este será o ponto de partida para o diálogo com os parceiros de desenvolvimento quando a formulação da estratégia estiver concluída.

ANEXOS

Anexo 1: Plano de Ação e Quadro de Resultados da Estratégia de Financiamento (2026-2030)

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
1. Gestão das Finanças Públicas	1.1 Plano Nacional para a Mobilização de Receitas Internas 2026-2030 e consolidação fiscal	Medidas para reforçar a cobrança de impostos sobre a importação.	A ENCO assegura o pagamento atempado dos impostos de importação sobre os combustíveis e uma redução significativa dos impostos em atraso sobre os combustíveis	MEF	FMI
			Aplicação mensal do mecanismo de ajustamento dos preços dos combustíveis para evitar subsídios aos combustíveis		
		Medidas para consolidar a reforma dos impostos sobre o consumo	Impor de forma mais rigorosa o cumprimento das obrigações de faturação em matéria de IVA	MEF	FMI
			Ações para garantir a declaração e o pagamento atempados do IVA utilizando o SIT-IVA e o e-Factura	MEF	FMI
			Seguimento de contribuintes com obrigações vencidas utilizando SIT-IVA e e-Factura	MEF	FMI
			Trabalhar em colaboração com a AGA para controlar as isenções de IVA utilizando SIT-IVA e e-Factura	MEF	FMI
			Realizar revisões e auditorias focadas nos contribuintes que apresentam inconsistências nas vendas e compras autoavaliadas	MEF	FMI
			Introdução de um adiantamento sobre as mercadorias importadas para consumo final	MEF	FMI
			Uma reavaliação global do regime de tributação dos combustíveis, incluindo a isenção de IVA sobre os produtos combustíveis	MEF	FMI
			Fonte de retenção na fonte do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares para as instituições públicas que recebem transferências do Estado implementadas	MEF	FMI
		Intensificar os esforços para cobrar os impostos em atraso e dissuadir a recorrência.	Assinados memorandos de entendimento com empresas públicas e instituições públicas importantes para eliminar impostos em atraso e evitar a recorrência	MEF	FMI
	1.2 Um plano para reforçar as capacidades da administração fiscal e aduaneira para se	Um programa de modernização institucional e de capacidade para a Direção dos Impostos (DI)	A DI adota um quadro de diferenciação mais baseado no risco para gerir o cumprimento das obrigações fiscais e promove a adoção de ferramentas digitais	MEF	FMI

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
	alinhar com as boas práticas internacionais.		DI cria uma unidade dedicada aos grandes contribuintes que apoiará os esforços de arrecadação de receitas		
		Um programa de modernização institucional e de capacidade da Autoridade Geral Aduaneira (AGA)	Aquisição de equipamento de inspeção não invasivo	MEF	AT?
			Cooperação internacional adicional e intercâmbio de informações	MEF	AT?
			Ampliar o sistema SIT-IVA para permitir a administração sem papel de todos os impostos	MEF	AT?
			Completar o sistema SYDONIA com todas as suas funcionalidades para obter um melhor cálculo, cobrança e controle de impostos de importação	MEF	BAD
			Restringir novas contratações e promoções no setor público	MEF	AT?
	1.3 Iniciar uma reforma geral do emprego público para reforçar a prestação de serviços públicos, contendo a massa salarial	Desenvolver o quadro geral de salários do emprego público para melhorar as decisões de compensação	Um novo quadro legal é aprovado pelo Governo e pela Assembleia Nacional	MEF/ DGAP	AT?
			Implementar as medidas baseadas no quadro legal para atrair e reter pessoal qualificado		
		Realizar revisões funcionais em ministérios de grande capacidade de emprego	Revisões funcionais realizadas no Ministério da Educação e nos Ministérios chave	MEF DGAP	AT?
		Reforçar o papel da Direção Geral de Administração Pública (DGAP)	A DGAP tem um mandato adequado		AT?
			DGAP recebe informações suficientes dos ministérios em tempo hábil		AT?
			A DGAP dispõe de recursos adequados	MEF	AT?
	1.4 Um Plano Estratégico de Gestão da Dívida de Médio e Longo Prazo	Reforçar os mecanismos institucionais e a capacidade técnica para a gestão dos riscos da dívida, tanto os diretos como os decorrentes da emissão de garantias públicas	Criação de uma unidade especializada para calcular e monitorizar os riscos fiscais associados a passivos contingentes decorrentes das empresas públicas, bem como de outros instrumentos financeiros (blended finance).	MEF GD	AT?
			Elaboração de novas orientações e procedimentos operacionais padrão (SOPs) para reforçar o controlo sobre a emissão de dívida por parte das empresas públicas, estabelecendo a obrigatoriedade de aprovação prévia pelo MEF-	MEF	AT?
		Ampliar o acesso a financiamento concessional da dívida e a subvenções tirando pleno partido dos mecanismos de financiamento ambiental, climático e de proteção da biodiversidade	Melhorias na rastreabilidade orçamental da despesa em matérias ambientais, climáticas e de conservação da biodiversidade	MEF	AT?
Implementar mecanismos de <i>green tagging</i> no orçamento, permitindo a identificação e monitorização específica das rubricas de despesa relacionadas com o ambiente, clima e biodiversidade, tanto na previsão como na execução orçamental			MEF	AT?	

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
			Adotar metodologias reconhecidas internacionalmente (como a classificação CEPA/CreMA ou os “Rio Markers”) para etiquetar despesas, aumentando a transparência e o alinhamento com os ODS	MEF	AT?
			Estabelecer processos regulares de avaliação de eficácia e impacto dessas despesas, reportando indicadores ambientais e climáticos nas contas públicas, em linha com boas práticas de <i>green budgeting</i>	MEF	MEF
	1.5 Reforçar o quadro macro fiscal e melhorar a qualidade do orçamento público	Acelerar a implementação dos instrumentos de financiamento de médio prazo previstos no manual de Projeções Macro Fiscais	Adoção do Quadro Macro-Fiscal de Médio Prazo (QMFMP), do Quadro Orçamental a Médio Prazo (QOMP). e do Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP)	MEF UMF	FMI
			Eliminação do uso de instrumentos obsoletos como o relatório de Projeção Macroeconómica	MEF	AT?
		Fortalecer a execução orçamentária, a gestão de caixa e a análise de riscos fiscais, bem como a reconciliação dos dados de execução orçamentária com o financiamento	Reforçar as capacidades institucionais e técnicas para realizar as previsões orçamentais	MEF	FMI
		Aplicar o mecanismo de controlo das autorizações para todas as unidades de despesa.	Todas as unidades de despesa da administração central começam a registar todos os compromissos no IFMIS (SAFE-e) até ao final de 2024	MEF	FMI
		Introdução gradual da Orçamentação por Programas (OP) orientado pelos programas da ENDSs	Completar o desenvolvimento e implementação SAFE-e para viabilizar a orçamentação baseada em programas	MEF	BAD
			Realizar provas-piloto do uso do orçamento por programas, em educação, saúde, ambiente ou agricultura	MEF	UNDP
	1.6 Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Investimento Público (SNIP) com uma perspetiva estratégica	Realizar uma avaliação PIMA, incluindo o novo módulo sobre alterações climáticas	Medidas para integrar orçamentação de gastos de manutenção e operação no cálculo e aprovação de projetos de infraestruturas	MEF	AT?
			Definição de procedimentos de priorização e aprovação de projetos de investimento público	MEF	AT?
	1.7 Um plano estratégico abrangente de desenvolvimento de capacidades do MEF	Definir um Programa de Investimento Público (PIP) devidamente priorizado pelo governo	O PIP é alinhado com Plano Priorizado de Desenvolvimento de Infraestruturas (PDI) de longo prazo definido em 5.1	MEF	AT?
		Realizar um diagnóstico institucional completo para mapear lacunas técnicas e operacionais no MEF.	Relatório de diagnóstico e proposta de construção de capacidades aprovado pelo MEF	MEF	AT?
		Desenvolvimento de competências especializadas, incluindo gestão orçamental baseada em desempenho, análise de risco fiscal e gestão da dívida pública.	Um programa de formação contínua, alinhado às melhores práticas internacionais recomendadas por instituições especializadas como o FMI, Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento	MEF	AT?
		Reorganização institucional fortalecendo capacidades de unidades recentemente criadas e revisando roles de	Fortalecimento da Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, e revisão dos roles da AFAP	MEF	AT?

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
		outras que poderiam ter maiores atribuições			
2. Reestruturação de Mercados e Introdução de um Novo Regime para Empresas Públicas e Participadas	2.1 Uma reforma global do sector da energia	Acelerar reformas para atrair investimento privado, reduzir a dependência da geração térmica, e concessionar a distribuição elétrica	Aumentar a capacidade de geração de eletricidade com energias renováveis com investimento privado em determinados MW a definir	MEF	AT?
			Aumentar investimento privado em sistemas de energia distribuída em pequena escala baseados em energias renováveis em determinados MW a definir	MEF	AT?
			Selecionar um concessionário para a operação e manutenção do sistema de distribuição de eletricidade	MEF	AT?
			Selecionar um concessionário para a operação e manutenção do sistema de produção e distribuição de água potável	MEF	AT?
			Redefinição do papel da EMAE no novo mercado de geração e distribuição de energia e água potável	MEF EMAE	BM FMI
			Reestruturação financeira, operacional e organizacional da empresa adequada ao novo papel previsto	MEF EMAE	BM FMI
			Redesenho organizacional da empresa e revisão da força de trabalho com especialização adequada para as funções necessária	MEF EMAE	BM FMI
			Reforma e revisão da gestão e da governança da EMAE	MEF EMAE	BM FMI
		Medidas para aumentar a eficiência das operações da EMAE, reduzindo as perdas e aumentando as taxas de recolha	Aumentar a tarifa média ponderada de eletricidade (PA7) até dezembro de 2026 em linha com as recomendações do Governo e do FMI	MEF EMAE	BM FMI
			A instalação de 19.000 novos medidores de consumo de eletricidade por etapas e terminada antes de dez. de 2026	MEF EMAE	BM FMI
			Alterar o Decreto-Lei n.º 07/2018 para retirar elementos de discricionariedade aos ajustamentos dos preços dos combustíveis, (PA3)	MEF EMAE	BM FMI
			Aplicação da lei segundo a qual o furto de eletricidade é crime para limitar perdas não técnicas	MEF EMAE	BM FMI
			Revogada a lei que impede a EMAE de cortar serviço a clientes institucionais não pagantes	MEF EMAE	BM FMI
			Implementar várias medidas de controle de combustível, como instalação de câmaras, pesagem e coloração de diesel, e instalação de medidores de combustível.	MEF EMAE	BM FMI

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
		Medidas para aumentar a transparência e a capacidade de controle da gestão da EMAE	Divulgados todos os contratos assinados pela EMAE — incluindo concessões, de contratação pública e de dívida da empresa	MEF EMAEE	BM FMI
			Iniciar a publicação trimestral dos principais indicadores de desempenho (KPIs) da empresa. (SB9)	MEF EMAEE	BM FMI
			Publicação de relatórios anuais detalhados, com dados sobre custos operacionais e institucionais, perdas financeiras e não financeiras, e outros passivos gerados	MEF EMAEE	BM FMI
	2.2 Reestruturação de setores e câmbios nas demais Empresas Públicas e Participadas	Adotar reformas regulamentares do mercado da ENASA para acelerar o investimento privado em aeroportos	Renegociar o contrato de concessão atual ou estruturar novo arranjo para o terminal do Aeroporto de São Tomé, garantindo maior transparência, eficiência operacional e alinhamento com os objetivos de desenvolvimento económico	MEF UASEE	AT?
			Realizar concessão para a modernização do Aeroporto do Príncipe, impulsionando melhorias infraestruturais e operacionais com concessões público-privadas	MEF UASEE	AT?
			As reformas promovidas pelos concessionários dos aeroportos deverão assegurar a certificação para exportação de carga diretamente para a União Europeia, bem como a melhoria dos padrões de segurança e proteção (SB11)	MEF UASEE	AT?
			Conceder espaços aeroportuários para terminais de carga, com investimentos destinados a manter a cadeia de frio, garantindo condições logísticas adequadas para produtos perecíveis	MEF UASEE	AT?
			Criação de uma Autoridade Portuária e desenvolvimento de um novo quadro regulatório do setor	MEF UASEE	AT?
			Estudos de viabilidade para concessões estratégicas nas infraestruturas portuárias de São Tomé (terminal de cruzeiros, porto logístico e retroporto, porto pesqueiro)	MEF UASEE	AT?
		Adotar reformas regulamentares do mercado da ENAPORT para acelerar o investimento privado em portos	Estudos de viabilidade para pequenos portos de cabotagem em São Tomé	MEF UASEE	AT?
			Concessão de gestão privada para o porto de Príncipe	MEF UASEE	AT?
			Rever a participação pública e acelerar a eventual privatização da SPAUT	MEF UASEE	AT?
		Revisar participação pública e desempenho de empresas participadas	Avaliar a participação do Estado em empresas que operam em setores privados competitivos.	MEF UASEE	AT?

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
3. Reforçar a transparência fiscal e colmatar as insuficiências da governação para reduzir as vulnerabilidades à corrupção.	3.1 Melhorar a Governação Anticorrupção, promover a articulação entre as instituições envolvidas e garantir a transparência na divulgação dos resultados alcançados.	Elaborar e aprovar uma Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC)	A estratégia deve estabelecer objetivos claros, metas mensuráveis e um cronograma de implementação realista Estratégia desenhada com base em diagnóstico técnico e participação de representantes do governo, da sociedade civil, do setor privado e de parceiros de desenvolvimento	GPM	AT?
		Criar um órgão de coordenação anticorrupção, (Agência Anticorrupção) com mandato para monitorar a implementação da ENAC	Agência Anticorrupção criada com validação pública por parte do Presidente e do Primeiro-Ministro, com apoio do Parlamento, para legitimar o processo e demonstrar tolerância zero	GPM	AT?
			Desenhar um plano para reforçar a capacidade da nova Agência Anticorrupção: e fortalecer a implementação da ENAC	GPM	AT?
		Reforçar a supervisão pública social e auditoria colaborativa entre órgãos de controlo e sociedade civil	Melhorar acesso transparente a informação da gestão pública e o controlo do Estado e cidadão no Balcão do Governo	GPM	AT?
			Criados canais de denúncia digitais para garantir que a sociedade civil desempenhe um papel ativo na prevenção e combate à corrupção.	GPM	AT?
			O TdC apoiará uma avaliação independente das alterações de 2023 à Lei Orgânica do TdC pela INTOSAI	GPM/AN TdC	PNUD
	3.2 Reforçar o papel e a autonomia das instituições de controlo e fiscalização garantindo a alocação de recursos técnicos e financeiros para o exercício das suas funções de forma independente e eficaz	Fortalecimento do papel, capacidades e recursos do Tribunal de Contas (TdC)	Revisar necessidades de melhora do mandato institucional desenvolvimento de capacidades e de financiamento do TdC	GPM/AN TdC	PNUD
			O TdC publica os anúncios de adjudicação de contratos públicos no sítio web do MEF, incluindo os contratos públicos assinados acima do limiar para exigir autorização prévia do TdC no sítio web do MEF	GPM/AN TdC	PNUD
			O TdC publica atempadamente o Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado	GPM/AN TdC	PNUD
		Fortalecimento do sistema judicial	Elaborar, atualizar e reformar os códigos: Penal, Processo Penal, Civil, Processo Civil	MJAPREAP e TdC	PNUD
			Programa de fortalecimento do sistema judicial e atualização do quadro legal suficientemente apoiado por parceiros de desenvolvimento	MJAPREAP	PNUD
	3.3 Eliminar vulnerabilidades futuras à corrupção nos contratos públicos	Promulgar a nova Lei de Contratos Públicos apresentada ao parlamento em dezembro de 2023 (SB2)	A Lei dos Contratos Públicos, promulgada pelo Presidente da República até ao final de março de 2026	GPM	AT?
	3.4 Eliminar fatores que favorecem a corrupção na função pública:	Reforçar o papel da Direção-Geral de Administração Pública, (DGAP)	Melhorar o recrutamento de pessoal por critérios objetivos e competitivos, e instaurar processos de avaliação eficazes do desempenho profissional (Ver programa 1.3)	GPM	AT?

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
	3.5 Aumentar a transparência fiscal e orçamentária	Elaborar e publicar um código de conduta para o serviço público:	Código de Conduta aprovado	GPM	AT?
		Alinhamento do sistema fiscal com normas internacionais de contabilidade	O sistema fiscal alinhado com normas internacionais de contabilidade, como as normas IPSAS	MEF	FMI? BM?
		MEF elimina a falta de transparência sobre dívida pública	MEF publica informações sobre dívida pública e custos da dívida das Empresas Públicas	MEF	FMI? BM?
		Um novo sistema de concessões públicas que assegura a transparência a fim de garantir aos investidores privados igualdade de condições e confiança nos processos	Novo sistema de concessões públicas aprovado e publicado	MEF	FMI? BM?
		Implementar um quadro mais robusto que vincule o orçamento a metas estratégicas de médio e longo prazo, com indicadores de desempenho (PA1)	O novo quadro macro fiscal implementado (ver 1.6)	MEF	FMI? BM?
		Digitalização dos processos administrativos para aumentar a transparência, reduzir a evasão fiscal e melhorar a arrecadação de receitas	O SAFE-e, SIT-IVA e E-Fatura automatizam procedimentos e trazem maior visibilidade às operações de cobrança, minimizando erros manuais e oportunidades de corrupção.	MEF	FMI? BM?
4. Adotar uma abordagem estratégica de Longo Prazo para a Gestão da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)	4.1 Iniciar a gestão estratégica da AOD sob liderança do MEF	Estabelecer uma nova unidade no MEF e aprovar novos procedimentos para gestão da AOD a nível nacional coordenando funções com o MNECC	Unidade e procedimentos aprovados pelo Governo	MEF MNECC	AT?
		Consolidar apoio de parceiros internacionais para desenvolver estas novas capacidades no MEF	Plano de fortalecimento de capacidades e de apoio ao fundraising de curto prazo aprovado por vários parceiros especializados	MEF MNECC	AT?
		Realizar uma análise abrangente das áreas prioritárias de intervenção de curto prazo da ENDS que possam requerer apoio adicional através de AOD.	Plano de ação de curto prazo da ENDS com custos estimados, é negociado com os parceiros de desenvolvimento.	MEF MNECC	AT?
	4.2 Estabelecer uma Facilidade Nacional de Financiamento Climático e de Biodiversidade, sob liderança do MEF	Alinhar financiamento de AOD para todas as AI previstas nesta Estratégia de Financiamento	Priorizada a alocação de subvenções para o desenvolvimento de capacidades em áreas-chave que aumentem a mobilização e a gestão de recursos	MEF MNECC	AT?
		Estabelecer a nova unidade no MEF e aprovar novos procedimentos coordenando funções com o MNECC e o MIRN	Unidade e procedimentos aprovados pelo Governo	MEF MNECC MIRN	AT?
		Analisar as fontes de financiamento climático disponíveis para STP, dos procedimentos administrativos e dos prazos para seu acesso	Mapeamento de instrumentos e fontes de financiamento para ação ambiental e climática	MEF MIRN	AT?
		Programar o apoio da AOD ambiental para a implementação das áreas-chave analisadas no Cap 3	Plano de fund raising para mobilizar os recursos das acções programas no Anexo 2 desta estratégia	MEF MIRN	AT?

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
	4.3 Integrar novas abordagens de AOD	Reforçar as capacidades institucionais do MEF e do MIRN para gerir os processos para o acesso sistemático ao financiamento climático	Plano de fortalecimento de capacidades e de apoio ao fund raising de curto prazo aprovado por vários parceiros especializados	MEF MIRN	AT?
		Reforçar as capacidades institucionais do governo para gerir os processos de due diligence e de candidatura, de forma a garantir o acesso sistemático ao financiamento climático.	Melhorias na rastreabilidade orçamental da despesa em matérias ambientais analisadas em 1.4	MEF MIRN	AT?
		Avaliar a aplicação de novas modalidades de AOD, como Financiamento Combinado (Blended Finance), Ajuda ao Comércio, Cooperação Triangular e Ajuda Baseada em Resultados (ABR).	Mapeamento de instrumentos e fontes de financiamento inovadores aplicáveis em São Tomé e Príncipe	MEF MNECC	AT?
		Estabelecer um diálogo formal com os Parceiros de Desenvolvimento para apoiar a introdução dessas novas abordagens.	Formalizada a coordenação estratégica da AOD com planos concretos e monitorização mútua de resultados	MEF MNECC	AT?
5. Uma abordagem para eliminar as restrições vinculantes de infraestrutura com investimento privado sustentável	5.1 Planeamento Sustentável das Necessidades Futuras de Investimento	Definir um Plano Priorizado de Desenvolvimento de Infraestruturas (PDI) de longo prazo alinhado com os objetivos do Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT)	Aprovação do PNOT e utilização como referência para o planeamento e seleção de investimentos em infraestruturas públicas e privadas	MEF MIRN	AT?
			Identificadas as necessidades prioritárias e a especificação dos investimentos estratégicos de infraestrutura	MEF MIRN	AT?
			Delimitadas as áreas de investimento privado elegíveis em todas as modalidades possíveis	MEF MIRN	AT?
		Agrupar as necessidades de investimento por modalidades de financiamento desejadas e sequenciar a sua execução	Planos territoriais de infraestruturas que considerem possibilidades de investimento através da valorização fundiária, concessões ou investimento direto estrangeiro	MEF MIRN	AT?
	5.2 Plano integrado para a captação de projetos estruturantes de grande investimento privado	Realizar estudos de pré-viabilidade para projetos estruturantes de grande investimento	Os estudos permitem analisar diferentes modalidades e formatos de investimento para cada uma das infraestruturas avaliadas.	MEF MIRN	AT?
		Desenhar uma plataforma de integração de instrumentos genéricos de financiamento para mitigar riscos e aumentar o atrativo dos projetos para investidores estrangeiros	Desenvolver e negociar um instrumento de mitigação de riscos-país de longo prazo, a ser oferecido como parte integrante da oportunidade de investimento	MEF MIRN	BM MIGA
			Desenvolver soluções de financiamento misto (empréstimos sindicados, mecanismos dedicados) que permitam oferecer aos investidores privados financiamento completo com capital concessional	MEF MIRN	BM IFC
	5.3 Ações de promoção de investimento privado dirigidas	Reforçar as capacidades da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI) para executar este tipo de	Os parceiros de desenvolvimento apoiam o desenho de um plano de promoção	MEF MIRN /APCI	AT?

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
6. Impulsionar o Desenvolvimento do Setor Privado	a mercados estratégicos	ações	Os parceiros de desenvolvimento colaboram na identificação de potenciais origens de investidores e na definição da agenda de eventos internacionais para promover os investimentos em STP	MEF MIRN /APCI	AT?
			O MNECC realiza contactos oficiais com as embaixadas dos países com empresas interessadas	MEF MIRN /APCI	AT?
	5.4 Uma campanha de mobilização de recursos para cobrir necessidades de infraestrutura pública com fundos ambientais	O PDIP serve para definir o Plano Prioritário de Investimentos Públicos de longo prazo (PIP), que poderá ter uma componente financiada por fundos ambientais.	Alinhar os estudos realizados no âmbito do Plano Nacional de Adaptação (PNA) com as necessidades de investimento do PIP, e determinar infraestruturas elegíveis para financiamento de adaptação.	MEF MIRN /APCI	AT?
			Executar ações exaustivas de mobilização de recursos, com base nos estudos preparatórios definidos na ação 4.2.	MEF MIRN /APCI	AT?
			Promover acesso à quota destinada aos Pequenos Estados Insulares () dos novos fundos negociados pela IMO (taxa de carbono marítima)	MEF MIRN /APCI	AT?
			Mudanças no quadro legal e regulatório em áreas-chave	MEF	AT?
	6.1 Um plano para reduzir sistematicamente os principais obstáculos ao Desenvolvimento do Setor Privado (DSP)	Conceber uma agenda para melhorar a posição do país nos principais indicadores de DSP no curto prazo	Avances na desburocratização e na resolução de problemas caso a caso	MEF	AT?
			Progredir na agenda de transparência e de combate à corrupção no âmbito da Área de Intervenção 3	MEF	AT?
		Conceber um plano de qualificação da mão de obra por setores e territórios com elevado potencial de crescimento	Ações coordenadas de EFTP reforçam as competências com uma abordagem territorial e setorial	MEF	AT?
		Alinear os avanços das reformas de longo prazo em setores estratégicos (educação, saúde, ambiente, agricultura)) com as necessidades de DSP de curto prazo	Alinhar as ações previstas no ponto 1.5 com as projetadas no ponto 5.1, definindo objetivos concretos de êxito anuais	MEF	AT?
			A reforma do Poder Judicial deve gerar novas capacidades para melhorar a celeridade e a eficiência na execução de contratos e na resolução de litígios comerciais	MEF BCSTP	AT?
	6.2 Acelerar o acesso ao crédito bancário para empresas estabelecidas em setores prioritários	Liderar um processo político e multistakeholder de discussão sobre reformas estruturais de longo prazo para reduzir o risco do crédito bancário	Aprovação/revisão da Lei de Terras	MEF BCSTP	AT?
			Desenvolver e operacionalizar um sistema funcional de garantias mobiliárias para facilitar o acesso ao crédito	MEF BCSTP	AT?
			Modernização do registo de crédito	MEF BCSTP	AT?
		Acelerar a profundidade e qualidade dos programas de formação empresarial	Abrangência e qualidade dos programas de formação empresarial (setores, geografias)	MEF BCSTP	AT?

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
			Relevância e eficácia dos programas de capacitação empresarial, por tipo de prestador de serviços	MEF BCSTP	AT?
		Mecanismos de curto prazo para acelerar o acesso ao crédito bancário nos setores prioritários	Criar um fundo de garantias ou instrumentos similares para reduzir o risco do crédito bancário para empresas estabelecidas em setores prioritários (turismo, agricultura, pescarias)	MEF BCSTP/ Bancos	AT?
				MEF BCSTP	AT?
		Incentivar o desenvolvimento de novos produtos financeiros	Focar o desenvolvimento de soluções financeiras em tipos específicos de crédito, como o crédito hipotecário para habitação e o crédito agrícola instrumentos de crédito à exportação e outras soluções financeiras	MEF BCSTP/ Bancos	AT?
	MEF, BCSTP APCI			AT?	
	MEF, BCSTP APCI			AT?	
	6.3 Utilizar fundos da AOD para explorar oportunidades com instrumentos de Aceleradores de Negócios	Programas de formação e <i>challenge funds</i> para startups em áreas inovadoras da economia digital	Concursos anuais iniciados em 2026	MEF REINA	AT?
		Um mecanismo financeiro (<i>facility</i>) para apoiar a expansão exportadora de cooperativas, clusters e empresas inseridas em cadeias de valor	Pré-factibilidade estudada em 2026	MEF REINA	AT?
		Um mecanismo financeiro para disponibilizar <i>Project Finance</i> a empresas que realizem investimentos com base na valorização fundiária (<i>land value capture</i>)	Estudo de Viabilidade de novos mecanismos financeiros realizado e aprovado pelo governo	MEF REINA	AT?
		Fundos para incentivar o aproveitamento do potencial da diáspora em Portugal na expansão dos negócios nacionais no mercado português	Um novo programa negociado com governo de Portugal em 2026 (ver 7.4)	Portugal	AT?
7. Promoção da Inclusão Financeira e da Formalização da Economia Informal	7.1 Melhorar a qualidade da tomada de decisões com base em evidência	Realizar inquéritos regulares para conhecer em profundidade o problema do lado da demanda	Repetir anualmente e publicar atempadamente o inquérito para avaliar os níveis de inclusão e literacia financeira no país	BCSTP INE	AT?
		Reforçar as capacidades de avaliação e monitorização da inclusão financeira	Gerar y publicar estatísticas detalhadas sobre inclusão financeira	BCSTP INE	AT?
		Analisar e responder às necessidades de desenvolvimento de capacidades institucionais para a implementação desta área de intervenção	Desenvolver uma unidade específica e capacidades técnicas necessárias no BCSTP	BCSTP INE	AT?
	7.2 Aproveitar os benefícios sociais do financiamento digital para indivíduos e MPMEs	Um plano para acelerar a entrada de Fintechs no curto prazo	Acelerar o desenvolvimento do regime legal e regulatório (<i>regulatory sandbox</i>) para Fintech	MEF BCSTP	AT?
			Aceleração do desenvolvimento de serviços digitais de alto impacto, como moeda e crédito eletrónicos, <i>crowdfunding</i> e <i>crowd investing</i>	MEF BCSTP	AT?

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
		Promover o uso de Fintechs para tornar mais transparentes as remessas e apoiar a formalização de atividades informais	Ações conjuntas com Fintechs alinhadas com os incentivos oferecidos em 7.3 Medidas para utilizar remessas digitais (e formais) como colateral para acesso ao crédito destinado a microinvestimentos, compra de propriedades e outras microatividades	MEF BCSTP	AT?
		Eliminar barreiras ao turismo e à exportação de serviços	Fomentar soluções de pagamento digital mais eficientes e concorrenciais para transferências diretas do exterior para prestadores de serviços e empresas locais	MEF BCSTP	AT?
		Novo regime tributário para MPMEs que se formalizem	Aprovação de reforma legislativa para introduzir um regime de registo com procedimentos administrativos simplificados (e usando balcão do governo digital)	MEF BCSTP	AT?
	7.3 Um programa abrangente para acelerar a integração do setor informal na economia formal	Incentivos à formalização	Monotributo único e de baixo custo para as microempresas		AT?
			Acesso a crédito promocional para formalização (a título único e sem necessidade de garantias)	BCSTP Bancos	AT?
			Isenção de tributos no primeiro ano de formalização	MEF/ Dir.Imp.	AT?
			Acesso à segurança social para o empreendedor e o seu agregado familiar	MEF BCSTP	AT?
		Aumento supervisão em setores selecionados	Acesso a compras públicas de pequena escala	MEF BCSTP	AT?
			Sistemas de inspeção com assistência técnica	MEF BCSTP	AT?
			Números de identificação únicos	MEF/ Dir.Imp.	AT?
		Programas de apoio de aumento da produtividade e de gestão	Sistemas eficazes de sanções	MEF/ Dir.Imp.	AT?
			Integração com as políticas de desenvolvimento das MPMEs (acesso a mercados, financiamento e tecnologia)	MEF	AT?
			Programas de fortalecimento de associações e cooperativas	MEF	AT?
	7.4 Literacia financeira e	Desenvolver e implementar um plano para promover a	Programas de desenvolvimento de clusters e cadeias de valor	MEF	AT?
			Programas de desenvolvimento económico local	MEF	AT?
			Programas com foco em mulheres e igualdade de género	MEF	AT?
			Focalizar plano nos grupos-alvo identificados no inquérito (7.1)	MEF	AT?

Área de intervenção	Objetivos/Metas de Políticas	Resultados esperados	Indicadores-chave de desempenho (KPIs)	Responsável	
				Governo	Parceiros
	promoção dos direitos dos setores vulneráveis	inclusão financeira e o acesso ao financiamento para populações subatendidas		BCSTP	
		Criar sistemas legais e regulatórios para mitigar possíveis efeitos adversos do desenvolvimento financeiro digital	Novos sistemas para controlar aspetos relacionados com privacidade de dados, cibersegurança, fluxos financeiros ilícitos e transparência	MEF BCSTP	AT?
		Implementar campanhas abrangentes de literacia financeira e medidas de proteção dos consumidores mais vulneráveis contra credores predatórios e práticas abusivas	Parcerias com as principais Fintech africanas para melhorar literacia financeira de pessoas que utilizam dinheiro e crédito digital	MEF BCSTP	AT?

Anexo 2: Possíveis fontes para financiar as medidas de adaptação e mitigação da NDC

Tabela 13 Matriz de Financiamento das medidas de Adaptação com Custos Estimados (USD milhões)

Medida	Custo estimado	Tipo de financiamento	Fontes principais	Instrumento	Prioridade
MAGRI.01 – Informação climática e alerta precoce	2.9	100% grant	GCF, Adaptation Fund, SOFF	Subvenção	Muito alta
MAGRI.02 – Irrigação sustentável	9.2	Grant + concessional	GCF, IFAD, AfDB	Blended finance	Alta
MAGRI.06 – Agricultura conservadora	1.6	Grant dominante	GEF, IFAD	Subvenções + microcrédito	Alta
ECOS.01 – Ecossistemas naturais	6.3	100% grant	GEF, GBFF, BIOFIN	Subvenção biodiversidade	Muito alta
M.EDIF.01 – Construção verde	25.3	Grant + concessional	GCF, IDA, AfDB	Blended infra	Muito alta
M.EDUC.02 – Competências verdes	1.8	Grant	GCF Readiness, UE	Assistência técnica	Média-alta
M.GIZC.01 – Planeamento costeiro	3.9	100% grant	GCF, Adaptation Fund	Subvenção	Muito alta
M.GIZC.02 – Mangais	13.6	Grant + carbono azul	GEF, GBFF, GCF	Grant + preparação carbono	Muito alta
M.HUOT.01 – Regulamentos uso do solo	0.43	Grant	GCF Readiness	Assistência técnica	Alta
M.INFR.01 – Infraestruturas resilientes	109.8	Grant + concessional	GCF, IDA, AfDB	Infra resiliente	Muito alta
M.PESC.01 – Lotas resilientes	10.5	Grant + concessional	AfDB, IFAD	Blended	Alta
M.PESC.02 – Barcos fibra	21.8	Subsídio + crédito	IFAD, bancos	Matching grant	Média-alta
M.PESC.03 – Aquicultura	2.5	Blended	IFAD, FAO	Crédito + TA	Média-alta
M.PESC.04 – DCPs	7.8	Grant	FAO, GEF	Subvenção	Média
M.PESC.05 – Artes seletivas	9.6	Grant	GEF, FAO	Subvenção	Média
M.SILV.01 – Florestas	4.5	Grant + carbono	GEF, REDD+	Result-based	Muito alta
WASH.01 – Água	86.4	Grant + concessional	GCF, IDA	Infra resiliente	Muito alta
WASH.03 – Bacias	0.85	Grant	GEF, UNEP	Subvenção	Alta
WASH.04 – Plano água	6.3	Grant	GCF Readiness	Assistência técnica	Alta

Notas: AfDB=Banco Africano de Desenvolvimento; FAO= Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; GBFF=Global Biodiversity Framework Fund; GCF=Green Climate Fund; GEF=Global Environment Facility; IDA=International Development Association; IFAD=International Fund for Agricultural Development; SOFF=Systematic Observations Financing Facility; UE=União Europeia

Tabela 14 Matriz de Financiamento das medidas de Mitigação com Custos Estimados (USD milhões)

Medida	Custo estimado	Tipo de financiamento	Fontes principais	Instrumento	Prioridade
M.ENE.02 – Mini-hídrica Guegué	1.08	Concessional + grant	AfDB, SEFA, GCF	Project finance	Muito alta
M.ENE.03 – Hidroeléctricas (Ribeira Peixe)	75.8	Concessional + privado	AfDB, WB, GCF	Project finance	Muito alta
M.ENE.04 – Mini-hídrica Claudino	17.5	Concessional	AfDB	Project finance	Alta
M.ENE.05 – Solar FV (Água Casada)	60.4	Privado + concessional	IPPs, GCF	PPP / IPP	Muito alta
R.ENE.06 – Solar + storage	10.2	Blended	GCF, CIF	Blended finance	Muito alta
M.ENE.09 – Biomassa	1.0	Blended	GCF, privados	Project finance	Média
M.RES.01 – Eficiência energética	1.0	Grant + concessional	GCF, UE	Programático	Alta
M.SPB.01 – Iluminação eficiente	2.0	Concessional	WB, AfDB	Programático	Alta

Notas: AfDB=Banco Africano de Desenvolvimento; CIF=Climate Investment Funds; GCF=Green Climate Fund; SEFA=Sustainable Energy Fund for Africa; UE=União Europeia; WB=Banco Mundial